



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ROSANE DO AMARAL PEIXOTO

**AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO-
EJA/EPT DO *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS DURANTE O ENSINO REMOTO
EMERGENCIAL E NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA**

Jaguari-RS

2024

ROSANE DO AMARAL PEIXOTO

**AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO-
EJA/EPT DO *CAMPUS* JÚLIO DE CASTILHOS DURANTE O ENSINO REMOTO
EMERGENCIAL E NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Profa. Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio

Jaguari-RS

2024

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P379a Peixoto, Rosane do Amaral
Ações de permanência e êxito no Curso Técnico em
Comércio-EJA/EPT do campus Júlio de Castilhos durante
o ensino remoto emergencial e no período pós-pandemia /
Rosane do Amaral Peixoto. – Jaguari, 2024.
199 f. : il.

Orientadora: Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação
em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2024.

1. Práticas educativas. 2. COVID-19, Pandemia de, 2020-
3. Ensino profissional. 4. Ensino à distância. 5. Política educacio-
nal. I. Ravasio, Marcele Teixeira Homrich, orient. III. Título.

CDU: 37.014

Elaborada por:
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

ROSANE DO AMARAL PEIXOTO

**AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO-
EJA/EPT DO CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS DURANTE O ENSINO REMOTO
EMERGENCIAL E NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

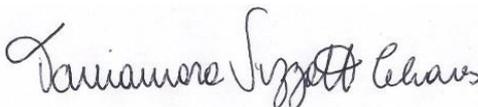
Validado em 30 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCELE TEIXEIRA HOMRICH RAVASIO**
Data: 03/07/2024 09:07:53-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Santo Ângelo/RS

Orientador



Profa. Dra. Taniamara Vizzotto Chaves
Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Borja/RS



Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria/RS

ROSANE DO AMARAL PEIXOTO

**GUIA INFORMATIVO: PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFFAR/CAMPUS JÚLIO DE
CASTILHOS DURANTE A PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

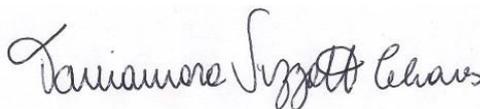
Validado em 30 de abril de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **MARCELE TEIXEIRA HOMRICH RAVASIO**
Data: 03/07/2024 09:07:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Santo Ângelo/RS

Orientador



Profa. Dra. Taniamara Vizzotto Chaves
Instituto Federal Farroupilha – *Campus* São Borja/RS



Profa. Dra. Mariglei Severo Maraschin
Universidade Federal de Santa Maria/RS

Dedico este trabalho a todos os alunos da EJA
e àqueles que lutam por uma educação justa,
gratuita e de qualidade para todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela fé que me fortalece, não me deixando esmorecer nos momentos difíceis pelos quais passei durante o período do mestrado.

Agradeço aos meus pais, pois foram eles que sempre me incentivaram e fizeram todos os esforços para que eu tivesse uma educação de qualidade.

Ao meu querido filho Guilherme, por estar sempre ao meu lado e alegrar meus dias e a minha nora Betina, que agora também é uma filha.

Aos meus professores, pois foram fonte de exemplo e de inspiração.

Aos meus alunos, que me ensinam todos os dias, que me impulsionam a seguir em frente e a lutar por uma educação de qualidade para todos.

Aos meus colegas de mestrado, pois mesmo que não tenhamos convivido presencialmente, fomos força um para o outro.

À minha amiga Camila, minha maior incentivadora a fazer o mestrado.

Aos amigos e colegas que torceram por mim.

À minha orientadora, por acreditar na minha capacidade e pelas contribuições ao meu trabalho.

À coordenação do programa pela dedicação e empatia.

Aos professores e secretaria do PROFEPT, à bibliotecária do *campus* Jaguari e à banca pelas valiosas contribuições.

É preciso sentir a necessidade da experiência, da observação, ou seja, a necessidade de sair de nós próprios para aceder à escola das coisas, se as queremos conhecer e compreender.

Émile Durkheim

RESUMO

A pandemia da Covid-19 trouxe um novo cenário para a educação, dessa maneira, as instituições educacionais foram obrigadas a substituir o ensino presencial pelo ensino remoto emergencial. Esse recente paradigma veio acompanhado de muitas dificuldades e percebeu-se um elevado índice de evasão. Dessa forma, a presente pesquisa, que está inserida na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), pretendeu reconhecer as ações de permanência e êxito durante o ensino remoto no Curso Técnico em Comércio-EJA/EPT do *campus* Júlio de Castilhos, verificar o número de estudantes que permaneceram no curso durante esse período, pesquisar as dificuldades que estes encontraram durante o ensino remoto, identificar as estratégias utilizadas pela instituição para permanência e o êxito e comprovar se as estratégias foram eficazes para a permanência e o êxito dos estudantes durante a pandemia. As informações serviram para aprimorar o programa e também para a elaboração de um guia com informações sobre o período vivenciado e as ações práticas implementadas pela instituição, ademais de trazer ações que poderiam ser mantidas no ensino presencial. O encaminhamento metodológico foi de cunho qualitativo. Inicialmente, foi realizada pesquisa documental e bibliográfica e, como forma de coleta de dados, foi aplicado um questionário para traçar o perfil dos estudantes que frequentaram o curso durante a pandemia, também um questionário para as turmas que vivenciaram o ensino remoto nos anos de 2020 e 2021 e, por fim, um questionário para os grupos que passaram o ensino remoto e retornaram ao ensino presencial em 2022. Para a análise dos dados foi utilizada a Análise Reflexiva e, em suma, os resultados dos questionários demonstraram que as principais categorias que emergiram acerca da permanência e êxito durante e após a pandemia foram: Diferenças entre Ensino Remoto e Ensino Presencial, Ações no Ensino Remoto, Ações desejadas no Presencial e Contribuições para a Permanência e Êxito. Desse modo, concluiu-se que as ações de permanência e êxito foram importantes durante o ensino remoto e que muitas poderiam continuar no ensino presencial, dentre elas, uma abordagem híbrida na educação, que combine o melhor dos dois mundos: a flexibilidade e acessibilidade do ensino remoto com a interação e a experiência do ensino presencial.

Palavras-chave: Práticas Educativas em EPT. Pandemia. Ensino Remoto. Permanência e Êxito. Curso Técnico em Comércio.

ABSTRACT

The Covid-19 pandemic has brought about a new scenario for education, thus educational institutions have been forced to replace face-to-face teaching with emergency remote teaching. This recent paradigm shift has been accompanied by many difficulties, with a high dropout rate being observed. Therefore, this research, which is part of the research line Educational Practices in Professional and Technological Education of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education (PROFEPT), aimed to recognize the actions of persistence and success during remote teaching in the Technical Course in Commerce-EJA/EPT at the Júlio de Castilhos campus, to verify the number of students who remained in the course during this period, to investigate the difficulties they encountered during remote teaching, to identify the strategies used by the institution for persistence and success, and to verify if these strategies were effective for the persistence and success of students during the pandemic. The information gathered served to improve the program and to develop a guide with information about the experienced period and the practical actions implemented by the institution, as well as to bring actions that could be maintained in face-to-face teaching. The methodological approach was qualitative. Initially, documentary and bibliographic research was carried out, and as a data collection method, a questionnaire was applied to profile the students who attended the course during the pandemic, as well as a questionnaire for the classes that experienced remote teaching in the years 2020 and 2021, and, finally, a questionnaire for the groups that experienced remote teaching and returned to face-to-face teaching in 2022. Reflexive Analysis was used for data analysis, and in summary, the results of the questionnaires showed that the main categories that emerged regarding persistence and success during and after the pandemic were: Differences between Remote and Face-to-Face Teaching, Actions in Remote Teaching, Desired Actions in Face-to-Face Teaching, and Contributions to persistence and success. Thus, it was concluded that the actions of persistence and success were important during remote teaching and that many could continue in face-to-face teaching, including a hybrid approach in education that combines the best of both worlds: the flexibility and accessibility of remote teaching with the interaction and experience of face-to-face teaching.

Keywords: Educational Practices in PTE (Professional and Technological Education), Pandemic, Remote Teaching, Persistence and Success, Technical Course in Commerce.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pensando o ensino remoto.....	54
Figura 2 - Dados gerais da organização curricular dos cursos do IFFar no ensino remoto.....	98
Figura 3 – Organização dos cursos técnicos integrados durante o ensino remoto.....	98
Figura 4 – Cronograma de acolhida 2022.....	105
Figura 5 - Progressão (aprovação) nos cursos Técnicos Integrados EJA/EPT - comparativo anos letivo 2021 e 2022.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Educação Profissional na LDB 9394/96.....	33
Quadro 2 - Princípios e Objetivos do Ensino Remoto Planejado.....	53
Quadro 3 - Objetivo estratégico para promover permanência e êxito dos alunos.	61
Quadro 4 - Detalhamento do Plano de Ações 2015.....	62
Quadro 5 - Prioridades para o campus Júlio de Castilhos em 2015.....	68
Quadro 6 - Plano de Ações 2015 – PROEJA.....	69
Quadro 7 - Planejamento de Ações institucionais para 2016.....	74
Quadro 8 - Prioridades estratégicas de Ações de Ensino do PPE.	76
Quadro 9 - Ações implementadas em 2016 no PPE.....	77
Quadro 10 - Prioridades estratégicas 2028-2020.....	81
Quadro 11 - Ações Estratégicas do PPE 2018-2020.....	81
Quadro 12 - Metas 2018-2020 Técnico em Comércio campus Júlio de Castilhos.....	83
Quadro 13 - Ações de acolhimento sugeridas no retorno presencial.....	103

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de Conclusão, Retenção e Evasão no IFFarroupilha.....	57
Tabela 2 - Situação final nos cursos técnicos integrados do IFFar - ano letivo 2020	94
Tabela 3 - Detalhamento das situações de aprovação nos cursos técnicos integrados do IFFar – ano letivo 2020.....	94
Tabela 4 - Participação dos alunos no Ensino Remoto – Técnicos Integrados (diurno/regular).	96
Tabela 5 - Participação dos estudantes no Ensino Remoto – Técnicos Integrados EJA/EPT	97
Tabela 6 - Situação final e progressão nos Cursos Técnicos Integrados na modalidade EJA/EPT - ano letivo 2022 do <i>campus</i> Júlio de Castilhos.	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVEA - Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
CAE - Coordenação de Assistência Estudantil
CAEN - Comitê Assessor de Ensino
CAP – Coordenação de Assessoria Pedagógica
CEB - Câmara de Educação Básica
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CIE - Comitê Institucional Emergencial
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CNE - Conselho Nacional da Educação
CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural
CONSUP - Conselho Superior
CP - Conselho Pleno
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
EAD - Educação a Distância
EBTT - Educação Básica, Técnica e Tecnológica
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENCCEJA - Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ERE - Ensino Remoto Emergencial
FENOVINOS - Feira Nacional Rotativa de Ovinos
FIC - Formação Inicial e Continuada
FUNDEB - Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFs - Institutos Federais
IFFAR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

NDE - Núcleo Docente Estruturante
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PEI - Plano de Estudo Individualizado
PNA - Plano Nacional de Alfabetização
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE - Plano Nacional de Educação
PNLD EJA - Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos
PPE - Programa Permanência e Êxito
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPI - Prática Profissional Integrada
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROFEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SAP - Setor de Apoio Pedagógico
SEA - Serviço de Educação de Adultos
SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIOP - Sistema Integrado de Operações
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SUS – Sistema Único de Saúde
SVS - São Vicente do Sul
TCU - Tribunal de Contas da União
UFMS - Universidade Federal de Santa Maria
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNED - Unidade de Ensino Descentralizada

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNFPA - Relatório do Fundo de Populações das Nações Unidas

UNIFRA - Centro Universitário Franciscano

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
1 INTRODUÇÃO	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 Bases Históricas e Legais da Educação de Jovens e Adultos.	27
2.2 Os Sujeitos da EJA.	38
2.3 Histórico do Curso Técnico em Comércio-EJA/EPT (Proeja) no <i>campus</i> Júlio de Castilhos-RS.....	43
2.4 A Pandemia e o Ensino Remoto Emergencial.....	49
2.5 Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha.....	57
3 METODOLOGIA	85
3.1 Tipo de estudo	85
3.2 Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	86
3.3 Participantes.....	87
3.4 Instrumentos de Coleta de dados.....	87
3.5 Análise de dados.....	89
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	90
4.1 Ações institucionais para a Permanência e o Êxito dos estudantes durante o período da pandemia da Covid 19	90
4.2 Retorno presencial pós-pandemia (2022).	102
4.3 Perfil dos estudantes que frequentaram a EJA de Júlio de Castilhos durante o ensino remoto	110
4.4 Avaliação das Ações de Permanência e Êxito durante o Ensino Remoto..	116
4.5 Avaliação das Ações de Permanência e Êxito no Ensino Remoto e no Retorno Presencial.....	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	148
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DO PERFIL DO ESTUDANTE DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO - PROEJA - <i>CAMPUS</i> JÚLIO DE CASTILHOS	181
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DISCENTE PARA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DURANTE O ENSINO REMOTO 2020 E 2021	191
APÊNDICE D – AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO REMOTO E NO RETORNO PRESENCIAL	198

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa está inserida na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Polo Jaguari e versa sobre a Permanência e o Êxito dos estudantes do Curso Técnico em Comércio- Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), do *campus* Júlio de Castilhos, do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), durante o ensino remoto emergencial (ERE), instaurado a partir do dia 17 de março de 2020, devido à Pandemia da Covid-19 e, ainda, o período pós-pandemia, que corresponde ao ano de 2022. O estudo buscou identificar as ações institucionais que foram postas em prática para promover a permanência e o êxito dos estudantes durante o período do ensino remoto emergencial e de que maneira essas ações contribuíram para que os estudantes da EJA se mantivessem frequentes durante a pandemia. Além disso, quais ações foram importantes e que poderiam ser mantidas durante o ensino presencial.

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu a partir da experiência de vida da pesquisadora. Pesquisadora essa, nascida em 1972, filha de um jovem casal de trabalhadores sem muita instrução, mas preocupados em dar uma vida melhor para os filhos. Assim, minha formação iniciou-se no ano de 1979, na Escola Estadual Tupanciretã, quando ingressei para a primeira série do ensino fundamental e cursei até a quarta série. Em 1983, iniciei a quinta série já em Santa Maria, no Grupo Escolar Padre Réus, pois meus pais ousaram mudar de cidade para tentar uma vida melhor.

Vir para Santa Maria foi uma boa mudança, pois a vida melhorou e tive novas oportunidades, pois mesmo meus pais não tendo muito estudo, sempre fizeram todo o esforço para que meu irmão e eu estudássemos e tivéssemos uma vida melhor e com menos dificuldades do que eles.

O ensino médio, que naquela época chamava-se segundo grau, foi cursado no Instituto São José, uma escola católica que admitia alunos internos (seminaristas) e externos. Acredito que tive uma excelente formação nessa escola e me deu base para o curso superior que escolhi no futuro. Além das disciplinas normais, tive Latim, Francês, Música, Psicologia e Filosofia (que normalmente não eram ministradas naquela época).

Depois da conclusão do ensino médio, trabalhei por três anos para juntar um dinheirinho para a faculdade, assim, minha trajetória no ensino superior só foi iniciar no ano de 1993, no curso de Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Naquela época era uma jovem com 20 anos e fiquei deslumbrada com aquele mundo. No início estava um pouco perdida, mas logo me dei conta que aquele era o meu lugar e que aproveitaria todas as oportunidades para aprender e crescer, eu queria ser alguém, eu queria fazer a diferença. Em 1995, iniciei outra licenciatura, agora de Espanhol e levei os dois cursos simultaneamente, até julho de 1997, quando me formei em Português.

Após a formatura e como estava bastante envolvida com o espanhol, fui trabalhar com um contrato no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial-SENAC de Santa Maria, ministrando um curso de espanhol em São Pedro do Sul, foi apenas um semestre, mas foi minha primeira experiência de trabalho remunerado depois de formada. No entanto, foi só em 2001 que me formei em Letras-Espanhol, minha verdadeira paixão.

Realizei uma entrevista para trabalhar como monitora no Yázigi Santa Maria em 1998, assim pude aprender muito e aproveitar para fazer o curso de espanhol. Através da escola, em janeiro de 1999, fui fazer um curso na Espanha, pois esse era um grande sonho e pude aperfeiçoar o idioma. Ao retornar, atuei como professora de duas turmas de espanhol na escola e continuei trabalhando no centro de recursos, onde permaneci até o retorno da minha licença gestante.

Em 2001, fui nomeada para o quadro efetivo do magistério do Estado do Rio Grande do Sul, com a disciplina de Literatura. Mais precisamente em abril de 2001, fui lotada na escola Coronel Pilar e trabalhei com seis turmas de primeiro ano e duas de terceiro ano. Foi um ano duro, pois as turmas de adolescentes não eram fáceis, porém as turmas de terceiro ano eram no turno da noite e o público era diferenciado, muito melhor para trabalhar, pois já eram adultos.

O ano de 2002 foi bastante agitado, pois fui chamada para uma seleção no Centro Universitário Franciscano como horista para o curso de Turismo, trabalhava como substituta na UFSM e no Estado já trabalhava com turmas de espanhol. Todas essas experiências foram muito importantes para o meu crescimento pessoal e profissional e me ajudaram a ser a profissional que sou hoje.

Meu contrato com a UFSM encerrou-se no final de 2002 e segui trabalhando até 2009 no Estado e no Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Em 2003, fui

para a escola Padre Caetano trabalhar com espanhol no ensino fundamental e médio e também iniciei uma especialização em língua espanhola na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

No final de 2008, surgiu a oportunidade de fazer concurso para uma vaga na Unidade de Ensino Descentralizada de Júlio de Castilhos (UNED), vinculada ao Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul (CEFET/SVS). Fui aprovada em primeiro lugar e nomeada em fevereiro de 2009, iniciando as atividades no dia 02 de março de 2009. Logo após o concurso, ainda no ano de 2008, foi publicada a Lei 11.892 que criou os Institutos Federais e assim a UNED Júlio de Castilhos passou a ser um campus do Instituto Federal Farroupilha.

Desde o momento que iniciei meu efetivo trabalho docente no IFFar, já ministrei aula na Licenciatura em Matemática e Biologia, Técnico em Agropecuária e Informática (Integrado), Técnico em Secretariado e Alimentos (Subsequente), Bacharelado em Administração e Técnico em Comércio (EJA).

Mais precisamente, trabalho, desde o ano de 2010, no curso Técnico em Comércio-EJA/EPT, ou seja, desde a primeira turma, o que me dá muito orgulho e satisfação, pois foi com essa modalidade de ensino que encontrei o meu lugar, é nessa proposta que acredito e pela qual luto. A verdade é que não somos preparados para atuar na Educação de Jovens e Adultos e os primeiros tempos não foram tão fáceis. Com o tempo fui percebendo que deveria rever meus conceitos, que o público e as experiências eram diferentes. E fui mudando minha metodologia, construindo minha identidade como professora do Proeja, fui me tornando mais reflexiva e aberta.

O primeiro ano no PROEJA foi de muito aprendizado e mudanças e percebi que no ano seguinte já foi mais fácil, a cada ano que passava meu relacionamento com os alunos foi ficando melhor. E não foram eles que mudaram, fui eu que mudei, eu que percebi que os sujeitos da EJA têm suas trajetórias individuais, conhecimentos socialmente construídos, tempos próprios de aprendizagem, participação no mundo do trabalho e dificuldades e capacidades que devem ser valorizadas no âmbito do processo educativo.

A EJA, pela sua especificidade, precisa de um quadro docente preparado para atuar de forma que leve em consideração todos os diferenciais dessa modalidade de ensino, que trabalhe para a permanência e o êxito do aluno por meio de metodologias e recursos pedagógicos diferenciados. O profissional necessita de

formação específica e também entender o perfil dos educandos, ou seja, deve conhecer os seus alunos e suas necessidades.

Mas como somos seres em eterna formação, em 2019, fui à busca de mais preparo para o meu exercício profissional e iniciei a Especialização em Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à EJA, pois de acordo com Paulo Freire (1989), “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”.

Entretanto, um sonho antigo só se tornou realidade em 2021, quando ingressei no mestrado profissional. E como não poderia ser diferente, a EJA foi o meu foco de estudo. Foi em período complicado, pois vivíamos o distanciamento social devido à pandemia da Covid-19 e as aulas ocorriam remotamente. Nesse momento, senti exatamente o que os alunos estavam sentindo, percebendo as dificuldades que eles estavam enfrentando com o ensino remoto e a ideia do tema foi se delineando.

A minha trajetória profissional foi forjada a partir da minha história de vida, de todas as vivências acadêmicas, dos exemplos dos grandes mestres, das oportunidades e das experiências que adquiri nos diversos ambientes e níveis de ensino nos quais trabalhei, mas principalmente com os alunos. São 26 anos como licenciada, muitas conquistas ao longo desses anos, alguns tropeços, mas a certeza que a educação é a base para uma sociedade mais justa e igualitária e que conforme Paulo Freire (1979), “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Entretanto, a experiência de trabalhar com a educação de jovens e adultos é a que mais provocou mudanças nos meus conceitos, na minha forma de ver o aluno, me tornou mais crítica e reflexiva e me fez perceber a necessidade de políticas públicas para essa modalidade de ensino.

1 INTRODUÇÃO

Com o surgimento da doença infecciosa conhecida como Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (síndrome respiratória aguda grave), a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a doença como uma pandemia global. Diante do alto potencial infeccioso e como essa doença ainda não apresentava vacinas e tratamentos eficientes, a medida tomada pelos principais órgãos de saúde internacionais foi o isolamento social para impedir a propagação do vírus. Diante desta situação, todos os níveis de ensino das instituições educacionais começaram a operar remotamente, gerando a necessidade de que professores e alunos adaptassem suas práticas de ensino e aprendizagem considerando o atual cenário (Bozkurt; Sharma, 2020).

No Instituto Federal Farroupilha, as atividades presenciais foram substituídas pelo ensino remoto emergencial a partir do dia 17 de março de 2020. No entanto, devido ao agravamento da pandemia, o calendário acadêmico foi suspenso no dia 14 de maio de 2020, retornando com a adoção de atividades remotas no dia 03 de agosto, como forma de promoção do isolamento social recomendado pelos órgãos de saúde, indispensável para o enfrentamento da pandemia de Covid-19, o que perdurou até fevereiro de 2022.

Dessa forma, o ensino remoto veio como uma alternativa para a continuidade do calendário acadêmico e a sua implantação foi colocada em prática através de aulas síncronas pelo *Google Meet* e o material foi disponibilizado pelo Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGAA), além de também ser enviado por *e-mail*, disponibilizado nos grupos das turmas e impresso para aqueles que o necessitassem.

Para mitigar a situação, a instituição colocou em prática ações para que os estudantes não tivessem perdas na aprendizagem, além disso, a preocupação com a permanência e o êxito foi uma constante. Para tanto, foram emprestados computadores e foi oferecido auxílio digital aos estudantes cadastrados. Foram dois anos de ensino remoto emergencial em que a instituição e os professores preocuparam-se com os problemas deste período, pois os educandos apresentaram dificuldades iniciais de acesso, no que tange à falta de computadores e limitação de dados de internet, além das dificuldades de manuseio dos equipamentos eletrônicos e familiaridade com os recursos digitais e sistema institucional.

Assim sendo, o ensino remoto emergencial descortinou uma triste realidade, as desigualdades foram acentuadas e muitos estudantes não tiveram pleno acesso, não conseguiram acompanhar as aulas e dessa maneira, o número de evadidos aumentou consideravelmente.

De forma geral, a problemática da evasão escolar sempre foi uma constante nas instituições de ensino. E na Rede Federal de Educação não foi diferente, tanto que os altos índices de evasão geraram uma auditoria pelo Tribunal de Contas da União no ano de 2013, recomendando à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que medidas fossem tomadas para reduzir esses índices.

Contudo, durante o período do ensino remoto a evasão se intensificou, pois estudantes e professores foram obrigados a se reinventarem, e do dia para noite o ensino presencial deu lugar ao ensino remoto emergencial. Não houve tempo para formação para esse ensino, os alunos não tinham condições de acesso e nem domínio das tecnologias, mas mesmo assim, foi necessário promover a interação por meio de ferramentas síncronas e assíncronas de comunicação, rever o planejamento, metodologias e material didático, enfim, foram muitos desafios para manter a permanência dos alunos e promover o êxito.

A escolha do tema justificou-se pela minha experiência na educação profissional e tecnológica e pelo fato de trabalhar no Curso Técnico em Comércio-EJA/EPT desde 2010, além de ter sido coordenadora do curso durante quatro (4) anos e trabalhado no Programa Permanência e Êxito durante um (1) ano. Nesse contexto, conhecia o objeto de estudo, o perfil dos alunos, as dificuldades enfrentadas, a necessidade de formação e estudos acerca da EJA e da necessidade de ações para permanência e o êxito dos estudantes. Já o problema da pesquisa, surgiu dos desafios e inquietações que o ensino remoto emergencial trouxe para todos, principalmente no que se referia à permanência dos discentes no curso.

Desse modo, a pesquisa em questão partiu de um **problema** concreto, ou seja, **“Quais ações foram utilizadas pelo IFFar, *campus* Júlio de Castilhos, para a permanência e o êxito dos estudantes da EJA/EPT, no período da pandemia de Covid-19?”**. Período vivenciado durante os dois (2) anos de ensino remoto e que promoveu diversas mudanças nas formas de organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas, com implicações nos processos de ensino e aprendizagem.

Assim, como **objetivo geral** da pesquisa pretendeu-se: Reconhecer as estratégias de permanência e êxito efetivadas pela instituição para os alunos da

Educação de Jovens e Adultos durante o ensino remoto emergencial e que poderiam ser mantidas no ensino presencial. E ainda, como **objetivos específicos**: Verificar o número de estudantes que permaneceram e aprovaram durante o ensino remoto e também no período pós-pandemia; Pesquisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o ensino remoto; Identificar as estratégias utilizadas pela instituição para a permanência e o êxito dos discentes; Comprovar as estratégias eficazes para a permanência e êxito dos estudantes durante o ensino remoto e pós-pandemia; Desenvolver produto educacional a partir das narrativas dos questionados com vistas a qualificar o programa de Permanência e Êxito na Instituição.

Para tanto, **no capítulo 2**, traçou-se um histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, perpassando pelas legislações que embasaram essa modalidade de ensino no decorrer dos anos. E que, pela sua especificidade, é uma modalidade de ensino que vem tendo maior destaque a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394 (1996) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (2000). Após, delineou-se o perfil dos sujeitos que frequentavam a EJA, pois conhecer o perfil dos educandos, seu contexto e suas necessidades, promoveria condições para que o sujeito da EJA se estabelecesse no âmbito escolar. Em seguida, foi apresentado o histórico do Curso Técnico em Comércio EJA/EPT (PROEJA) do Instituto Federal Farroupilha, *campus* Júlio de Castilhos, desde sua criação em 2010 até o ano de 2022. O seguinte tópico tratou sobre a pandemia e o ensino remoto emergencial e de que maneira afetou a permanência e o êxito dos estudantes, além da investigação do que foi realizado institucionalmente para minimizar tais efeitos, mantendo os discentes frequentes e logrando êxito nos estudos. E por fim, debruçou-se sobre o Programa Permanência e Êxito (PPE), criado na instituição através da Resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 178, de 28 de novembro de 2014 e instituídas as políticas públicas assistenciais através do PPE, que propiciaram que os discentes recebessem auxílio financeiro em forma de bolsas – permanência, transporte, eventual, cultural e esportiva – além da moradia, alimentação e assistência pedagógica e à saúde.

No capítulo 3, delineou-se a metodologia utilizada na pesquisa, sendo de abordagem qualitativa e de cunho documental e bibliográfico. Aplicada no IFFar, *campus* Júlio de Castilhos, com estudantes da EJA, através da aplicação de questionários.

No capítulo 4, foram apresentadas as ações postas em prática pela instituição para a permanência e êxito dos estudantes durante o período do ensino remoto, o perfil dos educandos que frequentaram a EJA nesse período e a avaliação que estes fizeram do ensino remoto e das ações institucionais. Ademais, foi apresentado o retorno ao ensino presencial e as ações desse período.

Na conclusão, vimos que as ações de permanência e êxito foram importantes e ajudaram a manter os discentes no ambiente escolar. A partir da reflexão sobre os diferenciais dessa modalidade e ações que poderiam ser oferecidas, foram pensadas novas ações que auxiliariam na permanência e no êxito dos nossos estudantes, principalmente no que diz respeito aos novos contextos de ensino. E o ensino híbrido poderia ser uma possibilidade para a permanência e êxito dos nossos estudantes, como se percebeu na análise dos questionários aplicados.

Além disso, criou-se um produto educacional que informou os estudantes acerca do que é o programa permanência e êxito na instituição, sobre o que foi o ensino remoto e quais as ações desenvolvidas pela instituição para a permanência e o êxito, ademais daquelas postas em prática durante a pandemia. Por último, os alunos foram consultados sobre o que consideravam importante ser oferecido para se manterem no ambiente escolar.

Outro ponto relevante para o estudo foi o fato de não termos muitas pesquisas acerca da permanência e êxito dos alunos durante o ensino remoto, considerando que foi um contexto vivido recentemente.

Ressalta-se ainda, a contribuição que este estudo promoveu à divulgação de conhecimento e serviu para aprimorar o Programa de Permanência e Êxito na instituição, colaborando com reflexões e problematizações que embasassem novas ações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Bases Históricas e Legais da Educação de Jovens e Adultos

O sistema educacional brasileiro já passou por diversas mudanças, em muitos momentos as políticas públicas foram fragmentadas e descontínuas e a educação de jovens e adultos passou por diversas fases, que apesar de mudar o seu foco, saindo da alfabetização e voltando-se para a formação profissional na prática, manteve a mesma ideia de ensinar o básico, gastando o mínimo, na perspectiva de atender às demandas do mercado globalizado.

Na concepção de Melo (2012), a Educação de Jovens e Adultos no Brasil iniciou-se em 1549, com a chegada dos jesuítas, sob a orientação do Padre Manoel da Nóbrega, pois se dedicaram a alfabetizar crianças e adultos indígenas.

Somente após quase meio século da “descoberta do Brasil” é que se iniciou a atividade educativa no país, com a chegada dos jesuítas em 1549, voltada, fundamentalmente, para a aculturação da população ameríndia, por intermédio do Ratio Studiorum que se baseava nos estudos clássicos. “Ao ministrarem aos índios, já adultos, as primeiras noções da religião católica, bem como da cultura ocidental”, pode-se dizer que aí começava a educação de jovens e adultos no país (Romão; Gadotti, 2007, p. 63).

Sob o ponto de vista de Strelhow (2010), com a expulsão dos jesuítas em 1759, devido às reformas do marquês de Pombal, tinha fim a hegemonia jesuítica sobre a educação, com a intenção de desvincular a educação das ideias religiosas, servindo, assim, aos interesses comerciais do Estado. Dessa forma, a responsabilidade passa ao império, porém com um viés elitista, ou seja, acessível aos filhos da elite dirigente. Desse modo, o autor afirma que

As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. Dessa forma, a história da educação brasileira foi sendo demarcada por uma situação peculiar que era o conhecimento formal monopolizado pelas classes dominantes (Strelhow, 2010, p. 51).

Por ocasião da invasão Napoleônica, a Família Real Portuguesa muda-se para o Brasil, o que propiciou a criação de Academias Militares e Escolas de Direito

e Medicina, porém as escolas primárias continuavam desempenhando apenas função de ensinar a ler e escrever, já o ensino secundário permaneceu com a estrutura de Aulas Régias (Melo, 2012).

Com o retorno da Família Real a Portugal e a Independência do Brasil, em 1824 houve a promulgação da primeira Constituição que trazia a ideia de um “sistema nacional de educação” e “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” (Brasil, 1824).

Como expõe Melo (2012), em 1826, foi apresentado um projeto defendendo a Educação como dever do Estado, bem como a ampliação da quantidade de escolas, com todos os níveis de ensino para atender à demanda nacional. Entretanto, não foi o que aconteceu na prática, pois não houve o aumento de vagas e o ensino passou a ter características regionalistas.

Segundo a referida autora, o império não desenvolveu a educação, pois se preocupou com questões políticas e econômicas. Nos anos que se seguiram, a educação passou por algumas modificações na sua estrutura, mas ainda assim, o ensino estava destinado aos privilegiados da sociedade. Conforme Strelhow (2010, p. 51), “é importante ressaltar que a educação de jovens e adultos era carregada de um princípio missionário e caridoso. O letramento destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas”.

Ainda na concepção de Strelhow, durante o período republicano, a educação ficou sob a responsabilidade dos Estados, que incentivariam o ensino das ciências, artes e técnicas de trabalho, desvinculado do caráter religioso. E foi Benjamin Constante que propôs a gratuidade do ensino primário e definiu o ensino seriado, no entanto, a preocupação em aplicar modelos importados só aumentou o número de analfabetos, surgindo o preconceito e a exclusão das pessoas não alfabetizadas.

Em 1915 foi criada a Liga Brasileira contra o analfabetismo para extirpar este mal da sociedade. E na década de 20, juntamente às mudanças na política e economia brasileira, houve o surgimento dos ideais da Escola Nova e posteriormente as ações da Pedagogia de Paulo Freire em conjunto com os movimentos sociais (idem, ibidem).

As reformas da década de 20 tratam da educação dos adultos ao mesmo tempo em que cuidam da renovação dos sistemas de um modo geral. Somente na reforma de 28 do Distrito Federal ela recebe mais ênfase, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 30 (Paiva, 1983, p. 168).

Melo (2012) afirma que a Revolução de 1930 derrubou a República do Café com Leite e Getúlio Vargas assumiu o governo provisório, e em 1934, foi promulgada a terceira Constituição Brasileira. Percebeu-se a importância do ensino para o crescimento do país, pois, nesse mesmo ano, se previa a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelecendo como dever do Estado o ensino primário integral e gratuito para adultos, contudo, a proposta de transformar o PNE em lei não se concretizou.

Entretanto, a Constituição de 1937 permaneceu defendendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário e oficializou a dualidade do sistema escolar, oferecendo ensino secundário para os que pretendiam cursar o ensino superior e ensino profissionalizante para os que tinham necessidade de ingressar no mercado de trabalho. Também estabeleceu a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP (idem, ibidem).

Ainda conforme as ideias da autora, no período do governo de Getúlio Vargas, foram criadas as universidades e houve o surgimento do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, devido à preocupação com o ensino técnico-profissionalizante. A Constituição de 1946 trouxe ideias liberais e democráticas, defendendo a educação como direito de todos e estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário. Nessa época houve uma melhoria nos índices de analfabetismo do país, pois se necessitava ampliar as bases eleitorais, mas o ensino continuou com caráter reprodutor, elitista e desprovido de iniciativa científica.

A partir da concepção de Strelhow (2010), nas décadas de 40 e 50 a educação de jovens e adultos esteve em alta, pois em 1946 surge a Lei Orgânica do Ensino Primário que previa o ensino supletivo, nesse sentido, foram implantadas muitas instituições de ensino supletivo para a população mais carente. Já em 1947, surgiu em âmbito nacional a criação do SEA (Serviço de Educação de Adultos), sendo denominado a Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, devido à pressão internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a erradicação do analfabetismo. E em 1948, o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, encaminhou à Câmara o primeiro Projeto de Lei de reforma geral da educação nacional, que tramitou por 13 anos, até ser promulgada em 1961 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Cujo primeiro artigo apresentava os seguintes fins:

Art. 1º. – A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou raça (Brasil, 1961).

Melo (2012) aponta que a Lei, porém, privilegiou os estabelecimentos de ensino particulares, omitindo o dever do Estado de disponibilizar ensino gratuito, previsto pela Constituição de 1946. O ensino ficou organizado da seguinte forma: pré-escolar (não era obrigatório), Escola primária obrigatória, Reforma Carlos Maximiliano, Ginásio e Ensino Superior. A classe trabalhadora passou a se conscientizar da importância do conhecimento e se informar sobre os seus direitos.

Em 1952, para atender as populações que viviam no meio rural, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER). E em 1958, foi realizado o II Congresso Nacional de Educação de Adultos no Rio de Janeiro, iniciando a discussão de um novo método pedagógico para a educação de adultos. Nesse mesmo ano surgiram as ideias de Paulo Freire, que se expandiram por todo o país e o tornaram reconhecido nacionalmente, tanto pela educação popular, quanto pela educação para adultos. Freire postulava que o desenvolvimento educativo deveria acontecer contextualizado às necessidades essenciais das pessoas e estar baseado nos conhecimentos prévios dos alunos, e os indivíduos deveriam compreender e questionar sua própria realidade, e assim, criou-se a Campanha de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) (idem, ibidem).

Strelhow (2010) alude que a década de 60 foi marcada pela criação de vários movimentos sociais influenciados pela pedagogia freireana, que se destinavam a valorizar a cultura e promover a alfabetização de adultos.

É dentro dessa perspectiva que devemos considerar os vários acontecimentos, campanhas e programas no campo da educação de adultos, no período que vai de 1959 até 1964. Foram eles, entre outros: o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, com o patrocínio do governo federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros

Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; e, finalmente, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, que contou com a presença do professor Paulo Freire (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 113).

Em 1962, Freire desenvolveu um método inovador para alfabetizar adultos em 40 dias, posto em prática na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte.

O método vinculava a prática alfabetizadora ao exame de problemáticas que impediam ou dificultavam o acesso aos bens da própria cultura e à participação política; servia como meio para desvelar processos de opressão e dominação no mundo do trabalho e desigualdades das condições de vida dos brasileiros (Di Pierro; Vóvio; Andrade, 2008, p.28).

E em 1964, através do Decreto nº 53.465, o governo criou o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), utilizando o método Paulo Freire, devido ao resultado positivo deste trabalho pedagógico. Dessa forma, conforme Manfredi (1981, p. 14),

a adoção do Sistema Paulo Freire de Educação não exprime apenas um intento de renovação dos procedimentos até então adotados com relação à educação de adultos; quando encarada à luz de processos político-ideológicos mais abrangentes, sua institucionalização só pode ser entendida quando analisada em função do conjunto de práticas políticas vinculadas a um modelo de desenvolvimento sócio-econômico específico (nacionaldesenvolvimentista) e do estilo populista que caracterizava a relação entre os grupos dominantes, representados no poder, e as 'massas populares'.

Assim, o programa pretendia instalar 60.870 círculos de cultura, com o objetivo de alfabetizar 1.834.200 adultos, da faixa de 15 a 45 anos. No entanto, o programa durou somente quatro meses e foi revogado pelo Decreto nº 53.886, de 14 de abril de 1964 (Gadotti, 2014).

Com o golpe militar, os programas foram interrompidos e a educação reduziu-se à prática de transmissão de conhecimentos, desprovida de discussão política. Porém, em 1967, foi criado, pelo Decreto-lei 5.379, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), sendo a primeira iniciativa governamental para a erradicação do analfabetismo no país, que visava à qualificação do trabalhador. Ainda durante o período da ditadura, também foi promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº. 5.692/71, que implantou o ensino supletivo para jovens e adultos, passando a ser reconhecido como um direito de

cidadania (Strelhow, 2010).

Com referência ao MOBRAL, Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001, p. 61) apontam que

A partir de 1969, o governo federal organizou o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de proporções nacionais, proclamadamente voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país. Diferentemente do que ocorrera na Campanha de 1947, o governo federal investiu um volume significativo de recursos na montagem de uma organização de âmbito nacional e autônoma em relação às secretarias estaduais e ao próprio Ministério da Educação. O Mobral instalou comissões municipais por todo o país, responsabilizando-as pela execução das atividades, enquanto controlava rígida e centralizadamente a orientação, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos. Sendo concebido como ação que se extinguiria depois de resolvido o problema do analfabetismo, o Mobral tinha baixa articulação com o sistema de ensino básico. Em virtude de sua presença maciça no país e sua capilaridade, contribuiu para legitimar a nova ordem política implantada em 1964. Além da legitimação interna, esta iniciativa governamental também visava responder a orientações emanadas de agências internacionais ligadas à Organização das Nações Unidas, em especial a Unesco, que desde o final da Segunda Guerra vinham propugnado o valor do combate ao analfabetismo e da universalização de uma educação elementar comum como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e manutenção da paz.

Dessa forma, o MOBRAL teve uma considerável expansão na década de 70, dando continuidade em sua proposta e efetivando diversos acordos de cooperações técnicas de alfabetização com outros países, sendo reconhecido de grande importância pela UNESCO. Em 1980, as finalidades do MOBRAL foram alteradas, conforme explicita Niskier (1989, p. 370), “o presidente do MOBRAL anunciou que seria modificada toda a política da instituição, passando ela a dar prioridade à ação comunitária, principalmente nas áreas de educação, cultura, saúde, nutrição, saneamento, treinamento profissional, lazer, ecologia e previdência social”.

Com a consolidação do MOBRAL, muitas foram as críticas, entretanto só foi extinto em 1985 e substituído pela Fundação Educar que trazia mudança dos métodos de ação. Dessa forma, a Fundação trazia como objetivo “fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente” (Brasil, 1985 *apud* Niskier, 1989, p. 484). A Fundação Educar foi extinta em 1990 após a posse de Fernando Collor de Mello.

Porém, foi a Constituição Federal de 1988 que assegurou a educação de

jovens e adultos como um direito de todos e dever do Estado, conforme consta no Art. 208: “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 superou a perspectiva de ensino supletivo e ofertando a todos que não tiveram acesso ou não puderam concluir em idade própria, conforme Art. 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Brasil, 1996).

E ainda na nova LDB, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) teve destaque com quatro artigos apresentando as possibilidades de uma educação integrada às diferentes formas de educação.

Quadro 1 – Educação Profissional na LDB 9394/96

CAPÍTULO III - Da Educação Profissional
Art. 39º. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Parágrafo único. O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.
Art. 40º. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.
Art. 41º. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.
Art. 42º. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Fonte: BRASIL, 1996

Nessa perspectiva, a Resolução CNE/CEB nº 1 de 5 de julho de 2000, que tomou como referência o Parecer CNE/CEB 11/2000, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, em que se estabeleceu a oferta da EJA em todas as suas modalidades em âmbito nacional, também referendou os aspectos relativos à duração dos cursos, à organização curricular e à idade mínima para ingresso. Ainda, discorreu sobre a certificação nos exames e sobre a EJA desenvolvida por meio da Educação a Distância (EaD). No referido Parecer, ficou estabelecido que cabe à EJA cumprir três funções: reparação, equalização e qualificação (Brasil,

2000). Sob esse ponto de vista, Paiva (2009, p. 205) esclarece as funções da EJA como sendo:

- a) função reparadora, que devolve a escolarização não conseguida quando criança;
- b) função equalizadora, que cuida de pensar politicamente a necessidade de oferta maior para quem é mais desigual do ponto de vista da escolarização;
- c) função qualificadora, entendida como o verdadeiro sentido da EJA, por possibilitar o aprender por toda vida, em processos de educação continuada.

Já o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado como Lei 10.172/2001, trouxe como objetivos para a EJA: priorizar ações de alfabetização, associar o Ensino Fundamental de EJA à educação profissional e facilitar parcerias entre o governo e a sociedade civil. Suas metas eram de que em cinco anos houvesse a oferta, para aqueles que não tivessem concluído a primeira etapa do Ensino Fundamental, das quatro primeiras séries iniciais para pelo menos 50% da população com 15 anos ou mais e dobrar a oferta do Ensino Médio. Além disso, quadruplicar em dez anos a oferta do Ensino Médio (Brasil, 2001, p. 40-43).

Em 2002 instituiu-se o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), por meio da Portaria nº 2.270, de 14 de agosto, tendo como finalidade a obtenção do certificado de conclusão, o que para Rummert (2007, p. 45) “[...] vai ao encontro da valorização do “diploma” em detrimento do valor do conhecimento [...]. Sua finalidade é, assim, possibilitar a obtenção de certificados de conclusão de cursos e não propiciar as condições de acesso ao conhecimento”.

Contudo, Paiva (2009, p. 25) afirma que “a partir de 2003, novos cenários começam a se delinear para a EJA, com o advento de um governo popular que recolocou a centralidade da educação de jovens e adultos como prioridade política”.

Com a retomada das discussões acerca da importância do ensino profissional integrado, a publicação do decreto 5.154 de 2004 definiu nova regulamentação para a Educação Profissional e sua articulação com o Ensino Médio. Dentro dessa perspectiva de integração da educação básica e formação profissional, é importante destacar o Programa de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, como uma política educacional do governo federal implantada por meio do Decreto nº 5.478/2005 e revogada posteriormente pelo Decreto nº 5.840/2006. Nesse sentido, o PROEJA tinha por objetivo a oferta da Educação de Jovens e Adultos integrada à formação

profissional àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular. Essa nova concepção de ensino médio e educação profissional e tecnológica foi uma conquista em defesa da escola pública para os trabalhadores e o direito à educação para todos, baseada numa formação integral do cidadão. Dante (2012) afirma que um novo passo foi dado com a elaboração do Documento Base, o que aponta na direção de transformar esse Programa em política pública educacional. Portanto, de acordo com o Documento Base do PROEJA, o projeto constituiu-se como

[...] um desafio pedagógico e político para todos aqueles que desejam transformar este país dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e justiça social. A implementação deste Programa compreende a construção de um projeto possível de sociedade mais igualitária e fundamenta-se nos eixos norteadores das políticas de educação profissional do atual governo: a expansão da oferta pública de educação profissional; o desenvolvimento de estratégias de financiamento público que permitam a obtenção de recursos para um atendimento de qualidade; a oferta de educação profissional dentro da concepção de formação integral do cidadão - formação esta que combine na sua prática e nos seus fundamentos científicos-tecnológicos e histórico sociais - trabalho, ciência e cultura - e o papel estratégico da educação profissional nas políticas de inclusão social (Brasil, 2006a, p. 1).

Com base no exposto, a partir da criação dos Institutos Federais (IFs) houve a democratização do acesso à educação profissional e ao ensino superior, o que gerou um avanço na EPT, pois se ampliou a oferta do ensino técnico integrado ao ensino médio, como uma alternativa ao ensino propedêutico. Nesse horizonte, os IFs surgem “de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana” (Pacheco, 2011, p. 4). Ainda de acordo com o autor, essa proposta é incompatível com uma visão conservadora de sociedade, portanto, é uma estratégia de ação política e de transformação social.

Para melhor elucidar a questão do ensino integrado, Ciavatta (2005, p. 84) esclarece o significado do termo integrar,

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos.

E ainda, Ramos, Frigotto e Ciavatta (2005, p. 44) conceituam o ensino médio integrado como sendo “aquele possível e necessário em uma realidade conjunturalmente desfavorável – em que os filhos dos trabalhadores precisam obter uma profissão ainda no nível médio, não podendo adiar este projeto para o nível superior de ensino”, assim, as mudanças serão potencializadas e a conjuntura atual será superada, constituindo-se “em uma educação que contenha elementos de uma sociedade justa”. A partir dessa perspectiva, Kuenzer (2002, p. 43-44) assevera que o ensino integrado “É a política de disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura”.

Por esse viés, na concepção de uma educação integrada, o trabalho é concebido como princípio educativo, assim, Ciavatta e Ramos asseveram que

[...] o trabalho como princípio educativo, isto é, como fundamento da concepção epistemológica e pedagógica que visa a proporcionar aos sujeitos a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Ao mesmo tempo, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se pode compreender as relações sociais e, no interior dessas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação (Ciavatta; Ramos, 2012, p. 31-32).

Na visão de Ramos (2008, p. 7), a questão crucial é manter o trabalho como princípio educativo na educação básica, pois dessa forma, “impede que crianças, adolescentes e jovens naturalizem a condição de exploração em que vivemos” e assim “não se formem mamíferos de luxo”, isto é, “homens e mulheres que, por viverem da exploração do trabalho dos outros deixam de exercer aquilo que lhes conferem ontologicamente a condição de seres humanos, a capacidade de produzir social e coletivamente sua existência”.

A oferta da EJA foi favorecida, em 2007, a partir da aprovação e inclusão no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), assim, passa a ser reconhecida como responsabilidade pública, tendo recursos reservados no referido Fundo (Becker; Keller, 2019). Ainda, a Resolução CNE/CEB nº 03/2010, destaca no seu artigo 2º que

Para o melhor desenvolvimento da EJA, cabe a institucionalização de um sistema educacional público de Educação Básica de jovens e adultos, como política pública de Estado e não apenas de governo, assumindo a gestão democrática, contemplando a diversidade de sujeitos aprendizes, proporcionando a conjugação de políticas públicas setoriais e fortalecendo sua vocação como instrumento para a educação ao longo da vida (Brasil, 2010, p. 1).

Conforme Becker; Keller (2019), em 2009, a EJA foi contemplada com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e também com o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). O PNAE tem caráter suplementar à educação e é executado por meio de repasses financeiros aos estados, DF e municípios com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento.

Já em 2010, o Conselho Nacional de Educação aprovou três pareceres sobre a EJA, relacionados às Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; ao Reexame das Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA; e sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (idem, *ibidem*).

Para as autoras supracitadas, em 2014, foi aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, através da Lei nº 13.005, que tem como uma de suas metas a redução do número de analfabetos no país e a melhoria da educação no Brasil até 2024. O plano pretendia aumentar em até 25% o nível de escolaridade da população com oferta de Educação de Jovens e Adultos e que até o fim de sua vigência, 25% das matrículas da EJA deveriam estar vinculadas à educação profissional, porém, em 2014, apenas 2,8% estavam vinculadas e, em 2020, esse índice diminuiu para 1,8%.

Esses dados demonstram que o Brasil ainda não conseguiu garantir a educação para todos, pois nunca foi assumida como prioridade política pelas autoridades e a erradicação do analfabetismo ainda é um desafio. Haja vista, que com a posse de Jair Bolsonaro houve a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e também o fim da política de EJA no governo federal.

Em *Webinário*, as pesquisadoras Rummert e Ventura (2020) debateram os efeitos da pandemia da Covid-19 no acesso ao direito à educação por jovens e

adultos. Visto que, mesmo antes da pandemia, esta modalidade de ensino estava em constante estado de ameaça, devido ao seu caráter secundário no panorama das políticas públicas educacionais, que refletem o contexto social e político da nossa sociedade.

O número de matrículas na EJA vem diminuindo desde 2017, acompanhado da diminuição de investimentos públicos. Em 2020, a Lei Orçamentária Anual (LOA) destinou a menor verba dos últimos anos para a EJA, R\$ 25 milhões. Em 2019, dos R\$ 74 milhões previstos, foram executados apenas R\$ 16,6 milhões. Um levantamento do Sistema Integrado de Operações (SIOP) demonstra que esses são os menores investimentos da década, bem aquém dos R\$ 1,6 bilhão investidos em 2012 (*Webinário, 2020, on-line*).

2.2 Os Sujeitos da EJA

A EJA é uma modalidade que tem um público diferenciado e o artigo 208, da Constituição de 1988, refere-se à educação de jovens e adultos como aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria. Essa conceituação é, ainda, ratificada pela LDB 9394/96, em seu artigo 37.

Sob esse prisma, ao discorrer sobre os sujeitos da EJA, faz-se necessário trazer a definição do termo sujeito, dada por Charlot, ou seja, o sujeito da EJA é um ser humano, um ser social, um ser único que tem sua própria história.

Ao se falar de sujeito tratamos de um ser Humano, aberto a um mundo, portador de desejos, movido por esses desejos, em relação com outros seres humanos (também sujeitos); um ser social que nasce e cresce em uma família (ou em um substituto de família), que ocupa uma posição em um espaço social, que está inscrito em relações sociais; e ainda um ser singular, exemplar único da espécie humana, que tem uma história, e que interpreta o mundo, dá um sentido a esse mundo, à posição que ocupa nele, às relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade (Charlot, 2001, p. 33, *apud* Durand *et al.*, 2011, p. 167).

Por conseguinte, os sujeitos da EJA não devem ser unicamente caracterizados por pertencer a uma população com faixa etária adiantada em relação ao nível de ensino. Esse não deve ser o único fator que os identifique e outros aspectos também devem ser levados em consideração com relação a esses sujeitos, como por exemplo, eles têm suas trajetórias individuais, conhecimentos

socialmente construídos, tempos próprios de aprendizagem, participação no mundo do trabalho e dificuldades e capacidades que devem ser valorizadas no âmbito do processo educativo. A partir dessa reflexão, Oliveira (2001, p. 18) afirma que

O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre outras pessoas. Com relação à inserção em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida em que se encontra o adulto fazem com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em comparação à criança) e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem.

Ainda, nessa linha de raciocínio, Paiva (1983, p. 19) complementa que

São homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais. São sujeitos sociais e culturalmente marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo uma participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura. Vivem no mundo urbano, industrializado, burocratizado e escolarizado, em geral trabalhando em ocupações não qualificadas. Portanto, trazem consigo o histórico da exclusão social. São, ainda, excluídos do sistema de ensino, e apresentam em geral um tempo maior de escolaridade devido a repetências acumuladas e interrupções na vida escolar. Muitos nunca foram à escola ou dela tiveram que se afastar, quando crianças, em função da entrada precoce no mercado de trabalho, ou mesmo por falta de escolas.

Partindo dessa premissa, entendemos que os estudantes da EJA são jovens, adultos e idosos que buscam qualificação, são trabalhadores oriundos das classes populares, com sonhos e projetos de uma vida melhor. Arroyo (2017) esclarece que são jovens e adultos trabalhadores e que depois de um dia de trabalho buscam a educação como uma maneira para conquistar uma vida mais justa. O autor ainda assevera que conhecer a realidade desses sujeitos contribuirá para enriquecer os currículos, melhorará a formação docente e aproximará estudantes e professores. Ademais, o autor expõe que esses sujeitos têm

O direito à dignidade humana pressupõe lutar por serem reconhecidos humanos já. Sem condicionantes. Nem sequer é necessária a condição de fazer um percurso escolar para reconhecê-los humanos. Uma relação política, ética, humana radical das lutas populares por educação atreladas a suas lutas por Direitos Humanos (Arroyo, 2017, p. 93).

No que tange à EJA, pode-se dizer que é um público diverso, pois como pondera Kern (2014, p. 25), “Estes são sujeitos da diversidade, diversidade esta étnica, monetária e de objetivos e considerá-los como um grupo homogêneo, pessoas pouco escolarizadas, aceitar que todos são iguais se torna um problema”.

Contudo, percebeu-se que no decorrer dos anos houve uma mudança no perfil etário do público alvo atendido pela EJA. Dessa forma, Haddad (2015) já sinalizava para a mudança no perfil do aluno da EJA, que vem se configurando ao longo dos anos com a presença de alunos jovens, o que vem descaracterizar a proposta original da EJA. Assim, percebemos que a juvenilização da EJA é um processo resultante das mudanças nas legislações que estabeleceram a idade mínima de 15 anos para o ingresso na EJA de ensino fundamental e para o ensino médio a idade é de 18 anos. Esse fato transferiu muitos alunos com mais de 14 anos para as turmas de EJA. Este procedimento tem ocasionado problemas na organização da EJA e com isso, exige-se que os gestores das escolas e dos sistemas de ensino repensem as políticas públicas para essa modalidade de ensino. A partir do exposto, Alcântara (2016, p. 94) observa que

o índice de repetência entre os educandos jovens que estão no ensino fundamental ainda é muito elevado na escola, caracterizando-se como um dos grandes problemas que a escola vem enfrentando nos últimos anos. Os alunos ficam repetidas vezes na mesma série e quando alcançam os 14, 15 anos são automaticamente matriculados na EJA. Eles são vistos como problema porque não se enquadram no modelo disciplinar e meritocrático que muitas escolas vêm apregoando ao longo dos anos.

Observa-se, também, que a juvenilização da EJA é um processo resultante da desmotivação dos estudantes, do insucesso escolar durante a idade própria, da necessidade de trabalhar para ajudar a família, da depressão, do *bullying* e de vários outros fatores que geram o abandono escolar. Partindo desse enfoque, Furtado (2015, p. 114) afirma que “[...] a presença dos jovens na EJA é resultado também desse processo de escolarização degradada, que perpetua a exclusão escolar. Os alunos têm acesso à escola, porém não a uma educação que promova suas habilidades e apropriação do conhecimento científico”. Os jovens que abandonam a escola fazem isso por diversos fatores de ordem social e econômica, mas também por se sentirem excluídos dentro da própria realidade de ensino e aprendizagem na escola. Dessa forma, Santos (2003, p. 74) afirma que

Os jovens e adultos pouco escolarizados trazem consigo um sentimento de inferioridade, marcas de fracasso escolar, como resultado de reprovações, do não aprender. A não-aprendizagem, em muitos casos, decorreu de um ato de violência, porque o aluno não atendeu às expectativas da escola. Muitos foram excluídos da escola pela evasão (outro reflexo do poder da escola, do poder social); outros a deixaram em razão do trabalho infantil precoce, na luta pela sobrevivência (também vítimas do poder econômico).

Como consequência desse abandono, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 20,2% dos jovens de 14 a 29 anos não concluiu a Educação Básica. E ainda, o país possui 11 milhões de pessoas analfabetas. Já os dados do Censo Escolar da Educação 2022 apontam que 1,04 milhão de estudantes dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos estavam fora da escola. E de 2019 para 2020, aproximadamente 230 mil alunos dos anos finais do ensino fundamental e 160 mil do ensino médio migraram para a EJA. Assim, a EJA registrou 2,7 milhões de matrículas em 2022, em todo o país, o que caracteriza o processo de juvenilização na modalidade.

Tal processo gera preocupação e um desafio para o sistema educacional atual. Desse modo, se faz fundamental pensar na concepção ampliada de educação de jovens e adultos e dos sujeitos que a compõe,

Primeiramente, cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação pública e gratuita como direito universal de aprender, de ampliar e partilhar conhecimentos e saberes acumulados ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras palavras, os educandos passam a maior parte de suas vidas na condição de aprendizes e, portanto, muitas são as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos. [...] A consciência do direito à educação e a mobilização em sua defesa crescem entre a população jovem e adulta excluída do e no sistema escolar e fazem com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a ela destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam? Como aprendem? Esses sujeitos participam da elaboração das políticas públicas? Pensar sujeitos da EJA é trabalhar para, com e na diversidade. A diversidade é constituída das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afro-descendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latino-americanos, entre outros (BRASIL, 2009, p. 27-28).

Nesse contexto, a EJA, pela sua especificidade e diversidade, precisa de um quadro docente preparado para atuar de forma que leve em consideração todos os diferenciais desses sujeitos, que trabalhe para a permanência e o êxito do aluno por

meio de metodologias e recursos pedagógicos diferenciados. O profissional necessita de formação específica e também entender o perfil dos educandos, ou seja, deve conhecer os seus alunos e suas necessidades. Assim, Moll afirma que,

Fazer-se professor de adultos implica disposição para aproximações que permanentemente transitam entre saberes constituídos e legitimados no campo das ciências, das culturas e das artes e saberes vivenciais que podem ser legitimados no reencontro com o espaço escolar. No equilíbrio entre os dois a escola possível para adultos (Moll, 2004, p.17).

A partir dessa perspectiva, o professor tem o papel de mediador do ensino aprendizagem, utilizando sua prática pedagógica para uma educação crítica e reflexiva, que faça sentido para o sujeito da EJA. Dessa forma, a formação dos jovens e adultos requer modelos educativos apropriados, que os coloquem em contato com a realidade e ajude-os a transformá-la. Quando o docente leva em consideração o conhecimento que os estudantes trouxeram, eles podem participar e construir sua própria aprendizagem, pois o professor é apenas um mediador. É nessa relação entre professor e aluno que ocorre o processo educativo, em que os conhecimentos trazidos pelos alunos são organizados e têm importância no processo de aprendizagem. Assim, o discente se torna mais participativo e a sua autoestima é fortalecida. A aprendizagem será prazerosa e o tornará mais autônomo no seu processo de ensino e aprendizagem e também na participação junto à sociedade. Como nos afirma Freire (1996, p. 58): “No fundo, o essencial nas relações entre o educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia”.

E para a que haja uma educação de qualidade e que as dificuldades, tanto dos jovens quanto dos adultos, possam ser vencidas, Dourado (2013) afirma que

A educação de qualidade visa a emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimite. É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes para encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. A “educação de qualidade” é aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Nesse sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade (CONAE 2014, *apud* Dourado, 2013, p.9).

À guisa de conclusão, conforme Santos, Pereira, Amorim (2018, p. 131) “Esses jovens e adultos que estão frequentando a escola não estão fora de seu tempo ou desconectados da realidade, eles fazem parte da realidade social, histórica e econômica que lhes cabe e, isto posto, cabe então à escola fazer-se com sentido, fazer-se relevante”. E ainda, Arroyo (2011, p. 21) assevera que

A visão reducionista com que, por décadas, foram olhados os alunos da EJA – trajetórias escolares truncadas, incompletas – precisará ser superada diante do protagonismo social e cultural desses tempos de vida. As políticas de educação terão de se aproximar do novo equacionamento que se pretende para as políticas da juventude. A finalidade não poderá ser suprir carências de escolarização, mas garantir direitos específicos de um tempo de vida. Garantir direitos dos sujeitos que os vivenciam.

Dessa forma, é urgente a mudança de visão em relação aos jovens e adultos oriundos da classe popular e frequentadores da EJA. Pode-se dizer que os estudantes da EJA têm muito a contribuir, ampliando e ressignificando o seu conhecimento, propiciando que a formação integral dos sujeitos aconteça.

2.3 Histórico do Curso Técnico em Comércio-EJA/EPT (Proeja) no *campus* Júlio de Castilhos-RS

Conforme aponta o Projeto Pedagógico do Curso (2020), a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Júlio de Castilhos, inaugurada em 29 de maio de 2008, foi implantada na Fase I da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e iniciou suas atividades letivas em 2008. Mas, a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e, por conseguinte, a UNED tornou-se o *Campus* Júlio de Castilhos do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR).

A oferta de Cursos Técnicos EJA/EPT (PROEJA) no Instituto Federal Farroupilha, *campus* Júlio de Castilhos, justifica-se ao vincular o mundo do trabalho à Educação Básica fundamentada nos princípios da formação integrada omnilateral dos sujeitos da EJA, considerando-os em todas as dimensões de formação da vida (PPC, 2020, p. 9). Dessa forma, a formação omnilateral é entendida como sendo

Aquela que diz respeito à formação integral do ser humano, desenvolvido em todas as suas potencialidades, por meio de um processo educacional

que considere a formação científica, tecnológica e humanística, a política e a estética, com vistas à emancipação das pessoas. Essas dimensões são o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico, associado ao modo de produção); a ciência e a tecnologia compreendidas como os conhecimentos produzidos pela humanidade e que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e a cultura, que corresponde aos valores éticos, estéticos e políticos, são orientadores das normas de conduta da sociedade (BRASIL, 2013, p. 34).

Assim, de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (2020), no *campus* Júlio de Castilhos, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos teve seu início em 2008, oferecendo o curso Técnico em Informática. Na primeira etapa foram efetivadas duas turmas, mas no final do ano apenas 50% dos alunos completaram a série. No ano seguinte, em 2009, outro grupo de alunos ingressou no curso (35 pessoas), entretanto, foram constatadas dificuldades na efetivação do curso que vinham desde a estrutura física até a abrangência dos componentes curriculares, dessa forma, pensou-se em uma nova alternativa de curso que contemplasse as expectativas dos novos alunos.

Nesse sentido, o *campus* realizou uma audiência pública na comunidade de Júlio de Castilhos e a área de serviços foi a mais solicitada pelos participantes. Então, respeitando os anseios da comunidade, bem como, propondo a verticalização das ofertas de curso é que foi apontado o curso Técnico em Comércio, que teve o início de suas atividades em 2010.

Nessa perspectiva, “ao propor o curso de PROEJA na área do comércio quis se modificar e fortalecer elementos da realidade” (PPC, 2020, p.10). Além disso, buscou-se “contribuir para uma sólida formação integrada, compreendendo uma formação geral e conhecimentos específicos das práticas profissionais”, permitindo “uma compreensão da cultura e do significado das relações comerciais no mundo globalizado.” Desse modo, “pretendeu-se possibilitar ferramentas para que homens e mulheres elevassem seu nível de compreensão sobre a natureza e a sociedade e, particularmente sobre o mundo do trabalho como dimensão fundamental de sua existência” (idem, p. 10).

Assim, o objetivo do curso é

Proporcionar aos jovens e adultos a oportunidade de concluírem o Ensino Médio integrado a uma formação profissional, permitindo que construam seus próprios caminhos de inserção profissional assumindo uma ação socioambiental e de responsabilidade na busca da qualificação e o exercício da cidadania transformadora (PPC, 2020, p. 11).

Inicialmente, o Curso apresentou um “Projeto Pedagógico voltado à Economia Solidária, com disciplinas e Eixos Temáticos semestrais. O Projeto Integrador orientava o trabalho e estava ligado ao eixo temático de cada semestre”. Entretanto, em 2012, “a estrutura curricular passou a ser anual e mantiveram-se os Eixos Temáticos semestrais que orientavam os Projetos Integradores”. E a partir de 2014, foram realizadas novas alterações e assim, “o Eixo Temático passou a ser anual”, além disso, “as disciplinas sofreram modificações no ementário e nomenclatura e consolidou-se o Bazar do Curso Técnico em Comércio como Projeto Integrador” (PPC, 2020, p. 10).

A partir de reuniões semanais, os docentes do curso iniciaram um diálogo acerca da temática para o projeto integrador, que se estendeu até a sala de aula, e assim, teve início o entendimento do significado do termo Economia Solidária, ou seja, seu histórico, perspectivas e estado da arte na atualidade. Para a construção do primeiro empreendimento na referida linha de ação, houve distintos momentos, desde a construção coletiva do tema, até a discussão sobre habilidades do grupo de alunos, culminando em um levantamento sobre as possibilidades de um primeiro empreendimento-laboratório dos educandos. Dentre as muitas alternativas levantadas, o grupo decidiu pela fabricação de sabões com óleo usado, proveniente do refeitório local, como atividade inicial para os ensaios empreendedores do grupo.

Para promover outras formas de aprender, além de proporcionar aos alunos novas experiências, em 2011, aconteceu a primeira viagem de estudos, organizada pelos professores de Espanhol e Geografia e participaram os alunos do Técnico em Comércio, Técnico em Secretariado, Técnico em Informática e alguns professores. A viagem tinha por objetivo conhecer a Fronteira da Paz que abrange as cidades de Rivera (Uruguai) e Santana do Livramento (Brasil), e propiciou o contato direto dos estudantes com os nativos da língua castelhana, puderam conhecer as Instituições Públicas, a arquitetura, conhecer o comércio, a moeda e fazer o câmbio, além de provar a gastronomia local. A partir daí, realizou-se uma viagem a cada ano.

Também em 2011, promoveu-se “Atividades de Integração e Reflexão” como palestras, atividades de integração desportiva e recreativa, mostra de trabalhos, disciplina eletiva, participação na Semana do Técnico em Secretariado, participação na 7ª Feira de Economia Solidária do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e 18ª Feira do Cooperativismo, participação no Encontro Estadual de Estudantes PROEJA, pois o aluno precisa sentir-se partícipe da instituição e perceber que as

atividades são pensadas para que se sintam valorizados e acolhidos.

A partir de 2012, as disciplinas passaram a ser anuais e houve o ingresso de duas turmas de primeiro ano. O projeto integrador do primeiro ano versava sobre “O Mundo do Trabalho e Sustentabilidade” e pretendia reconstruir a história das coisas e mostrar um destino final para os produtos após o seu consumo. O projeto do segundo ano versava sobre “A ética e as Relações Comerciais”. E do terceiro ano versava sobre “Empreendedorismo”, sendo que ao final do projeto pretendia-se formar a Associação dos Alunos. Desde 2012 também é promovida a Semana do Eixo Gestão e Negócios em que participam os alunos do Técnico em Comércio e PROEJA FIC.

Em 2013, também aconteceu um curso de aperfeiçoamento em PROEJA, de agosto a novembro, totalizando 120 horas de formação. Desse modo, constituiu-se um grupo coeso que entendia a importância da educação de jovens e adultos e da integração entre educação básica e educação profissional.

O Curso Técnico em Comércio/PROEJA, em parceria com o Curso Assistente em Operações Administrativas - PROEJA FIC, realizou, de 2013 até 2019, uma atividade denominada “Bazar”. Foi uma atividade de Prática Profissional Integrada/PPI que visava garantir a prática profissional nos cursos técnicos do Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Júlio de Castilhos, orientada pelas diretrizes institucionais e demais legislações. Essa PPI visava agregar conhecimentos por meio da integração entre as disciplinas do curso, resgatando conhecimentos e habilidades adquiridos na formação básica. Ela tinha por objetivo aprofundar o entendimento do perfil do egresso e áreas de atuação dos cursos, buscando aproximar a formação dos estudantes com o mundo do trabalho.

O Bazar pretendia articular horizontalmente os conhecimentos, oportunizando um espaço de discussão e entrelaçamento entre as disciplinas e os saberes da trajetória de vida dos educandos, além de promover a interação com a comunidade, proporcionando a oportunidade de comércio e entretenimento. Também tinha como finalidade aliar a teoria com a prática, para oportunizar aos alunos condições de geração de renda na perspectiva da economia solidária, utilizando materiais recicláveis e reutilizáveis. Esse trabalho evidenciou uma tentativa de desenvolver um currículo integrado e que para Alonso e Sousa (2013, p. 54) implica uma postura

complexa e abrangente, na medida que não considera apenas o conhecimento normalmente associado às disciplinas escolares, que tem sido influenciado pelo que se designa como conhecimento acadêmico. Admite a possibilidade de mobilização de todos os tipos de conhecimento que possam contribuir para que o aluno compreenda melhor o mundo à sua volta e se compreenda melhor a si próprio, enquanto indivíduo e cidadão.

Em comemoração aos 10 anos da oferta do PROEJA no Brasil, houve uma comemoração em rede nacional. Dessa forma, promoveu-se no dia 31 de agosto de 2017 o Encontro de Alunos e Ex-Alunos do PROEJA e PROEJA FIC do *campus* Júlio de Castilhos, em que foi possível confraternizar e também ouvir o depoimento de alguns egressos do curso.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino obrigatória, o IFFar tendo em vista a garantia da continuidade da oferta, alterou a nomenclatura de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), para EJA integrada à Educação Profissional e Tecnológica – EJA/EPT(PROEJA), efetivando-a como política institucional e preparada para abarcar a elevação da escolaridade com profissionalização (PDI, 2019, p. 52).

Em 2019, houve a reformulação do PPC, sendo o coordenador o responsável por sua elaboração, porém essa foi uma construção coletiva, assim alunos, professores e setor pedagógico fizeram parte dessa construção. As alterações versaram sobre o nome de disciplinas, carga horária, integração de algumas disciplinas, ano de oferta, alteração das ementas e conteúdos especiais obrigatórios.

Segundo o PPC (2020, p. 25), “a concepção do currículo do Curso Técnico em Comércio Integrado EJA/EPT (PROEJA) tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho”. Atualmente, o currículo do Curso está organizado a partir de 03 (três) núcleos de formação: Núcleo Básico, Núcleo Politécnico e Núcleo Tecnológico, os quais são perpassados pelo Projeto Integrador que constitui a Prática Profissional. A carga horária total é de 2400 horas relógio, composta pelas cargas horárias dos componentes curriculares divididos em núcleos que são: 1200 horas aula para o Núcleo básico, 400 horas aula para o Núcleo Politécnico e 800 horas aula para o Núcleo Tecnológico, além disso, ocorre em 5 (cinco) dias semanais presenciais, com 4 (quatro) períodos diários (PPC, 2020).

Ainda, conforme o PPC (2020, p. 26), para além da organização dos núcleos, o Curso “fundamenta-se na delimitação de tempos e espaços de ensinar e aprender,

em que a diversidade apresentada pelos estudantes exige um currículo flexível com metodologias adequadas à realidade, porém, com a garantia de qualidade pedagógica que assegure a articulação entre os saberes da vida e os conhecimentos científicos acadêmicos”.

A proposta metodológica inclui o percentual de atividades não presenciais (cerca de 17%) e a organização do Projeto Integrador acontece “a partir dos conhecimentos das disciplinas e temáticas que norteiam a integração entre os Núcleos e os componentes curriculares conforme a matriz, ementas e o perfil de egresso”, além disso, é desenvolvido por todas as disciplinas de forma integrada (PPC, p. 26).

Com relação aos conteúdos estruturantes, “são os mesmos do ensino regular do nível Médio, porém, com encaminhamento metodológico diferenciado, considerando as especificidades dos estudantes da EJA”, ou seja, “o tempo curricular, ainda que diferente do estabelecido para o ensino regular, contempla o mesmo conteúdo.” Tal fato ocorre, pois “o público adulto possui conhecimentos adquiridos e construídos em outras instâncias sociais, uma vez que a escola não é o único espaço de produção e socialização de saberes”. Dessa maneira, “é possível tratar do mesmo conteúdo de formas e em tempos diferenciados, tendo em vista as experiências e trajetórias de vida dos estudantes” (PPC, 2020, p. 27).

No ano de 2020, iniciamos o ano letivo normalmente, com muitos planos em mente, porém após um mês de aulas, paramos devido à Covid-19. Após pararmos e retornarmos com o modelo remoto, muitas incertezas e preocupações pairavam sobre todos. Haja vista o cenário pandêmico, organizamos as disciplinas em módulos, sendo realizadas adaptações pedagógicas para a execução/desenvolvimento dos conteúdos. A partir de então, passamos a ter momentos síncronos e assíncronos e o docente se viu exigido a dar conta das demandas e necessitou promover a aprendizagem da melhor forma possível, lançando mão de práticas diferenciadas para conseguir a atenção e participação do educando. Ainda, o projeto integrador e as viagens deixaram de ser realizadas, devido ao distanciamento e às atividades remotas.

Ao retornarmos ao ensino presencial em 2022, retomamos gradativamente as atividades que eram desenvolvidas antes da pandemia. Os professores levantaram as necessidades dos discentes e foi realizada a retomada de conteúdos não assimilados durante o ensino remoto.

Felizmente, o número de matrículas no ano de 2022 foi melhor do que o esperado, pois após dois anos de ensino remoto, imaginava-se que os alunos não retornariam.

2.4 A Pandemia e o Ensino Remoto Emergencial

De acordo com Organização Mundial de Saúde (2020, *on-line*), a Pandemia de Covid-19 iniciou-se na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China, pois em 31 de dezembro de 2019 a OMS foi alertada sobre vários casos de pneumonia naquela cidade. Uma semana depois, as autoridades chinesas declararam que haviam identificado um novo tipo de coronavírus, que recebeu o nome de SARS-CoV-2, sendo o responsável por causar a doença infecciosa Covid-19. SARS é a abreviação de *Severe Acute Respiratory Syndrome*, ou seja, Síndrome Respiratória Aguda Grave e CoV é a abreviatura de coronavírus, e ainda, o número 2 foi acrescido por já existir outra SARS-CoV anterior.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional e já em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada como uma pandemia, sendo que o termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade, pois a doença já estava espalhada em vários países e regiões do mundo (OMS, 2020, *on-line*).

Como medida para a redução da circulação do vírus, a OMS recomendou o distanciamento social, o *lockdown* (ou confinamento) e também a instituição do uso de máscaras pela população. Conseqüentemente, houve o fechamento de muitos estabelecimentos comerciais e de negócios, instituições financeiras e instituições de ensino para evitar o contágio, mesmo assim, mais de 760 milhões de casos e 6,9 milhões de mortes foram registrados em todo o mundo desde dezembro de 2019 (*idem, ibidem*).

De fato, o *lockdown* decretado em sedes metropolitanas e cidades médias, como decorrência do alto contágio, da gravidade dos casos e das restrições do sistema médico-hospitalar, resultou em altas taxas de desemprego, sobretudo para a população com qualificação profissional e escolaridade mais baixas. Para o grupo de trabalhadores manuais, o trabalho remoto não se colocou como possibilidade, e o fechamento do comércio e dos serviços representou a perda da atividade econômica e o aumento da vulnerabilidade e da pobreza (Bógus; Magalhães, p. 3).

A pandemia de Covid-19 suscitou impactos em diversas esferas da sociedade, repercutindo na vida cotidiana e na saúde mental das pessoas, na educação, na economia e na política dos países. Senhoras (2020, p. 132) apontou para os efeitos críticos da pandemia da Covid-19 sobre a educação, pois o processo de ensino aprendizagem foi comprometido e houve o aumento da evasão escolar, “os quais demandaram ações estratégicas de curtíssimo prazo para a eventual continuidade dos estudos, bem como o esforço de um planejamento de resolução de problemas para a normalização dos ciclos escolares no médio prazo”.

Conforme os dados da UNESCO (2020, *on-line*), o fechamento presencial das instituições educacionais atingiu 1,7 bilhão de estudantes (90% de todos os estudantes no mundo), de diferentes níveis e faixas etárias em até 193 países, sendo que os jovens mais vulneráveis foram os mais atingidos. Ademais, Sanz, Sáinz e Capilla (2020, p. 16) afirmam que “é preciso reconhecer que os estudantes de famílias menos abastadas têm menor probabilidade de obter apoio acadêmico dos seus pais.”, além disso, “nem todas as famílias têm bom acesso à Internet e alguns computadores podem estar obsoletos”.

A partir da propagação do vírus e número de casos no Brasil, o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, por meio da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Assim, o Ministério da Educação se manifestou no dia 17 de março de 2020, por meio da Portaria nº 343, sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia da Covid-19.

Em 20 de março de 2020, o Congresso Nacional aprovou o Decreto Legislativo nº 6 que reconheceu o estado de calamidade pública e em 1º de abril de 2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 934 que estabeleceu normas excepcionais para o ano letivo da Educação Básica e do Ensino Superior. E, finalmente, em 3 de abril de 2020, o MEC publicou a Portaria nº 376 que dispunha sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio enquanto durasse a situação de pandemia da Covid-19. A Portaria autorizou a suspensão das aulas presenciais ou substituição por atividades não presenciais por até 60 dias nas instituições integrantes do sistema federal de ensino quanto aos cursos de educação profissional técnica de nível médio em andamento.

Com a publicação da Portaria MEC nº 544/2020 e do Parecer CNE/CP nº 05/2020, que orientaram a manutenção do calendário acadêmico e das atividades de

ensino de forma remota até 31 de dezembro, visando evitar a contaminação e a propagação do vírus, as instituições de ensino migraram para o ambiente digital, assim, termos como ensino remoto, educação a distância, ensino virtual, aulas síncronas e assíncronas passaram a ter maior destaque.

E como se tratava de um cenário novo para todos, foi necessário diferenciar os conceitos de ensino remoto e educação a distância, pois não eram sinônimos e os currículos da instituição não foram pensados para o trabalho a distância. Desse modo, os docentes tiveram que assumir o processo de planejamento, criação, adaptação dos planos de ensino, o desenvolvimento de cada aula e a aplicação de estratégias pedagógicas *on-line*. Assim, de acordo com Bacich (2018, p. 249) "Tornar o professor proficiente no uso das tecnologias digitais de forma integrada ao currículo é importante para uma modificação de abordagem que se traduza em melhores resultados na aprendizagem dos alunos".

Para Behar (2020, *on-line*), "o termo 'remoto' significa distante no espaço e se refere a um distanciamento geográfico." Ou seja, é remoto porque os professores e alunos foram impedidos de frequentarem instituições de ensino para evitar a disseminação do vírus e é emergencial porque do dia para noite o planejamento pedagógico foi revisto.

E ainda, Hodges *et al.* (2020, p. 11), definiu o Ensino Remoto Emergencial como sendo "uma mudança temporária de ensino instrucional para um modo alternativo de ensino devido à existência de crise circunstancial.", além disso, "Envolve o uso de soluções de ensino totalmente remotas para instruir ou educar que, de outra maneira, seriam ministradas presencialmente ou como cursos mistos ou híbridos e que retornarão ao formato presencial tão logo a crise ou emergência reduzir seu impacto."

Já a Educação a Distância (EaD), diferencia-se do ensino remoto emergencial, pois é uma modalidade educacional que tem um planejamento de acordo com as diretrizes educacionais dessa modalidade de ensino, e que, conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, conceitua-se como

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017, *on-line*).

As diferenças entre a educação a distância e o ensino remoto também ficaram evidenciadas nas Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto no IFFar (2020, p. 4), pois o ensino remoto não era sinônimo de educação a distância, nem era a transposição do ensino presencial para plataformas digitais, tampouco, se resumia às atividades não presenciais. Sob esse prisma, o ensino remoto conceituou-se como “uma solução temporária, com vistas a dar continuidade aos processos de ensino e aprendizagem no contexto de isolamento social que estamos vivendo e, portanto, não configura uma nova modalidade de ensino” (idem, ibidem, p. 4). Além disso, definiu-se como

uma prática de ensino em que os sujeitos (professor e estudante) se encontram em espaços distintos (suas casas) e a interação entre eles ocorre por meio de tecnologias da informação e comunicação, de forma síncrona ou assíncrona, a partir de diferentes metodologias de ensino/aprendizagem e contando com diferentes suportes para o acesso aos conteúdos/conhecimentos que são objetos desse processo formativo (Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto no IFFar, p. 5).

Nessa perspectiva, as atividades presenciais no IFFar foram substituídas pelo ensino remoto a partir do dia 17 de março de 2020. Inicialmente, fez-se a transposição do ensino presencial para outro espaço geográfico, utilizando-se dos meios digitais, ou seja, as aulas ocorriam em um tempo síncrono e seguiam a mesma organização do presencial, utilizando um ambiente virtual. A partir de então, houve a criação do Comitê Institucional Emergencial (CIE) que realizou um processo de avaliação e acompanhamento das atividades. Diante de pesquisas realizadas pelo CIE, verificou-se que essa nova forma de oferta do ensino não estava sendo eficiente, por diversos motivos, entre os quais se destacam:

- riscos da conectividade: falta de internet, de pacote de dados e de aparelhos que comportem e mantenham a qualidade de conexão;
- falta de fluência no uso de sistemas e de ferramentas de interação e de interatividade;
- falta de controle sobre o acesso qualitativo aos conteúdos;
- falta de planejamento e formação dos docentes para o desenvolvimento do ensino remoto;
- não engajamento de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;
- inserção na rotina familiar;
- desmotivação diante do desconhecido e apreensão diante das incertezas (Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto no IFFar, 2020, p. 3).

No entanto, o calendário acadêmico foi suspenso no dia 14 de maio de 2020, devido ao agravamento da pandemia. Durante esse período houve a reorganização das disciplinas e dos conteúdos programados para serem desenvolvidos remotamente até o final do primeiro semestre.

Em um primeiro momento, foram definidas as Diretrizes Pedagógicas Gerais para o desenvolvimento do ensino remoto no IFFar e pensados alguns princípios e objetivos que balizariam o ensino remoto planejado, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Princípios e Objetivos do Ensino Remoto Planejado

Princípios do Ensino Remoto Planejado	Objetivos do Ensino Remoto Planejado
<ul style="list-style-type: none"> - Empatia - cuidado primeiro com as pessoas, suas vidas e saúde; - Todos os estudantes importam; - Fazer o possível, diante das condições que temos; - O fazer pedagógico deve partir do simples ao complexo, avançando o nível formativo conforme suas possibilidades; - Foco na aprendizagem; - A aula no formato que conhecemos não será possível, há que se pensar em novas possibilidades; - Agir com criatividade, resignificando as dificuldades encontradas em potencialidades para a criação do novo; - Sair de uma cultura de ensinamento para a aprendizagem ativa e personalizada; - Aceitar as incertezas, agir com equidade, respeitando a igualdade de direitos e a individualidade de cada um; - Somos todos aprendentes, todos fazemos parte da turma de 2020; - Essa é uma oportunidade de mudar a educação, atualizá-la frente às demandas do século vigente; - Moderação das expectativas: precisamos ter consciência dos nossos limites nesse momento, oferecendo apenas o que temos condições e tomando do estudante apenas o necessário, nem mais nem menos. A situação de isolamento já está exigindo mais do que o habitual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o vínculo do estudante com a instituição; - Sensibilizar o estudante a se manter ativo em seus estudos; - Estimular a aprendizagem; - Incentivar a capacidade de agir de forma autônoma; - Promover a autodisciplina, desenvolvendo nos alunos um compromisso com a própria aprendizagem (aprender a aprender); - Proporcionar a construção, elaboração e reelaboração dos conhecimentos de maneira colaborativa e coletiva.

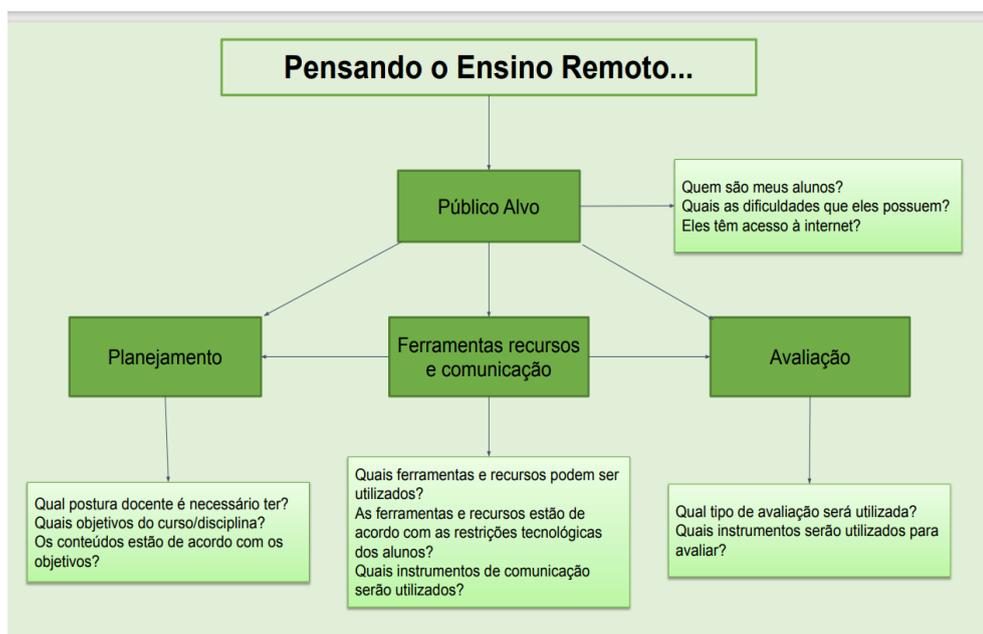
Fonte: Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto no IFFar (2020, p. 6)

Nesse horizonte, a necessidade de pôr em prática o ensino remoto exigiu planejamento da instituição, adequação da sala de aula ao contexto remoto, planejamento pedagógico e adaptação dos alunos ao novo modelo de educação. Para este planejamento e elaboração de novo Plano de Trabalho, o Comitê Assessor de Ensino (CAEN) traçou algumas orientações, conforme Parecer IFFar/CAEN nº 04/2020.

[...] sugere-se analisar os conteúdos que ainda precisam ser abordados, respondendo à pergunta: “Quais aprendizagens (conteúdos, habilidades) são as mais importantes neste momento?” - Após essa definição: • ordenar os conteúdos a serem abordados e destacar três ou quatro itens essenciais por conteúdo; • pensar e destacar perguntas que deverão ser respondidas e compreendidas acerca do conteúdo selecionado; • criar um glossário de palavras importantes que precisam, minimamente, ser aprendidas, memorizadas e aplicadas; • a partir disso, pensar em atividades mais adequadas para responder as perguntas elencadas. (Parecer IFFar/CAEN n. 04/2020, p. 04)

Dessa forma, o esquema apresentado na figura 1 demonstra que o ensino remoto precisava levar em consideração o público alvo a que se destinava, devia-se planejar o ensino tendo em vista objetivos bem delineados e utilizar-se de ferramentas e recursos condizentes com a realidade do estudante, além de pensar em como avaliar esse discente.

Figura 1 – Pensando o ensino remoto



Fonte: Protocolo IFFar – A transposição das ações do ensino remoto para o presencial (2021)

Também foi um momento para a formação dos docentes, técnicos administrativos e discentes de todas as unidades do IFFar por meio do Programa “IFFar FormAção: conectando Saberes e Práticas”, que, de acordo com as Diretrizes do Ensino Remoto (2020, p. 15), “objetivava o aprofundamento teórico, o aprimoramento metodológico e a fundamentação da prática pedagógica na

Educação Profissional e Tecnológica.” O retorno às atividades remotas ocorreu no dia 03 de agosto e perdurou até fevereiro de 2022.

A pandemia evidenciou a necessidade do letramento digital¹ por parte dos alunos, mas também a necessidade de formação para as novas tecnologias por parte dos professores. Desse modo, Pizzol; Pinheiro (2021, p. 2) afirmam que

Tratar da formação continuada na era tecnológica torna-se um assunto obrigatório, uma vez que as tecnologias estão presentes no entorno do ambiente escolar e, assim, educar os educadores para o uso e mediação da prática educativa com auxílio das tecnologias digitais contribui para a reflexão sobre as novas maneiras de realizar a ação pedagógica. É necessário que as Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação devem ser utilizadas nos cursos de formação continuada, pois, torna-se inviável buscar uma formação para atender às demandas sociais sem incluí-las, considerando que o acesso às tecnologias já fazem parte do cotidiano de muitos sujeitos.

Nesse cenário, cada vez mais o profissional de ensino se viu exigido a dar conta das demandas e necessitou promover a aprendizagem da melhor forma possível. Para isso, lançou mão de práticas inovadoras para conseguir a atenção e participação do educando. Segundo Moreira; Henriques e Barros (2020, p. 352),

[...] a suspensão das atividades letivas presenciais por todo o mundo gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade on-line, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de emergência.

Assim, a escolha tecnológica passou a ser essencial e como suportes tecnológicos, para o desenvolvimento das atividades, foram utilizadas ferramentas educacionais, sendo uma delas o *Google Meet*, que é vinculado às contas institucionais de *e-mails*. Dessa forma, o ensino remoto na instituição foi colocado em prática através de aulas síncronas pelo *Google Meet* e o material foi disponibilizado pelo sistema institucional SIGAA, além de ser enviado por *e-mail*, disponibilizado nos grupos das turmas e também impresso para aqueles que o solicitassem. Além disso, as aulas ficavam gravadas e eram disponibilizadas aos alunos que não pudessem se fazer presentes nos momentos síncronos.

Em um primeiro momento, os educandos apresentaram dificuldades iniciais

¹ “Letramento digital diz respeito às práticas sociais de leitura e produção de textos em ambientes digitais, isto é, ao uso de textos em ambientes propiciados pelo computador ou por dispositivos móveis, tais como celulares e tablets, em plataformas como e-mails, redes sociais na web, entre outras” (Coscarelli & Ribeiro, 2005).

de acesso, no que se referia à falta de computadores e limitação de dados de internet, além das dificuldades de manuseio dos equipamentos eletrônicos e familiaridade com os recursos digitais e sistema institucional. Em relação aos estudantes da EJA, houve uma grande preocupação, devido à especificidade dessa modalidade, pois os estudantes não estavam familiarizados com os recursos informáticos e sentiam a necessidade do contato presencial e interação com professores e colegas. Para Nóvoa (2020), a pandemia acentuou a desigualdade social e, por isso, os educadores precisaram agir para manter as atividades educativas e pedagógicas fora da sala de aula.

E analisando as informações do Relatório do Censo Escolar 2021, com relação ao ensino remoto durante a pandemia de Covid 19, percebeu-se que as escolas da rede federal foram as que mais ofereceram apoio de comunicação e tecnologia aos seus alunos.

O acesso gratuito ou subsidiado à internet em domicílio foi oferecido por 82,5% das escolas na rede federal, por 21,2% na rede estadual e por apenas 2,0% na rede municipal. Quando observada a disponibilização de equipamentos para uso do aluno (computador, notebook, smartphones, etc.), os percentuais foram de 80,9% na rede federal, 22,6% na rede estadual e 4,3% na rede municipal de ensino. Os percentuais relativamente baixos nas escolas da rede privada possivelmente estão relacionados à menor demanda (INEP, 2022, *on-line*).

Também, de acordo com o mesmo relatório, mais de 70% das escolas adotaram as aulas síncronas para desenvolver as atividades com os alunos.

Mais de 70% das escolas das redes federal, estadual e privada adotaram a transmissão de aulas síncronas (aulas ao vivo por internet, televisão ou rádio) como ferramenta para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com os alunos. Na rede municipal, apenas 31,9% das escolas adotaram essa estratégia e 50,5% adotaram a disponibilização de aulas previamente gravadas para os alunos, o que pode refletir a carência de infraestrutura de internet nas escolas municipais, assim como a dificuldade de acesso à internet pelos alunos⁴ (INEP, 2022, *on-line*).

Desse modo, o apoio dado pela rede federal foi essencial para que os estudantes não perdessem o ano letivo e conseguissem enfrentar as dificuldades decorrentes do novo método.

2.5 Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha

De forma geral, a problemática da evasão sempre foi uma constante na educação e gera uma preocupação no cenário das políticas públicas educacionais, por conseguinte, sempre se buscou formas de promover a permanência e êxito dos estudantes.

A evasão na educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é uma problemática que precisa ser focada nas políticas educacionais e nas ações educativas no interior da instituição escolar, pelos investimentos que são dispensados para essa oferta, pois o seu papel social está ligado à inclusão social/educacional dos estudantes que ali estão matriculados na maioria das vezes oriundos das camadas populares (Ferreira, 2017, p. 5).

De acordo com Silveira (2017), os altos índices de evasão geraram uma auditoria pelo Tribunal de Contas da União (TCU) no ano de 2013, recomendando à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica que medidas fossem tomadas para reduzir tais índices, pois houve um alto investimento financeiro na expansão da Rede Federal.

A seguir, a tabela 1 apresenta dados sobre retenção, evasão e conclusão nos anos 2013 e 2014 no IFFar, extraídos do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) sobre a permanência e o êxito, o que demonstrou a necessidade de ações para combater a evasão e a retenção.

Tabela 1 – Taxa de Conclusão, Retenção e Evasão no IF Farroupilha

Indicador	Instituição		Unidades consolidadas		Unidades em consolidação	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
1. Taxa de Retenção	33,57	34,78	33,24	36,35	34,38	31,87
2. Taxa de Conclusão	14,25	12,74	12,93	12,61	17,53	12,99
3. Taxa de Evasão	17,92	11,83	20,84	11,82	10,69	11,85

Fonte: Diagnóstico Quantitativo e Qualitativo das Taxas de Evasão, Retenção e Conclusão (2016, p. 129)

Inicialmente, criou-se um grupo de trabalho, instituído pela Portaria SETEC/MEC nº 39/2013, com o objetivo de elaborar relatórios sobre os índices de evasão, retenção e conclusão dos cursos ofertados na Rede Federal. O Documento

Orientador elaborado pelo grupo de trabalho serviu para que fosse criado um Plano Estratégico de Intervenção e Monitoramento para Superação da Evasão e Retenção, portanto, estabeleceu-se “que as metas e as ações decorrentes do plano fossem alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e os resultados alcançados, publicados no relatório anual de gestão de cada IF” (Rodrigues, 2023, p. 25). Assim, determinou-se a formulação de Nota informativa para as Instituições da Rede Federal, contendo

as orientações para a elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos Estudantes, que contemplem o diagnóstico das causas de evasão e retenção e a implementação de políticas e ações administrativas e pedagógicas de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo nas instituições da Rede Federal, respeitadas as especificidades de cada região e território de atuação (Nota informativa n.138 2015/DPE/SETEC/MEC).

Nesse âmbito, a Portaria nº 23, de 10 de julho de 2015 – MEC/SETEC, instituiu e regulamentou a comissão permanente de acompanhamento das ações de permanência e êxito dos estudantes da Rede Federal de Ensino, com a incumbência de “Orientar as Instituições da Rede Federal na elaboração e aperfeiçoamento dos Planos Estratégicos para a Permanência e Êxito dos Estudantes da Rede Federal”, além disso, de “Receber, analisar e propor melhorias aos Planos Estratégicos para a Permanência e o Êxito dos Estudantes”, também de “Monitorar e acompanhar a execução dos Planos Estratégicos nas Instituições da Rede Federal”, e por fim, de “Propor mecanismos de divulgação das ações institucionais e dos seus resultados” (Portaria nº 23/2015, *on-line*).

No entanto, Oliveira (2021, p. 49-50) menciona que

a expressão “permanência e êxito”, como ideia ou conceito, já constava na LDB em diferentes momentos, como nos princípios e fins da educação nacional, no Art 3º (I - igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, quando tratou do direito à educação e do dever de educar) e no Art 4º (VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola)”.

Desse modo, partindo do entendimento do que significavam os termos

“Permanência e Êxito” e das orientações propostas, foi criado o Programa Permanência e Êxito no IFFar, através da Resolução do CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. Assim, a Permanência

Engloba a participação dos alunos em atividades extra classe; os acessos dos estudantes aos auxílios da Assistência Estudantil; a moradia estudantil; os serviços de refeitório das unidades; os espaços de socialização e potencialização estudantil; os serviços de Saúde nas unidades; o serviço de Apoio Pedagógico nas unidades; o apoio aos estudantes na melhoria do transporte para acesso à instituição; as Políticas de Ações Inclusivas e o acolhimento aos discentes (PDI 2019-2026, p. 88).

Já o Êxito se caracteriza

[...] pelo desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais, preparação para o trabalho e para a cidadania, isto é, saber tomar decisões, fazer análises, interpretar informações, ter atitude de pesquisa, saber trabalhar em conjunto, ter capacidade de interferir criticamente na realidade para transformá-la, formar valores éticos, qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias (Oliveira, 2021, p. 51).

O objetivo do Programa era “consolidar a excelência da oferta da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IFFar”. E ainda, apresentava como objetivos específicos: “Socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; Propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência” (PPE, 2015, p. 3).

Conforme o programa, sua efetivação se justificava devido ao cumprimento da meta institucional de redução dos índices de evasão e retenção. Nesse sentido, o texto apontava que a instituição deveria concentrar esforços nas ações para garantir que os alunos permanecessem e tivessem sucesso em seus estudos, minimizando a retenção e evasão da escola, pois “O foco no sucesso do aluno, na verdade, deveria ser sempre a finalidade primordial de uma instituição de ensino” (PPE, 2015, p. 4).

Além disso, conforme o PPC do Curso Técnico em Comércio (2020, p. 23), o programa buscava “socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal”, além disso, “propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelos processos de evasão e retenção categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição”, também “instigar o sentimento de pertencimento ao IFFar e consolidar a

identidade institucional” e “atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção”.

Para tanto, o PPC (2020, p. 23) afirma que para a implementação do Programa, os *campi* deveriam propor “ações de sensibilização e formação de seus servidores”, realizar “pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos estudantes”, ofertar “programas de acolhimento e acompanhamento aos estudantes”, ampliar os “espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família”, receber “prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos *campi*” e propor “programa institucional de formação continuada dos servidores”, além de promover “ações de divulgação da Instituição e de cursos”, dessa forma, o IFFar trabalharia, através do PPE, em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010). Assim, a Política de Assistência Estudantil que nortearia os procedimentos do Setor de Assistência Estudantil atuaria com base no PNAES para

a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (Portal do MEC, *online*).

Sob essa perspectiva, o PDI 2019-2026 também tratou sobre a política de permanência e êxito no IFFar, por meio do programa, trazendo como principal objetivo “consolidar a excelência da oferta da educação profissional e de promover ações para a permanência e êxito dos estudantes”, em seguida, pretendia entender as causas da evasão e retenção, para que, com base nisso, fosse possível combater essa problemática que afeta as instituições e estimular a permanência dos estudantes, através de atenção e um acolhimento diferenciado, atendendo as necessidades que os alunos apresentam ao chegarem à instituição (PDI, 2019, p. 58).

Adicionalmente, ratificava a política de permanência e êxito no IFFar e o propósito de assegurar a manutenção do vínculo com a instituição e a integralização dos cursos por meio de metas e ações a serem desenvolvidas, conforme quadro 3.

Quadro 3 - Objetivo estratégico para promover permanência e êxito dos alunos

OBJETIVO ESTRATÉGICO 7: PROMOVER PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ALUNOS	
METAS	AÇÕES
Meta 1: Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos integrados de 9,4% para 5%, até 2026.	1 Apresentar/retomar/avaliar o Programa Permanência e Êxito (PPE) semestralmente com os servidores e os estudantes;
Meta 2: Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos integrados de 6,79% para 4,5%, até 2026.	2 Elaborar e implementar o PPE no âmbito dos cursos, com definição de metas, considerando índices de evasão e retenção;
Meta 3: Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos subsequentes de 32,3% para 21%, até 2026.	3 Fortalecer as políticas de ações inclusivas;
Meta 4: Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos subsequentes de 6,89% para 5,5%, até 2026.	4 Qualificar e fortalecer os momentos de acolhimento dos discentes;
Meta 5: Reduzir o índice de evasão dos cursos técnicos PROEJA de 20,2% para 13%, até 2026.	5 Criar e implementar o Programa de Apoio Pedagógico e Complementação de Estudos aos Estudantes;
Meta 6: Reduzir o índice de retenção dos cursos técnicos PROEJA de 7,93% para 6%, até 2026.	6 Propiciar atividades extraclasse aos estudantes do IFFar;
Meta 7: Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de licenciatura de 20,3% para 13%, até 2026.	7 Agilizar o acesso dos estudantes aos benefícios e programas de assistência estudantil;
Meta 8: Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de licenciatura de 13,20% para 9%, até 2026.	8 Qualificar os serviços de moradia estudantil;
Meta 9: Reduzir o índice de evasão dos cursos superiores de tecnologia de 21,6% para 14%, até 2026.	9 Qualificar os serviços dos refeitórios das unidades do IFFar;
Meta 10: Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de tecnologia de 8,71% para 6,5%, até 2026.	
Meta 11: Reduzir do índice de evasão dos cursos superiores de bacharelado de 8,8% para 5%, até 2026.	
Meta 12: Reduzir o índice de retenção dos cursos superiores de bacharelado de 23,7% para 18%, até 2026.	
Meta 13: Reduzir o índice de evasão dos cursos EaD de 36,3% para 23%, até 2026.	
Meta 14: Reduzir o índice de retenção dos cursos EaD de 5,19% para 4,5%, até 2026.	
Meta 15: Reduzir o índice de evasão dos cursos de Pós-Graduação de 12 % para 8%, até 2026.	
Meta 16: Realizar as ações de assistência e inclusão necessárias à permanência de 90% dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, até 2026.	1. Promoção de atividades extracurriculares por meio de projetos de ensino, grupos de estudo e ações de esporte e cultura; 2. Organização de atividade estudantil e promoção da identificação do estudante com o curso; 3. Acolhimento e acompanhamento dos estudantes; 4. Desenvolvimento de atividades extracurriculares em intervalos e finais de semana, proporcionando aprendizado coerente com a formação dos estudantes; 5. Promoção e agilidade para o acesso dos alunos EaD ao atendimento na Assistência Estudantil, Biblioteca, Setor de Apoio Pedagógico e outros; 6. Promoção e agilidade para o acesso dos alunos EaD às atividades como Mostra Cultural, MEPT, Semana Acadêmica, Jogos Estudantis e outros;

Fonte: PDI 2019-2026 (2019, p. 40-41)

Pautados nesses princípios e objetivos, o desafio estava em criar instrumentos e estratégias institucionais para minimizar a evasão e retenção e garantir a permanência e o êxito dos estudantes na instituição. Para tanto, em 28 de agosto de 2014 foi nomeada uma comissão de trabalho no IFFar, com o objetivo de elaborar um plano estratégico para promover a permanência e o êxito dos estudantes. Para alcançar o objetivo proposto,

fazia-se necessário a sensibilização dos servidores para a temática e a criação de uma cultura institucional, na qual os servidores se sintam, na sua área de atuação, responsáveis pela permanência e o êxito dos estudantes. Também foram propostas no programa o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição, visando atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção (Diagnóstico quantitativo e qualitativo das taxas de evasão, retenção e conclusão, 2016, p. 4).

Dessa forma, foi criado um plano de ações institucional para o ano de 2015, apresentando fatores de evasão e retenção, elencando estratégias para a permanência e êxito e ainda, indicando ações para pôr em prática as estratégias mencionadas.

Quadro 4 – Detalhamento do Plano de Ações 2015

Institucional	Estratégias para a permanência e êxito	Ações	Período	Responsável
Servidores	1. Sensibilização e formação	Reunião com gestores para sensibilização	NOV ou DEZ	Comissão
		Formação com NPI e coordenadores	FEV (???)	Comissão e CAEN
		Apresentação do programa para os servidores do <i>campus</i>	MAR (1ª Sem.) 2015	NPI
		Reuniões com os coordenadores do programam para acompanhamento	Bimestral	Comissão
Alunos evadidos/retidos	2. Pesquisa diagnóstica das causas de evasão e retenção no IF Farroupilha	Elaboração de projeto	2014	Comissão
		Pesquisa por curso	2015	Coordenadores de curso/eixo/SAP SRA CAE

Fatores de evasão e retenção	Estratégias para a permanência e êxito	Ações	Período	Responsável
Fatores individuais do aluno				
a. Dificuldade de adaptação à vida escolar/ acadêmica	3. Desenvolver programa de acolhimento e acompanhamento aos alunos	Encontros de acolhimento das turmas ingressantes	1º mês de aula	SAP Coordenadores e CAE
		Diagnóstico das turmas ingressantes ao final do primeiro mês de aula	1º mês de aula	Coordenadores e SAP
		Encontros de orientação para a vida escolar e acadêmica no IF FAR	1º semestre	SAP Coordenadores e CAE
b. Distanciamento da escola com a família (causa interna)	4. Ampliar os espaços de interação entre a instituição, a família e a comunidade externa	Planejar a articulação com a família nas atividades do <i>campus</i>	Planejamento anual	DE SAP CAE
		Articulação com a rede de proteção da criança e do adolescente e da mulher (se necessário)	Contínua	CAE
c. Deficiência da organização para os estudos	5. Projeto de organização da atividade estudantil	Submissão de projetos de Ensino voltados para: organização e metodologias de estudo e nivelamento	Editais	Servidores
d. Dificuldade de aprendizagem		Efetivação Recuperação Paralela	Contínua	Docentes
e. formação escolar anterior deficitária		Acompanhamento diário dos alunos (observações diárias sobre as turmas, incluindo a frequência do Integrado e Subsequente)	Contínua	Docentes SAP CAE
		Criação de grupos de estudo (com base no diagnóstico)	Conforme a demanda	SAP CAE
		Disponibilizar vídeo aulas na Web TV com explicações sobre os conteúdos de maior dificuldade para os estudantes	Contínua	CGE Docentes

		Voltar os programas educacionais (PIBID/PET/LIFE) para o público interno	Contínua	Coordenação PET/PIBID
		Programa de monitorias com os alunos de licenciatura para os alunos integrados	Edital PROJEN	Docentes
Fatores de evasão e retenção	Estratégias para a permanência e êxito	Ações	Período	Responsável
f. Desmotivação com o curso escolhido Causa externa g. Reconhecimento social do curso e valorização da profissão h. Deficiência do processo seletivo	6. Ações de divulgação da Instituição e dos cursos visando o reconhecimento dos cursos e valorização das profissões	Qualificação da divulgação dos cursos no processo seletivo; - divulgação do curso focada no perfil do egresso: divulgação direta; divulgação na Web TV; - uso prioritário de divulgação via site (redimensionado) e redes sociais; - formação dos divulgadores.	Contínua	ASCOM
		Programa de orientação profissional	Contínua	Setor de saúde/psicólogo(a)
		Dia de divulgação do <i>Campus</i> (unificar a ideia do Fique por dentro) – elaborar projeto integrado de divulgação (e outras ações de divulgação, como dia de campo)	Unificar data e divulgar	DPEP e ASCOM (projeto publicitário)
		Ações permanentes de valorização dos cursos: - Reuniões administrativas e pedagógicas dos cursos sobre ações de divulgação e valorização dos cursos com envolvimento dos servidores; - Envolvimento dos representantes de turmas;	Contínua	Coordenadores

		- Envolvimento dos egressos com os alunos em curso.		
		Articulação Institucional com órgãos externos para valorização dos cursos – CONFIF; SETEC; CREA/CONFEA - Fóruns: FDE; PDI; FORPOG; FORPGRAD; FORPROEX; MDA e outros.	Contínua	PROEX DPEP
i. Dificuldade de conciliar a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho	7. Utilizar os procedimentos legais e estratégias pedagógicas possíveis para amenizar as dificuldades conforme cada caso específico	Avaliação integrada	Contínua	Docentes SAP
j. Dificuldade de participação e envolvimento nas atividades acadêmicas		Planejamento do calendário de avaliações (evitar avaliações em datas festivas)	-	Docentes SAP
		- Conciliar atividades presenciais com atividades não presenciais para orientação de estudos - Prevalência do qualitativo sobre o quantitativo - Reconhecimento de Saberes para alunos do PROEJA	Contínua	Docentes SAP
		Recuperação paralela	Contínua	Docentes SAP
k. Questões de saúde do estudante ou familiar	8. Prevenção e orientação pelo serviço de saúde	Parcerias e convênios para encaminhamentos	Contínua	Setor de saúde
		Eficácia dos serviços de saúde	Contínua	Setor de saúde
l. Questões financeiras do estudante ou da família	9. Ampliação dos auxílios da assistência estudantil e bolsas de iniciação científica	Estágios	Contínua	PROEX
		Programa de Assistência Estudantil	Editais	CAE
m. Conjuntura econômica e social da região		Orientação e encaminhamentos pelo Serviço Social	Contínuo	Setor de social
n. Dificuldade de trabalho para os egressos do curso	10. Implementação da Política de Atendimento ao egresso	Convênios com empresas e consultas em entidades empresariais e de trabalhadores para verificação de demanda de trabalho (PNE 11.14)	Contínuo	PROEX

		Elaboração e socialização de relatórios da implementação do programa para os gestores do ensino	A partir de 2013	PROEX
		- Análise dos dados e implementação das políticas necessárias - Diagnóstico da atuação dos egressos (Ensino Superior/mercado de trabalho)	Anualmente	Coordenadores
Fatores internos e externos à Instituição				
o. Problemas relacionados à atualização, estrutura e flexibilidade curricular	11. Elaboração de Diretrizes Institucionais e revisão da organização didático pedagógica	Revisão dos PPCs com previsão de PPI/ACC//Disc. Eletivas/Estágios/Visitas Técnicas/Projetos de Pesquisa e Extensão	2014	GTs Coordenadores PROEN
p. Cultura de valorização e identidade institucional	12. Programa Integrar	Implementação	Contínuo	PRDI ASCOM
q. Carência de programas institucionais para os estudantes	13. Políticas de Atendimento ao Discente envolvendo Ensino, Pesquisa e Extensão conforme PDI	Monitoramento e avaliação das ações previstas na política de atendimento ao discente	Anual	CAE
r. Gestão administrativa e financeira da Instituição (física, material, tecnológica, pessoal, etc.)	14. Agilidade e transparência nos processos de gestão/comunicação institucionais	Oferta de cursos com real demanda regional e conforme Res. CONSUP 25/2013	Planejamento dos cursos	Campus
		Regularidade no pagamento dos auxílios estudantis (todos cumprem os prazos)	Contínua	DAD
		Normas internas que garantam o fluxo e a agilidade dos processos administrativos	2015	PROAD
		Socialização do orçamento anual nos Campus no início de cada ano fiscal	Início do ano	DG
	15. Formação de servidores	Programa de capacitação		

	do setor administrativo			
s. Falta de formação continuada dos servidores	16. Programa Institucional de formação continuada dos servidores diretamente ligados ao ensino	Reuniões pedagógicas de planejamento dos cursos - Apresentação dos Planos de Disciplina por curso entre os docentes; Efetivar as possibilidades previstas nos PPCs, PPIs, visitas técnicas etc. - Planejamento de ações integradas nos cursos - Realização de avaliações integradas Grupos de estudo orientados ou voluntários, apoio didático pedagógico para organização nos estudos.	Conforme planejamento	Coordenadores SAP
t. Dificuldade com metodologias adotadas pelos professores (causa interna)		Cursos de aperfeiçoamento		NPI
		Encontro de socialização de boas práticas	Bimestral	SAP
u. Qualidade na escola de ensino fundamental ou médio do estudante (fator externo)	17. Atuação na formação continuada dos professores das Redes Públicas Municipais e Estadual	COMFOR/FEPAD		Coordenadores de programas
		Projetos de Extensão Programas Educacionais de formação continuada	Editais	Licenciaturas
v. Demais fatores verificados pelo diagnóstico e acompanhamento permanente	18. Pensar ações específicas para cada fator identificado			

Fonte: Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes no IF Farroupilha (2015, p. 11-13).

Em relação ao *campus* Júlio de Castilhos, em 2015, passou a ter uma coordenação do programa para que estratégias fossem pensadas e postas em prática. Portanto, as ações planejadas no “III Seminário de Formação de Gestores e Assessores de Ensino” para o *campus* foram as seguintes, de acordo com o quadro 5.

Quadro 5 - Prioridades para o campus Júlio de Castilhos em 2015

Institucional	Estratégias para a permanência e êxito	Ações	Objetivo	Metodologia	Período	Responsável
Servidores	Sensibilização e formação	Formação com NPI e coordenadores	Fortalecimento do NPI e coordenação de cursos	Apresentação do Programa institucional do PPE	19/02/2015 e 03/03/2015	DE SAP
		Apresentação do programa para os servidores dos campus	Apresentação do Programa Institucional do PPE	Implementação, em nível de campus, das ações firmadas pelo PPE	03/03/2015	DE SAP NPI Comissão
Dificuldade de adaptação à vida escolar/ acadêmica	Desenvolver programa de acolhimento e acompanhamento aos alunos	Encontro de acolhimento com as turmas ingressantes	Possibilitar acolhimento e integração aos alunos ingressantes no campus		Primeiros dias de aula	SAP NPI Coordenadores CAE
		Diagnóstico das turmas ingressantes ao final do primeiro mês de aula. E aos demais ao final do 1º bimestre.	Acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem e questões que interferem no âmbito escolar	Construção de formulário para diagnosticar possíveis necessidades e a partir desse estabelecer estratégias de atendimento	Contínuo	Coordenadores Conselheiros de turmas NPI SAP
Deficiência da organização para os estudos Dificuldade de aprendizagem	Projeto de organização da atividade estudantil	Submissão de projetos de Ensino voltados para: organização e metodologias de estudo e nivelamento	Oportunizar momentos extras de estudo e orientação no sentido de organização das atividades escolares	Através da submissão de projetos de ensino que contemplem essa temática	Editais	Servidores
		Acompanhamento dos alunos (observações sobre as turmas, incluindo a frequência dos alunos.	Contribuir para a permanência e êxito e trabalhar para que as situações de evasão e retenção diminuam	A partir do diagnóstico obtido planejar e desenvolver ações que visem trabalhar com as dificuldades detectadas	Contínua	Coordenadores Docentes NPI CAE
Formação escolar anterior deficitária						

				dos alunos		
Falta de formação continuada dos servidores	Programa Institucional de formação continuada dos servidores diretamente ligados ao ensino	Reuniões pedagógicas de planejamento dos cursos - Efetivar as possibilidades das áreas de integração previstas nos PPCs;	Colocar em prática as proposições contempladas nos PPCs, principalmente no que tange a ênfase tecnológica	Através de reuniões com docentes e coordenações de eixo/curso	Contínua	DE SAP NPI
Dificuldade com metodologias adotadas pelos professores (causa interna)		Encontros de socialização de boas práticas;	Relatar experiências de sala de aula com colegas	Reuniões de formação continuada	Bimestral	DE SAP NPI

Fonte: Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes no IF Farroupilha (2015, p. 17)

Nesse sentido, partindo das prioridades elencadas, o *campus* Júlio de Castilhos desenvolveu durante o ano de 2015 as seguintes ações: 1) sensibilização e formação com os membros do Núcleo Pedagógico Integrado (NPI) e coordenadores; 2) apresentação do programa aos demais servidores do *campus*; 3) elaborou diagnóstico das turmas ingressantes; 4) promoveu encontros com as turmas e acompanhamento dos alunos; 5) submeteu projetos de ensino voltados para a organização e metodologias de estudo e nivelamento; 6) reuniões pedagógicas de planejamento.

E para o PROEJA, um grupo de trabalho e a CAEN elaboraram um plano de ações específico para atender as necessidades de permanência e êxito dessa modalidade.

Quadro 6 – Plano de Ações 2015 – PROEJA

Fatores de evasão e retenção	Estratégias para a permanência e êxito	Ações	Período	Responsável
Fatores individuais do aluno				
Dificuldade de adaptação à vida escolar/ acadêmica	Desenvolver programa de acolhimento e acompanhamento	Encontros de acolhimento das turmas ingressantes	1º mês de aula	SAP Coordenadores e CAE

	aos alunos	Diagnóstico das turmas ingressantes ao final do primeiro mês de aula	1º mês de aula	Coordenadores e SAP
		Encontros de orientação para a vida escolar e acadêmica no IFFAR	1º semestre	SAP Coordenadores e CAE
		Reuniões periódicas dos professores para acompanhamento dos alunos Realizar encontro com os familiares		
Distanciamento da escola com a família (causa interna)	Ampliar os espaços de interação entre a instituição, a família e a comunidade externa	Planejar a articulação com a família nas atividades do <i>campus</i> - Realizar encontro bimestrais com os familiares	Planejamento anual	DE SAP CAE
Deficiência da organização para os estudos Dificuldade de aprendizagem Formação escolar anterior deficitária	Projeto de organização da atividade estudantil	Primeiro mês de aula, uma vez por semana, organizar atividades de: Organização e metodologias de estudo Nivelamento – realizado pelos professores		CAE/CAI/SAP Coordenadores e Docentes
		Efetivação Recuperação Paralela	Contínua	Docentes
		Programa de monitorias para os alunos do PROEJA		Docentes
Fatores de evasão e retenção	Estratégias	Ações	Período	Responsável
Desmotivação com o curso escolhido Causa externa Reconhecimento social do curso e valorização da profissão Deficiência do	Ações de divulgação da Instituição e dos cursos visando o reconhecimento dos cursos e valorização das profissões	Qualificação da divulgação dos cursos no processo seletivo; - divulgação do curso focada no perfil do INGRESSANTE - divulgação pela comissão de seleção institucional; antecedência na	Contínua	ASCOM

processo seletivo		divulgação e inscrição. Definição no processo seletivo até maio Folder de divulgação pronto – até julho, como imagens dos alunos; - divulgação direta; divulgação na Web TV; - uso prioritário de divulgação via site (redimensionado) e redes sociais; - Formação dos divulgadores.		
Dificuldade de conciliar a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho Dificuldade de participação e envolvimento nas atividades acadêmicas	Utilizar os procedimentos legais e estratégias pedagógicas possíveis para amenizar as dificuldades conforme cada caso específico	- Avaliação integrada (No PROEJA pela PPI e 1 ano por área do conhecimento de forma integrada com a área técnica)	Contínua	Docentes SAP
		- Planejamento do calendário de avaliações (evitar avaliações em datas festivas)	-	Docentes SAP
		- Conciliar atividades presenciais com atividades não presenciais para orientação de estudos - Prevalência do qualitativo sobre o quantitativo - Reconhecimento de Saberes para alunos do PROEJA (para avanço da série, não da disciplina – casos raríssimos)	Contínua	Docentes SAP
		- Recuperação paralela	Contínua	Docentes SAP
Fatores de evasão e retenção	Estratégias	Ações	Período	Responsável
Questões de saúde do estudante ou familiar	Prevenção e orientação pelo serviço de saúde	- Parcerias e convênios para encaminhamentos	Contínua	Setor de saúde

		- Eficácia dos serviços de saúde (prevenção)	Contínua	Setor de saúde
Questões financeiras do estudante ou da família Conjuntura econômica e social da região Dificuldade de trabalho para os egressos do curso	Ampliação dos auxílios de assistência estudantil e bolsas de iniciação científica	- Estágios não obrigatórios - articular	Contínua	PROEX
		- Programa de Assistência Estudantil	Editais	CAE
		- Orientação e encaminhamentos pelo Serviço Social	Contínuo	Setor de social
	Implementação da Política de Atendimento ao Egresso	- Convênios com empresas etc. e consultas em entidades empresariais e de trabalhadores para verificação de demanda de trabalho (PNE 11.14)	Contínuo	PROEX
		Elaboração e socialização de relatórios da implementação do programa para os gestores do ensino	A partir de 2013	PROEX
- Análise dos dados e implementação das políticas necessárias - Diagnóstico da atuação dos egressos (Ensino Superior/mercado de trabalho)	Anualmente	Coordenadores		
Fatores internos e externos à Instituição				
Falta de formação continuada dos servidores Dificuldade com metodologias adotadas pelos professores (causa interna)	Programa Institucional de formação continuada dos servidores diretamente ligados ao ensino	- Reuniões pedagógicas de planejamento dos cursos - Efetivar as possibilidades previstas nos PPCs, PPIs, visitas técnicas etc. - Planejamento de ações integradas nos cursos - Realização de avaliações integradas Grupos de estudo orientados ou	Conforme planejamento	Coordenadores SAP

		voluntários, apoio didático pedagógico para organização nos estudos		
		- Cursos de aperfeiçoamento considerando a realidade de cada Campus - oficinas; vivências - Encontros de socialização de boas práticas		NPI
Demais fatores verificados pelo diagnóstico e acompanhamento permanente	Pensar ações específicas para cada fator identificado	- viabilizar oferta de cursos PROEJA/FIC em parceria com SME	-	

Fonte: Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes no IF Farroupilha (2015, p. 25-26)

Também, como uma das ações do programa no *campus*, foi elaborado, pela Assistência Estudantil, um formulário de ingresso. Para a realização dessa atividade, os alunos foram levados aos laboratórios de informática e também foi colocado um *link* de acesso na página da instituição. Os dados informados ficaram à disposição da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e iriam subsidiar as ações futuras ações do setor.

Ademais, com o intuito de colaborar, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) elaborou um formulário para acompanhamento/monitoramento das ações realizadas pelo *campus* que contemplassem os objetivos firmados pelo programa permanência e êxito. Tal formulário foi completado pelos coordenadores de curso.

Outra proposta que contemplava as ações firmadas pelo PPE foi a realização de oficinas de estudos para os alunos (como trabalhar ferramentas e metodologias de estudo). Nessa perspectiva, foi ofertado um projeto de ensino intitulado “Aprender a aprender: Construindo métodos de estudo e de aprendizagem”, realizado de 01 de maio a 26 de outubro de 2015.

Além disso, reuniões foram realizadas para compartilhar as ações desenvolvidas pelos *campi* e para planejar as novas ações para o ano de 2016. Também foi elaborado um “Questionário do Perfil dos Estudantes do IFFar” e, posteriormente, aplicado aos estudantes.

No ano de 2016, conforme o PPE, o planejamento de ações institucionais foram sensibilização e formação dos servidores, programa de acolhimento e acompanhamento aos estudantes, orientação aos estudos e formação continuada dos servidores. Desse modo, o quadro 7 apresenta o planejamento das ações institucionais, em que foram pensadas estratégias sobre a sensibilização e formação dos servidores; programa de acolhimento e acompanhamentos dos estudantes; organização estudantil e formação continuada. Cada estratégia apresentava algumas ações para colocá-las em prática.

Quadro 7 - Planejamento de ações institucionais para 2016

Estratégia	Ações
Estratégia I- Criar uma cultura institucional de atenção à permanência e ao êxito – através da sensibilização e formação servidores	1 Apresentar/retomar o PPE com os servidores; 2 Avaliar/planejar a execução das ações do PPE nas reuniões pedagógicas gerais e dos eixos/cursos; 3 Formação com NPI e coordenadores de Curso/Eixo sobre questões que envolvam a permanência e o êxito.
Estratégia II- Desenvolver programa de acolhimento e acompanhamento aos estudantes	4 Acolhimento das turmas ingressantes (todos os níveis e modalidades), realização de aulas inaugurais com profissionais da área, maior atenção aos alunos das turmas ingressantes com a presença constante do coordenador do curso; reunião com pais dos Cursos Integrados. 5 Elaboração de diagnóstico das turmas pelo corpo docente e organização de atividades de nivelamento/assessoramento aos estudantes. 6 Acompanhamento dos alunos – acompanhamento das turmas, incluindo a frequência dos estudantes e apontamentos no “Diário de Turma”, Conselho de Classe Intermediário; Na EAD, monitoramento de acessos na plataforma moodle e contato em caso de não acesso; 7 Foco das PPIs, Visitas Técnicas, Semanas Acadêmicas e Viagens Técnicas e de Estudos relacionando curso e mundo do trabalho e no estímulo a que os alunos para a conclusão do curso; 8 Exposições e divulgação de trabalhos desenvolvidos pelo estudante como forma de fidelizar, estimular e comprometer; 9 Instituição de ouvidoria para os estudantes, junto às coordenações de cursos/eixo e reuniões periódicas de ouvidoria com os líderes de turma;
Estratégia III- Projeto de organização da atividade estudantil	10 Atendimento Individual de orientação aos estudos com professores, monitores, setor pedagógico; 11 Submissão de Projetos de Ensino voltados para organização e metodologias de estudo e gestão do tempo; 12 Acompanhamento da Efetivação da Recuperação Paralela e do Atendimento Educacional Especializado pelo setor pedagógico (construção de horário semanal de RP para integrado e subsequente); 13 Monitorias vinculadas às disciplinas de menor êxito e/ou para nivelamento;

	<p>14 Ações de Assistência Estudantil, com os profissionais da saúde, psicologia, assistência social e pedagogia para garantir condições físicas e psicológicas, para garantir a participação e aproveitamento das aulas; anamnese dos estudantes do Integrado e estudantes em vulnerabilidade pelo Setor de Saúde;</p> <p>15 Apoio didático pedagógico para organização nos estudos e criação de grupos de estudos;</p> <p>16 Planejamento do calendário de avaliações;</p> <p>17 Auxiliar os alunos na busca de empresas para realização do estágio - intermediação entre empresa e alunos para inserção no mundo do trabalho;</p>
<p>Estratégia IV- Programa Institucional de formação continuada dos servidores diretamente ligados ao ensino</p>	<p>18 Reuniões pedagógicas de planejamento dos cursos, discussão/implementação dos PPCs com foco na permanência e no êxito;</p> <p>19 Continuidade do Programa de Formação Continuada, com foco em metodologias de ensino, avaliação e elaboração de instrumentos de avaliação;</p> <p>20 Compartilhamento e socialização das práticas pedagógicas desenvolvidas capacitar os docentes para que possam entender o que leva a evasão e buscar formas de auxiliar a reduzi-la;</p> <p>21 Implementação da Avaliação Institucional do Docente pelo Discente. Ações Específicas</p> <p>22 Mostra de trabalhos para divulgação dos cursos ofertados e/ou realização do dia da comunidade no Campus para integração entre os servidores, alunos e familiares.</p> <p>23 Realização da pesquisa sobre o perfil dos estudantes com os alunos ingressantes em 2016.</p> <p>24 Pesquisa sobre as causas de evasão e retenção no IF Farroupilha.</p> <p>25 Ações específicas para a Educação à Distância</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reuniões periódicas com os profissionais que atuam na EAD: professores, coordenadores, tutores, direção do campus e setores envolvidos com o NPI para planejar ações para essa modalidade. - Submissão de Projeto de Extensão para promover a capacitação didático pedagógica para tutores e coordenadores e polo EAD. - Estimular os professores a montarem vídeo-aulas antes das avaliações com um resumo do conteúdo; - Propor aos professores utilizarem mais as ferramentas de interação (fórum) e não utilizar o ambiente como um mero repositório de conteúdos; <p>26 Ações específicas para o PROEJA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar o Mapa de Vida; - Realizar o reconhecimento de saberes; - Implementar Projetos integradores.

Fonte: Diagnóstico quantitativo e qualitativo das taxas de evasão, retenção e conclusão (2016, p. 174-176)

O *campus* Júlio de Castilhos definiu que em 2016 continuaria com ações de 2015 e promoveria a sensibilização de servidores para efetivarem os objetivos e ações do programa e também promoveria ações com pais e alunos sobre hábitos de

estudo por meio de atividades diversificadas.

Conforme o relatório de ações 2016, o “Planejamento de Ações 2016 do PPE” foi elaborado considerando: a priorização definida no “III Seminário de Formação de Gestores e Assessores de Ensino”, em 2015, conforme quadro 8, abaixo, para o foco das ações dos Setores do Ensino no Programa Permanência e Êxito; o relatório das ações realizadas em 2015; e, o planejamento de ações definido pelos *campi* para o ano de 2016. E a partir das prioridades de ações de ensino apresentadas no PPE, foram pensadas ações para implementadas no *campus* Júlio de Castilhos.

Quadro 8 – Prioridades estratégicas de Ações de Ensino do PPE

Foco	Causas de evasão/retenção	Estratégias
Instituição	Falta de uma cultura institucional de atenção à permanência e êxito.	I – Criar uma cultura institucional de atenção à permanência e ao êxito através da sensibilização e formação dos servidores.
Estudante	Dificuldade de adaptação à vida escolar/acadêmica.	II – Desenvolver programa de acolhimento e acompanhamento dos estudantes.
	Deficiência da organização para os estudos. Dificuldade de aprendizagem. Formação escolar anterior deficitária.	III – Projeto de organização da atividade estudantil
Servidores	Falta de Formação continuada dos servidores Dificuldade com metodologias adotadas pelos professores.	IV – Programa Institucional de formação continuada dos servidores diretamente ligados ao ensino.

Fonte: Relatório de Ações 2016 do Programa Permanência e Êxito do IFFar – *campus* Júlio de Castilhos (2016, p.1)

Levando em consideração a falta de uma cultura institucional à permanência e ao êxito, bem como as causas de evasão/retenção utilizadas para a elaboração do PPE, foram definidos três focos:

na instituição, que visa criar uma conscientização interna sobre a responsabilidade de todos sobre a permanência e o êxito dos alunos; no estudante, na medida em que as grandes causas de evasão e retenção estão relacionadas à vida estudantil pregressa, à dificuldade de adaptação à vida escolar/acadêmica e a não formação para se organizarem para o estudo; e, no servidor, principalmente no docente que, em geral, têm lacunas ou mesmo não teve formação para a atuação docente, tendo dificuldades no uso de metodologias para organização dos processos de ensino e de avaliação (Relatório de Ações, 2016, p. 1).

Além disso, a priorização teve como objetivo

implementar ações nos processos pedagógicos da aprendizagem, com foco no aluno (acolhimento, acompanhamento, auxílio na organização da rotina de estudos etc.), do ensino e da avaliação, com foco no professor (formação continuada para melhoria dos processos, com utilização de metodologias diversificadas e uma forma adequada de avaliação), objetivando constituir uma cultura de atenção à permanência e ao êxito (idem, ibidem).

O quadro 9 sintetiza o esforço do *campus* em implantar ações para dar conta das três grandes prioridades estratégicas definidas para o ensino, no PPE.

Quadro 9 - Ações implementadas em 2016 no PPE

Estratégias	Ações	Realizada ? (Sim/ Não)	Quantidade de vezes?	Com quem? (nível ou curso em que foi implementada)	Descrever a ação (reunião, formação, curso, oficina etc.)	Quando foi realizada? (datas)	Número de pessoas atingidas?
	1. Foco das PPIs, Visitas Técnicas, Semanas Acadêmicas e Viagens Técnicas e de Estudos (relacionar curso e mundo do trabalho e estimular a conclusão do curso)	Sim	1	Curso Técnico em Comércio e PROEJA FIC	Realizamos de maio a setembro as oficinas preparatórias do Bazar do Curso Técnico em Comércio e PROEJA FIC e em setembro a realização deste na cidade de Tupanciretã	Dia 10 de setembro de 2016	70
1			Curso de Bacharelado em Administração, Curso Técnico em Comércio e PROEJA FIC	Semana Acadêmica do Eixo Gestão e Negócios	Dias 13, 14, 15 de setembro de 2016	200	
1			Curso Técnico em Comércio e PROEJA FIC	Viagem de estudos das turmas do Técnico em Comércio e PROEJA FIC	Dias 10 e 11 de dezembro de 2016	40	
			Curso Técnico em Comércio	Oficina com o 3º ano: Entrevista de trabalho e currículo	01 de novembro de 2016	14	

Estratégias	Ações	Realizada? (Sim/ Não)	Quantidade de vezes?	Com quem? (nível ou curso em que foi implementada)	Descrever a ação (reunião, formação, curso, oficina etc.)	Quando foi realizada? (datas)	Número de pessoas atingidas?
					<ul style="list-style-type: none"> - Palestras referentes ao outubro rosa e o novembro azul, projeto sobre escovação - Aulas inaugurais do curso de Administração e Proeja Fic - Acolhida aos calouros, apresentação do campus apresentação do curso Técnico em Comércio - Festa junina 		
Estratégias	Ações	Realizada? (Sim/ Não)	Quantidade de vezes?	Com quem? (nível ou curso em que foi implementada)	Descrever a ação (reunião, formação, curso, oficina etc.)	Quando foi realizada? (datas)	Número de pessoas atingidas?
	2. Exposições e divulgação dos trabalhos dos estudantes (fidelizar, estimular e comprometer	Sim	1	Proeja Fic	Mostra de trabalhos	11 de agosto de 2016	

Fonte: Relatório de Ações 2016 do Programa Permanência e Êxito do IF FARROUPILHA – *campus* Júlio de Castilhos (2016, p. 2-4)

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas foram importantes, pois envolveram os alunos e estes se sentiram parte integrante do Instituto Federal Farroupilha- *campus* Júlio de Castilhos, o que os motivou mais a continuarem seus estudos. Os atendimentos aos alunos foram importantes e a assistência estudantil também, pois um olhar mais atento às dificuldades de aprendizagem, de convivência, e às dificuldades pessoais também foram fatores que fizeram com que nosso aluno permanecesse na instituição e tivesse êxito. Segundo o RELATÓRIO

DE AÇÕES E RESULTADOS 2016 (2016, p. 17), deveria ser dada mais atenção ao Programa de Permanência e Êxito em 2017. Ademais, em 2016,

as ações de assistência estudantil também foram intensificadas com a oferta de um maior número de bolsas de auxílio financeiro e fornecimento de alimentação gratuita, dando condições de permanência aos estudantes, já que o Campus ainda não dispõe de moradia estudantil, sendo essa uma das demandas mais solicitadas pelos estudantes do Ensino Superior na CPA.

Institucionalmente, na abertura do “Curso de Formação de Gestores”, ocorrido no dia 23 de novembro de 2016, em que participaram a Reitora, professora Carla Comerlato Jardim, e membros da equipe diretiva de todos os *campi* e da reitoria. Na ocasião a reitora afirmou ser a permanência e o êxito o maior objetivo a ser seguido pelo Instituto. Dessa forma, era necessário compreender a identidade e o papel da instituição, pois só assim, os servidores conheceriam o perfil dos alunos e suas necessidades de assistência, planejamento e adequações nas ações (IFFar Notícias, 2016, *on-line*).

Ao iniciar o ano letivo de 2017, a reitora do IF Farroupilha divulgou uma mensagem de boas vindas para toda a comunidade acadêmica e reafirmou que o foco das atividades institucionais em 2017 seria a permanência e o êxito dos alunos.

Nessa perspectiva, os servidores da Reitoria e a gestão do IF Farroupilha reuniram-se no dia 28 de março de 2017, para discutir o contexto e os desafios da instituição em tempos de crise. Nesse encontro, a reitora voltou a afirmar o papel social da instituição e o dever de assegurar o caráter público, gratuito e inclusivo da educação, garantindo o acesso, permanência e êxito dos estudantes. Ademais, que os alunos deveriam ter asseguradas as condições necessárias para que não abandonassem os cursos, pois assim, os estudantes conseguiriam obter êxito em sua formação.

Para tal, foram citados pontos importantes para garantir educação de qualidade aos estudantes: 1) Qualificar e capacitar servidores; 2) Priorizar a assistência estudantil; 3) Avançar em gestão e governança; 4) Curricularizar a pesquisa e a extensão; 5) Potencializar e qualificar atividades de ensino; 6) Contribuir com o desenvolvimento regional (IFFar Notícias, 2017, *on-line*).

Também em 2017, a “Avaliação Interna Docente e a Avaliação Interna Discente” foram realizadas de forma padronizada pela primeira vez. O processo teve cronograma e fluxo de 5 a 26 de outubro de 2017, em que ocorreu a aplicação dos

questionários da Autoavaliação discente e da Avaliação Docente. Responderam a esta pesquisa os alunos dos cursos técnicos concomitantes, cursos técnicos subsequentes e cursos superiores presenciais do IFFar e avaliaram o 1º semestre de 2017. A 2ª etapa da pesquisa ocorreu no mês de novembro para avaliar o 2º semestre de 2017, incluindo os cursos técnicos integrados que avaliaram o ano de 2017.

A revisão do PPE, como ação prevista no planejamento do ensino 2018, foi o tema de trabalho do “VI Seminário de Formação de Assessores Pedagógicos e Gestores de Ensino do IF Farroupilha” e para a realização do seminário foram definidas três ações macro:

- 1) nos campi, estudo prévio dos documentos elaborados a partir do PPE: Resolução CONSUP 078/2014, Relatório e Planejamento Estratégico enviado pelo IFFar à SETEC em abril de 2016, relatórios das avaliações do programa de 2016 e 2017;
- 2) nos campi, análise e revisão do Plano Estratégico do PPE, definindo as responsabilidades dos setores para cada uma das ações;
- 3) no seminário, redefinição das ações e definição de responsabilidades, a partir das discussões e ponderamentos realizados em dinâmica entre os pares (Planejamento Estratégico 2018-2020, p. 1)

Assim, o Plano de Ações do PPE 2018-2020, tanto as prioridades, quanto as ações estratégicas, foram elaboradas considerando o histórico institucional do PPE, as avaliações realizadas em cada campus e as proposições discutidas e aprovadas coletivamente durante o “VI Seminário de Formação de Assessores Pedagógicos e Gestores de Ensino do IF Farroupilha”.

No dia 05 de dezembro de 2019 aconteceu o “Encontro de Avaliação e Planejamento do Ensino do IF Farroupilha”, em que servidores de todas as unidades da instituição avaliaram e planejaram o plano de ações do Programa de Permanência e Êxito (PPE) do IFFar. Os setores do IFFar ligados ao ensino elaboraram um Plano de Ações de permanência e êxito com validade para os anos de 2018, 2019 e 2020.

O passo seguinte consistia na adequação do planejamento à realidade de cada curso pelos colegiados liderados pelo Coordenador de Curso, bem como a definição de metas de redução de insucesso, a partir da implementação das ações previstas. E como prioridades apontadas no planejamento estratégico do campus, trazemos o quadro 10.

Quadro 10 - Prioridades estratégicas PPE 2018-2020

Foco	Causas de evasão/retenção	Estratégias
Instituição	Falta de uma cultura institucional de atenção à permanência e êxito.	I – Consolidar cultura institucional de atenção à permanência e ao êxito.
Estudante	Dificuldade de adaptação à vida escolar/acadêmica. Deficiência da organização para os estudos. Dificuldade de aprendizagem. Formação escolar anterior deficitária.	II – Desenvolver projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes. III – Garantir ações de assistência e inclusão necessárias para a permanência dos estudantes. IV – Desenvolver projetos visando à organização da atividade estudantil e à identificação do estudante com o curso.
Servidores	Falta de Formação continuada dos servidores Dificuldade com metodologias adotadas pelos professores	V – Contemplar questões de permanência e êxito no programa institucional de formação continuada dos servidores

Fonte: Planejamento Estratégico 2018-2020 (p. 2)

Assim, as ações planejadas para 2018-2020 foram as seguintes:

Quadro 11 – Ações Estratégicas do PPE 2018-2020

Estratégias	Ações	Setor responsável
I - Consolidar a cultura institucional de atenção à permanência e ao êxito	1 Apresentação/retomada/avaliação do PPE com os servidores e estudantes semestralmente	DE/PPE
	2 Elaboração e implementação do PPE no âmbito dos cursos, com definição de metas, considerando índices de evasão e retenção	DE/PPE
	3 Articulação do NPI com coordenadores de Curso/Eixo para acompanhamento e avaliação do PPE no curso	DE/PPE
II - Desenvolver projetos de acolhimento e acompanhamento dos estudantes	4 Acolhimento das turmas ingressantes	CAE
	5 Elaboração de diagnóstico das disciplinas pelo corpo docente e organização de atividades de nivelamento/assessoramento	SAP
	6 Acompanhamento da frequência e do aproveitamento dos estudantes, através de relatórios do SIGAA e atuação preventiva nos casos de infrequência/baixo aproveitamento	DE/CGE/Coordenação de curso
	7 Acompanhamento da aprendizagem e planejamento da recuperação paralela e do calendário de avaliações	DE/CGE/Coordenação de curso
	8 Realização da pesquisa sobre o perfil dos estudantes ingressantes	DAE/CAE
	9 Coleta de dados sobre a evasão (abandono e cancelamento) dos estudantes	DE/President e PPE

Estratégias	Ações	Setor responsável
	10 Reuniões periódicas de ouvidoria com os líderes de turma	DE
	11 Organização das monitorias para dar conta do nivelamento e do êxito nas disciplinas de menor aproveitamento	DE/CGE
III - Garantir as ações de assistência e inclusão necessárias para a permanência dos estudantes	12 Publicação de editais de assistência para ingressantes até o início do ano letivo	DAE/CAE
	13 Atendimento aos estudantes pela equipe multidisciplinar	CAE
	14 Promoção à saúde e qualidade de vida dos discentes	CAE
	15 Acompanhamento de alunos e orientação aos professores sobre os registros das práticas de flexibilização e as dificuldades de aprendizagem	NAPNE/CAI
	16 Participação da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) nas reuniões dos cursos, compartilhando os casos de atendimentos e os encaminhamentos realizados pelo setor	CAI
	17 Divulgação, apoio e participação nas atividades propostas pelos Núcleos	CAI
IV - Desenvolver projetos visando à organização da atividade estudantil e à identificação do estudante com o curso	18 Atendimento individual de orientação aos estudos pelos professores e setor pedagógico	Coordenações de Curso
	19 Apoio didático pedagógico para organização de grupos de estudos	Coordenações de Curso
	20 Realização de atividades voltadas à organização da vida estudantil, às metodologias de estudo e à gestão do tempo	SAP
	21 Exposições e divulgação de trabalhos visando estimular e comprometer o estudante com o curso	Coordenações de Curso
	22 Intermediação entre empresa, setor de estágio e estudante para inserção no mundo do trabalho, bem como visitas técnicas	Coordenações de Curso
	23 Realização de práticas e eventos do curso voltados à identificação do estudante com o curso	Coordenações de Curso
V - Contemplar as questões de permanência e êxito no Programa Institucional de Formação Continuada dos Servidores	24 Formação Continuada com foco em metodologias de ensino, processos avaliativos e elaboração de instrumentos de avaliação	SAP
	25 Compartilhamento e socialização das práticas pedagógicas nos diferentes níveis e modalidades de ensino, visando ao êxito	DE/PPE

Fonte: Adaptado de Planejamento Estratégico 2018-2020 (p. 3-5)

E ainda, traz os índices de eficiência, evasão e retenção do curso Técnico em Comércio do *campus* Júlio de Castilhos, conforme a Plataforma Nilo Peçanha e

apresenta metas para 2018, 2019 e 2020.

Quadro 12 - Metas 2018-2020 Técnico em Comércio campus Júlio de Castilhos

Eficiência	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020
44,1%	48%	51%	58%
Evasão	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020
6,7%	<ul style="list-style-type: none"> - Registros dos motivos; - Atendimento pela equipe multidisciplinar; - Palestras, semanas acadêmicas, aulas inaugurais; - Viagens de estudos, atividades integradoras; - Participação em projetos. Atingir 15% 	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorias; - Atendimento da CAI Atingir 14% 	<ul style="list-style-type: none"> - Auxílios permanência com prioridade para o PROEJA; - Chegar a 12% de evasão
Retenção	Meta 2018	Meta 2019	Meta 2020
0%	<ul style="list-style-type: none"> - Manter metodologias diferenciadas; - Professores comprometidos com o PROEJA; - Acompanhamento individual aos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter metodologias diferenciadas; - Professores comprometidos com o PROEJA; - Acompanhamento individual aos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter metodologias diferenciadas; - Professores comprometidos com o PROEJA; - Acompanhamento individual aos alunos.

Fonte: Planejamento Estratégico 2018-2020 (p. 14-15)

Durante o período da pandemia da Covid-19 algumas ações ficaram dificultadas e outras novas se fizeram necessárias. Nesse período, houve um aumento expressivo no número de benefícios concedidos, sendo que uma das razões que possibilitou esse crescimento foi o fornecimento de alimentação, pois com as unidades fechadas, os alunos recebiam apenas os insumos, e não as refeições prontas.

De acordo com o diretor de Assistência Estudantil do IFFar, de 2017 a 2022, 10713 estudantes receberam auxílios. Destes, 9616 permaneceram na instituição, o que equivaleu a um percentual de 90,67%. A partir desses números, a concessão de auxílios da Assistência Estudantil foi fator de permanência e êxito de estudantes do

IFFar. Os dados mostraram que, de cada 1000 estudantes, 906 permaneceram na instituição ao longo do ano letivo e 820 aprovaram e concluíram os seus cursos (IFFar Notícias, *on-line*).

Nesse horizonte, no dia 16 de dezembro, o IFFar divulgou uma nota sobre o pagamento de auxílios da Assistência Estudantil no mês de dezembro de 2020. A nota informava que os auxílios concedidos em caráter emergencial no ano de 2020 (auxílio emergencial, auxílio inclusão digital, auxílio eventual e atleta) receberiam as parcelas dos auxílios referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2021 no mês de dezembro de 2020. O adiantamento do pagamento das parcelas dos auxílios tinha como objetivo garantir a assistência estudantil, a permanência e o êxito dos estudantes nos meses em que o calendário acadêmico avançaria rumo ao ano de 2021 (IFFar Notícias, *on-line*).

Diante disso, visando enfrentar o abandono e a evasão escolar, a partir da Portaria nº 858, de 8 de novembro de 2022, o MEC institui o Observatório Nacional de Monitoramento do Acesso e da Permanência na Educação Básica e as ações serão desenvolvidas em regime de colaboração entre a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal. A medida visa desenvolver estratégias de monitoramento da evasão e abandono escolar, gerando e sistematizando informações que apoiarão as decisões e as políticas públicas de acesso e permanência de estudantes na educação básica (Portaria nº 858/2022, *on-line*).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa está inserida na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica do Programa de PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - Polo Jaguari.

Gil (2007, p. 17) define a pesquisa como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

Nessa perspectiva, a pesquisa em questão partiu de um problema concreto, ou seja, **“Quais ações foram utilizadas pelo IFFar, *campus* Júlio de Castilhos, para a permanência e o êxito dos estudantes da EJA/EPT, no período da pandemia de COVID-19?”**. Problema esse, vivenciado durante os dois (2) anos de ensino remoto, pois para Minayo (2002) o problema nasce da vida prática. Visto que o ensino remoto promoveu diversas mudanças nas formas de organização e desenvolvimento das atividades acadêmicas, com implicações nos processos de ensino e aprendizagem e também, na permanência e o êxito dos estudantes do Curso Técnico em Comércio/EJA/EPT do IFFar, *campus* Júlio de Castilhos.

Dessa forma, a pesquisa teve como objetivo geral: Reconhecer as estratégias de permanência e êxito efetivadas pela instituição para os alunos da Educação de Jovens e Adultos durante o ensino remoto emergencial e que poderiam ser mantidas no ensino presencial. E ainda, como objetivos específicos: Verificar o número de estudantes que permaneceram e aprovaram durante o ensino remoto e também no período pós-pandemia; Pesquisar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante o ensino remoto; Identificar as estratégias utilizadas pela instituição para a permanência e o êxito dos discentes; Comprovar as estratégias eficazes para a permanência e êxito dos estudantes durante o ensino remoto e pós-pandemia; Desenvolver produto educacional a partir das narrativas dos questionados com vistas a qualificar o programa de Permanência e Êxito na Instituição.

3.1 Tipo de Estudo

Para a realização deste estudo, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem

qualitativa, pois como conceitua Minayo (2002, p. 21-22), a pesquisa qualitativa é aquela que responde questões muito particulares e se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada, ou seja, “ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

3.2 Pesquisa Bibliográfica e Documental

Primeiramente, foi realizada vasta pesquisa bibliográfica em meios eletrônicos e escritos, como livros, artigos científicos, bancos de teses e dissertações, páginas de *Web sites* sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil; os Sujeitos da EJA, a Pandemia e o Ensino Remoto e sobre o Programa Permanência e Êxito, ademais, foi traçado um histórico do Curso Técnico em Comércio por meio do PPC do curso e registros da autora. Pois, como assevera Lakatos e Marconi (2001, p. 183), a pesquisa bibliográfica,

“[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Também foi realizada uma pesquisa documental em Leis, Decretos, Pareceres, Portarias, Relatórios, Planos de Ações, páginas e documentos institucionais e governamentais e plataformas de dados, a fim de elaborar a fundamentação do estudo acerca das legislações e normativas da Educação brasileira, da Educação de jovens e adultos, da Educação profissional e tecnológica, das ações para a permanência e o êxito dos estudantes e das ações sobre o ensino remoto.

Adicionalmente, foram realizados levantamentos junto à Coordenação de Registros Acadêmicos e SIGAA do *campus* quanto ao número de estudantes frequentes, evadidos, aprovados e reprovados nos anos de 2020 e 2021.

A Coordenação do Programa Permanência e Êxito e a Coordenação do Curso foram consultadas com relação às estratégias realizadas para viabilização da permanência e o êxito dos discentes na instituição durante o ensino remoto

emergencial.

3.3 Participantes

A pesquisa foi desenvolvida no Instituto Federal Farroupilha, *campus* Júlio de Castilhos, mais especificamente com estudantes dos três anos do Curso Técnico em Comércio/EJA/EPT que vivenciaram o ensino remoto nos anos 2020 e 2021 e, adicionalmente, aqueles que retornaram em 2022.

A escolha do Curso Técnico em Comércio/EJA/EPT se deu devido à importância que vemos nessa modalidade de ensino, principalmente neste período de ensino remoto e também porque a pesquisadora é docente do curso em questão. Somos conhecedores das diversas dificuldades que enfrentam os estudantes que ficaram afastados dos bancos escolares, mesmo no ensino presencial. O que dizer então durante o ensino remoto? As dificuldades enfrentadas durante o ensino remoto emergencial foram desde a falta de computadores, internet, espaço adequado de estudo e conhecimento tecnológico o que dificultou a permanência de muitos estudantes em seus respectivos cursos.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Os dados foram coletados através de questionários elaborados em formulário do *Google Formulários*, que é um sistema gratuito da plataforma eletrônica *Google* e que busca auxiliar no desenvolvimento de questionários e da coleta de dados. Adicionalmente, possibilita o armazenamento das informações e tabulação dos dados. Segundo Cervo & Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Adicionalmente, Bastos *et al.* (2023, p. 7) afirmam que a utilização do questionário como instrumento de pesquisa apresenta diversas vantagens, tais como:

economia de tempo e recursos, rapidez e precisão na obtenção de respostas, padronização e uniformidade, maior abertura dos participantes, possibilidade de análise estatística, facilidade de administração e cobertura populacional ampla. O questionário permite a obtenção de uma grande quantidade de dados de forma eficiente e possibilita análises quantitativas que auxiliam na compreensão de fenômenos e no estabelecimento de relações entre variáveis.

Inicialmente, os estudantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa e convidados a participar por meio de esclarecimento que figurava no próprio questionário.

O primeiro questionário desenvolvido foi para conhecer o perfil dos estudantes que frequentaram o Curso Técnico em Comércio, *campus* Júlio de Castilhos nos anos 2020 e 2021, pois conforme Dantas (2021, p. 1-5), em posse dessas informações, a instituição pode criar condições “não só com a democratização do acesso desses alunos, mas também como políticas de permanência que se preocupem com esse processo de ambientação, integração e inclusão [...]”.

. As questões versaram sobre dados pessoais, dados profissionais, condições de acesso à escola, perfil socioeconômico, saúde, escolarização e acesso às tecnologias digitais. No total, foram enviados 72 questionários através do *WhatsApp* e obteve-se 41 respostas.

O segundo questionário também foi enviado a 72 estudantes e obteve-se 41 respostas. O referido questionário objetivava avaliar como os alunos foram afetados e quais dificuldades enfrentaram durante a pandemia; identificar quais as dificuldades enfrentadas com o ensino remoto e se conseguiram dar continuidade aos estudos durante esse período. Desse modo, além das questões fechadas, também abordou questões abertas sobre o que os estudantes pensavam sobre como as ações de permanência e êxito da instituição foram eficientes para que se mantivessem no curso e conseguissem aprovação durante o ensino remoto, ademais, o que os estudantes acreditavam ser importante manter durante o ensino presencial. Assim, emergiram algumas categorias: “Ações importantes no Ensino Remoto”; “Expectativas de Retorno”; “Ações Mantidas no Presencial”.

O terceiro questionário foi enviado a 20 estudantes da EJA que vivenciaram o ensino remoto nos anos 2020 e 2021 e retornaram ao ensino presencial em 2022. As questões foram abertas para que os questionados pudessem opinar e apontar informações não apresentadas anteriormente. No total, obteve-se 9 respostas a esse questionário. As questões versaram sobre as diferenças entre o ensino remoto e o presencial; como os estudantes avaliaram as ações de permanência e êxito durante o ensino remoto; como avaliaram as ações no retorno presencial; quais as ações do ensino remoto que gostariam que permanecessem no ensino presencial; quais ações que contribuíram para permanência e êxito durante a pandemia; quais ações

contribuíram para permanência e êxito durante o retorno presencial.

3.5 Análise de Dados

Na concepção de Marconi e Lakatos (1996), a análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois, a partir dela, é que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa.

Ao tratarmos sobre a análise de dados, esta se deu a partir da teoria da análise reflexiva de Szymanski (2002), em que são apresentados quatro momentos de análise da pesquisa: leitura dos depoimentos para se familiarizar com o texto; separação das “unidades de significado”, das respostas para seus questionamentos; transformação das expressões cotidianas apresentadas pelos entrevistados em linguagem psicológica e sintetização de todas as unidades de significado elaborando uma síntese.

Ainda, conforme a autora, o texto segue como referência e para a análise, a proposta é que o pesquisador realize inúmeras leituras do texto total e construa uma categorização dos dados. Cabe lembrar que essa categorização é sempre engendrada das crenças e valores do pesquisador. Ou seja, “a categorização concretiza a imersão do pesquisador nos dados e a sua forma particular de agrupá-los segundo a sua compreensão. Podemos chamar esse momento de explicitação de significados” (Szymanski, Almeida, Prandini, 2001, p. 161).

Dessa forma, as categorias que emergiram da análise dos dados foram as seguintes: “Diferenças entre o Ensino Remoto e Ensino Presencial”; “Ações no Ensino Remoto”, “Ações desejadas no Retorno Presencial”; “Contribuições para a Permanência e Êxito” e “Ações Mantidas no Ensino Presencial”. Assim, os dados foram analisados à luz da teoria reflexiva e embasados em autores como Santos (2013), Moran (2018), Nóvoa (2020a, 2020b), Zurawski *et al.* (2020), Vygotsky (2021), Silva (2022), e Oliveira (2022).

A partir da análise dos dados e identificação das ações que foram importantes para a permanência e êxito para os alunos da EJA durante o ensino remoto e que poderiam ser mantidas no ensino presencial, se materializou um guia informativo como produto educacional.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Ações institucionais para a Permanência e o Êxito dos estudantes durante o período da pandemia da Covid-19

No ano de 2020, a partir da Portaria do Ministério da Educação nº 343, de 17 de março de 2020, as atividades acadêmicas presenciais dos cursos do IFFar foram substituídas por atividades realizadas em meios digitais e a partir de 15 de maio de 2020, o Conselho Superior (CONSUP) do IFFar aprovou a suspensão do calendário acadêmico. Dessa forma, do dia de 03 de agosto ao dia 23 de dezembro de 2020 as atividades foram retomadas por meio do chamado ensino remoto emergencial.

Como essa situação aconteceu inesperadamente, muitos foram os desafios enfrentados, pois não havia um planejamento adequado e nem condições materiais para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem nesse formato de ensino.

Para minimizar a situação, durante a suspensão das atividades, foram desenvolvidas formações aos servidores e estudantes e planejadas formas para atendimento às condições materiais necessárias ao acompanhamento das atividades remotas, para que assim as atividades fossem retomadas de forma qualificada.

Nessa direção, o IFFar promoveu o empréstimo de computadores aos estudantes que não dispunham desse dispositivo, assim como, por meio do Programa Auxílio Digital, ofereceu uma bolsa mensal para estudantes de baixa renda para aquisição de pacotes de dados. A assistência estudantil também concedeu auxílios financeiros emergenciais, a disponibilização de materiais impressos ou conteúdo digitalizado em *pendrives*, além do acompanhamento pedagógico e psicológico. Pois, a assistência estudantil em sua gênese deve

incentivar e colaborar com o processo de ingresso dos alunos; atuar em prol da inclusão social, de modo a garantir igualdade de oportunidades entre os estudantes; e contribuir com a permanência e o êxito dos discentes, por meio da equipe multiprofissional, a qual deve agir preventivamente nas funções que cabem ao setor (PDI 2019-2026, p. 87)

No âmbito formativo, a instituição iniciou o desenvolvimento do “Programa IFFar Formação: conectando saberes e práticas”, ofertando formação a docentes, técnicos administrativos e estudantes, visando qualificar o acesso/trabalho em

ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (AVEA). As temáticas foram sobre planejamento, metodologia e avaliação para a construção de alternativas didático-pedagógicas para o AVEA, a partir da utilização do SIGAA e de outros recursos digitais.

por meio do qual desenvolveu dois itinerários formativos: o primeiro voltado aos docentes e servidores ligados ao ensino – Desafios Pedagógicos e Tecnológicos para o Ensino Remoto, e o segundo voltado aos estudantes – Formação para o bom uso das tecnologias de aprendizagem. Tais itinerários foram desenvolvidos por meio de momentos síncronos, lives formativas transmitidas ao vivo pelo canal do IFFar no YouTube, e momentos assíncronos, por meio de materiais de estudos e cards formativos nas redes sociais do IFFar. Além disso, foram produzidas Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto no IFFar com vistas a apresentar algumas orientações para o planejamento e desenvolvimento do ensino remoto no IFFar, construídas a partir do diálogo nos diferentes espaços de gestão do ensino. Uma das premissas que orientou o planejamento dessa segunda etapa do ensino remoto no IFFar foi a construção de um planejamento e metodologias próprias para as condições do ensino remoto, de forma a superar a mera transposição do ensino presencial para meios digitais. (Relatório Parcial sobre o Desenvolvimento do Ensino Remoto no IFFar – agosto a dezembro de 2020, p. 2)

Iniciando esse processo de formação, no dia 20 de julho de 2020, através da *WebTV*, a Reitora do Instituto Federal Farroupilha falou sobre o Ensino Remoto na instituição, a Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional e o Pró-Reitor de Ensino explicaram sobre o Programa de Formação e as Diretrizes e Orientações para o Ensino Remoto e ainda, foram apresentados os desafios e possibilidades do AVEA (IFFar Notícias, *on-line*). Nessa perspectiva de formação, Nóvoa (2019, p. 7-8) afirma que

a metamorfose da escola implica a criação de um novo ambiente educativo (uma diversidade de espaços, práticas de cooperação e de trabalho em comum, relações próximas entre o estudo, a pesquisa e o conhecimento), também a mudança na formação de professores implica a criação de um novo ambiente para a formação profissional docente. [...] A ligação entre a formação e a profissão é central para construir programas coerentes de formação, mas é também central para o prestígio e para a renovação da profissão docente.

No dia 21 de julho iniciou-se a formação para os docentes, versando sobre o “SIGAA e Planejamento do Ensino Remoto”; no dia seguinte aconteceu a *Live* “Comunicação empática, inclusiva e assertiva”; no dia 23 a formação tratou sobre “Metodologia – Transposição Didática, Inclusão e adaptação de Materiais Didáticos”;

no dia 24 o tema foi “SIGAA e Metodologia: elaboração de materiais didáticos-vídeos e áudios”; “Os fundamentos da avaliação como processo de aprendizagem” foram trabalhados no dia 27; “Intencionalidades pedagógicas na elaboração da avaliação da aprendizagem” no dia 28; “Acompanhamento do estudante virtual, comunicação e silêncio virtual, permanência e êxito em tempos de pandemia” no dia 29; e por último “Socializando Experiências e Boas Práticas entre *campi*” no dia 30 de julho.

Na retomada das atividades no dia 03 de agosto de 2020, houve a Acolhida Virtual aos Estudantes e suas famílias, transmitida pelo *WebTV* IF Farroupilha. Na ocasião houve a formação para o bom uso das tecnologias mediadoras de aprendizagem no ensino remoto, a atividade contou com quase dois mil espectadores. Nessa perspectiva, entende-se que

O acolhimento realizado pela instituição é o primeiro passo para formação de vínculo entre os estudantes e com a escola. São esses vínculos que aproximam o estudante do ambiente escolar enquanto espaço de formação social no qual o sentimento de pertencimento colabora para sua permanência, favorece o diálogo, a compreensão da realidade e fomenta a sua participação (Dias *et al.*, 2022, p. 3).

No dia 05 de agosto aconteceu a formação “SIGAA para os Estudantes: Tecnologias para o Ensino Remoto”, nessa formação foi explicado como ativar o e-mail institucional; como usar o SIGAA (como acessar a turma virtual, baixar arquivos e assistir vídeos; como fazer as tarefas, participar dos fóruns e responder os questionários) e acessar os editais dos auxílios estudantis. E no dia 11 de agosto ocorreu um Sarau Artístico *Multicampi*, também como forma de acolhimento.

O 2º IFFar Formação teve o intuito de proporcionar a continuidade do percurso formativo dos docentes e técnicos administrativos, visando qualificar o trabalho numa concepção integradora entre aspectos tecnológicos e pedagógicos.

Iniciou, no dia 28 de abril de 2021, com a palestra “Evasão Escolar: Entre o debate teórico e o enfrentamento prático”, do professor José Adelmo Menezes. Dando continuidade à formação, no dia 28 de julho de 2021 ocorreu a segunda palestra com os professores Renato Coutinho e Lucília Machado, intitulada “Ensino Médio Integrado - Fundamentos Legais, Conceituais, Metodológicos e Organizacionais”.

O terceiro momento foi dia 23 de agosto com o título “Juntos(as) e conectados (as) no IFFar: conversando sobre saúde mental”. Já a temática “Comunicação Não

Violenta: Abordagem específica para expressar e receber de forma compassiva” foi abordada no dia 22 de setembro e ainda no mês de setembro, ocorreu a palestra “Assistência estudantil enquanto espaço de garantia de direitos”.

Em outubro a temática foi “Compreendendo a importância das ações inclusivas” e em novembro “Experiências sobre Ensino Integrado”. E para finalizar a programação de formação do ano de 2021, foram apresentadas as “Orientações pedagógicas para o retorno presencial”.

Com relação às demais ações empreendidas no ano de 2020, conforme preconiza a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, os colegiados de curso tiveram autonomia para deliberar sobre a melhor forma de organização curricular para o desenvolvimento das atividades letivas. Assim, os colegiados planejaram e aprovaram as adaptações metodológicas e a oferta dos componentes curriculares de cada semestre.

Com base no mapeamento realizado pelo grupo de Assessores Pedagógicos e a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), produziu-se um relatório que apresentou o cenário do IFFar em relação à participação dos estudantes no ano letivo de 2020 e também apresentou as experiências e formas de organização curricular dos cursos do IFFar no Ensino Remoto.

Considerando o referido relatório, bem como o Parecer CNE/CP n.º 19/2020 e a Resolução CNE/CP n.º 2/2020, que sugerem a adoção de estratégias para evitar o aumento da reprovação e a necessidade de medidas específicas para garantir aos estudantes a possibilidade de conclusão das etapas obrigatórias da Educação Básica, foram flexibilizados os critérios de aprovação nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFFar, incluindo aqueles na modalidade EJA/EPT (PROEJA). E, com isso, a oferta de Plano de Estudos Individualizado (PEI) a ser realizado no ano letivo de 2021, dessa forma, conforme a resolução, os

estudantes que obtiveram aprovação em, no mínimo, 70% das disciplinas, foram automaticamente aprovados pelo Conselho de Classe final, que também analisou casos de estudantes que não atingiram este critério, podendo deliberar por sua aprovação. Além disso, a referida resolução definiu que, caso a caso, fosse deliberado, no Conselho de Classe final, sobre a necessidade de um Plano de Estudos Individualizado (PEI), a ser realizado em 2021 (Resolução *Ad Referendum* CONSUP/IFFar n.º 2/2021, homologada pela Resolução CONSUP/IFFar n.º 4/2021).

Desse modo, na tabela 2 são apresentados os dados de aprovação,

reprovação, cancelamentos e trancamentos de matrícula nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFFar (incluindo os cursos na modalidade EJA/EPT), no ano letivo 2020, por *campus*, bem como os índices de progressão.

Tabela 2 – Situação final nos cursos técnicos integrados do IFFar – ano letivo 2020

Campus	Matrículas iniciais	Matrículas canceladas	Matrículas trancadas	Aprovados	Reprovados	Progressão*
Alegrete	390	7	1	228	154	58,46%
Frederico Wespahlen	469	20	5	419	25	89,34%
Jaguari	173	19	0	140	14	80,92%
Júlio de Castilhos	425	4	0	316	105	74,35%
Panambi	331	10	0	278	43	83,99%
Santa Rosa	246	12	0	206	28	83,74%
Santo Ângelo	347	12	0	272	63	78,39%
Santo Augusto	415	13	0	382	20	92,05%
São Borja	388	14	1	309	64	79,64%
São Vicente do Sul	821	29	0	713	79	86,85%
Uruguaiana	301	14	0	212	75	70,43%
Todos	4306	154	7	3475	670	80,70%

* aprovados em relação às matrículas iniciais.

Fonte: Relatório da Situação Final dos Estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal Farroupilha - Ano Letivo 2020 (p. 4)

Ao analisar os dados, percebeu-se que o percentual de aprovações foi maior do que as reprovações. Já a tabela 3, apresentou os quantitativos de estudantes aprovados nos cursos técnicos integrados, incluindo a modalidade EJA/EPT, conforme os critérios de flexibilização das aprovações.

Tabela 3 – Detalhamento das situações de aprovação nos cursos técnicos integrados do IFFar – ano letivo 2020

Situação	Quantitativo	% em relação ao total de aprovados
Aprovados por média/nota em todas as disciplinas	3011	86,7%
Aprovados pelo critério excepcional*	394	11,3%
Aprovados por deliberação do Conselho de Classe Final	70	2,0%
Total de aprovados	3475	

Fonte: Relatório da Situação Final dos Estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal Farroupilha - Ano Letivo 2020 (p. 7)

Assim, segundo os dados do Relatório da situação final dos estudantes dos cursos técnicos e de graduação do Instituto Federal Farroupilha (2021, p. 7),

a maior parte dos aprovados conseguiu atingir o aproveitamento mínimo necessário para aprovação em todas as disciplinas, sem necessidade de aplicação do critério excepcional ou de análise da situação pelo Conselho de Classe Final. Há que se considerar que os professores foram orientados, ao longo do ano letivo, a adequar e flexibilizar suas metodologias de ensino e de avaliação durante o ensino remoto, e que foram utilizadas diversas estratégias de “resgate” dos alunos, visando garantir a permanência e êxito do maior número possível de estudantes, o que certamente repercutiu de forma positiva no quantitativo de aprovados por média/nota em todas as disciplinas.

Ainda, de acordo com o relatório da situação final do ano letivo 2020, com relação aos índices de progressão, constatou-se que o 1º ano do Curso Técnico em Comércio do *campus* Júlio de Castilhos, na modalidade EJA/EPT, teve um índice de 31,25% de progressão, já que dos 32 matriculados, 22 reprovaram. Entretanto, o índice de reprovação foi alto, pois muitos nem haviam começado o ano letivo e outros tantos desistiram durante o ano.

Já para quantificar a participação dos estudantes nas atividades remotas, foi compartilhada uma planilha com os Setores de Assessoria Pedagógica (SAP) dos *campi* na plataforma *on-line Google Drive*. Esse instrumento solicitava as seguintes informações, conforme a forma de oferta dos cursos e nível de ensino:

Cursos técnicos Integrados e PROEJA:

1. Curso/Série;
2. Organização Curricular do Ensino Remoto;
3. Número de estudantes que estão participando de todas as atividades, no 1º e 2º semestres;
4. Número de estudantes que não participaram das atividades até o momento, no 1º e 2º semestres;
5. Número de estudantes que estão participando parcialmente das atividades, no 1º e 2º semestres;
6. Número de estudantes formandos com disciplinas e/ou atividades práticas pendentes, em função de não oferta pelo curso (Relatório parcial sobre a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas do ensino remoto, 2021, p. 4).

Após o preenchimento dessas informações pelos *campi*, que tiveram como fonte as reuniões pedagógicas, reuniões de colegiado/NDE de curso, instrumentos de pesquisa junto a servidores e estudantes, entre outros, a Coordenação de Assessoria Pedagógica (CAP) da PROEN realizou uma análise exploratória desses

dados, identificando alguns problemas na interpretação e preenchimento desse instrumento. Os dados tiveram como ênfase os cursos integrados ao ensino médio e os cursos na modalidade EJA, visto que são cursos pertencentes à etapa obrigatória da educação básica e apresentam matrícula por série anual, aos quais se aplicam as orientações do Parecer CNE/CS nº 19/2020.

Observa-se, na tabela 4, que um grande número de estudantes realizou parcialmente ou não realizou as atividades no 1º ou no 2º semestre.

Tabela 4 - Participação dos alunos no Ensino Remoto – Técnicos Integrados (diurno/regular)

<i>Campus</i>	TM	NC	NT	OC	PT1º	NP1º	PP1º	PT2º	NP2º	PP2º	APP
AL	372	3	12	Regular	124	96	153	134	89	138	0
FW	449	3	12	Bloco	357	0	92	313	5	131	0
JÁ	157	2	5	Bloco	111	17	29	111	17	29	0
JC	352	3	16	Bloco	216	25	111	221	34	86	0
PB	280	4	12	Bloco	223	2	55	225	1	54	1
AS	388	5	14	Regular	304	6	76	292	9	84	0
SAN	274	4	12	Bloco	184	0	90	199	14	61	0
SB	316	3	9	Bloco	123	15	178	156	13	150	0
SR	172	4	9	Regular	137	0	35	141	0	25	0
SVS	793	4	25	Ciclo	330	35	428	495	23	275	0
UG	294	2	10	Bloco	30	29	236	198	38	58	0
TOTAL	3847	37	136		2139	225	1483	2485	243	1091	1

Legenda:

Total de matrículas (TM)

Número de cursos (NC)

Número de turmas (NT)

Organização curricular (OC)

Número de estudantes que participaram de todas as atividades no 1º semestre (PT 1º)

Número de estudantes que não participaram das atividades no 1º semestre (NP 1º)

Número de estudantes que participaram parcialmente no 1º semestre (PP 1º)

Número de estudantes que participaram de todas as atividades no 2º semestre (PT 2º)

Número de estudantes que não participaram das atividades no 2º semestre (NP 2º)

Número de estudantes que participaram parcialmente no 2º semestre (PP 2º)

Número de estudantes formandos em disciplinas práticas pendentes no 2º semestre (APP)

Fonte: Relatório Parcial sobre a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas do ERE (2021, p. 6)

Com relação aos cursos integrados na modalidade EJA, a tabela 5 apresenta a participação dos estudantes nas atividades remotas. O que indica que o número de estudantes que realizaram todas as atividades foi inferior àqueles que realizaram parcialmente ou não realizaram nenhuma atividade, tanto no primeiro quanto no segundo semestres de 2020.

Tabela 5 – Participação dos estudantes no Ensino Remoto – Técnicos Integrados EJA/EPT

<i>Campus</i>	TM	NC	NT	OC	PT1º	NP1º	PP1º	PT2º	NP2º	PP2º
AL	15	1	1	Bloco	6	5	4	6	8	1
JC	50	1	2	Bloco	12	18	20	10	34	6
PB	42	1	3	Regular	5	14	23	8	23	11
AS	14	1	2	Bloco	2	3	9	0	6	8
SAN	65	1	3	Bloco	20	25	20	15	32	18
SB	57	1	3	Bloco	39	25	32	39	25	32
SR	62	2	3	Regular	24	29	14	17	23	22
TOTAL	305	8	17		108	119	122	95	151	98

Legenda:

Total de matrículas (TM)

Número de cursos (NC)

Número de turmas (NT)

Organização curricular (OC)

Número de estudantes que participaram de todas as atividades no 1º semestre (PT 1º)

Número de estudantes que não participaram das atividades no 1º semestre (NP 1º)

Número de estudantes que participaram parcialmente no 1º semestre (PP 1º)

Número de estudantes que participaram de todas as atividades no 2º semestre (PT 2º)

Número de estudantes que não participaram das atividades no 2º semestre (NP 2º)

Número de estudantes que participaram parcialmente no 2º semestre (PP 2º)

Fonte: Relatório Parcial sobre a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas do Ensino Remoto (2021, p. 7-8)

No que concerne ao *campus* Júlio de Castilhos, todas as ações institucionais foram postas em prática, e ainda, para ajudar os estudantes que passavam dificuldades financeiras recorrentes da pandemia, foram lançados editais para a seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos adquiridos pelo *campus* e excedente de produção do Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção de cunicultura e também com produtos adquiridos com recursos provenientes da Política Nacional de Assistência Estudantil e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Desse modo, Santos (2017, p. 32) ressalta a importância da alimentação escolar.

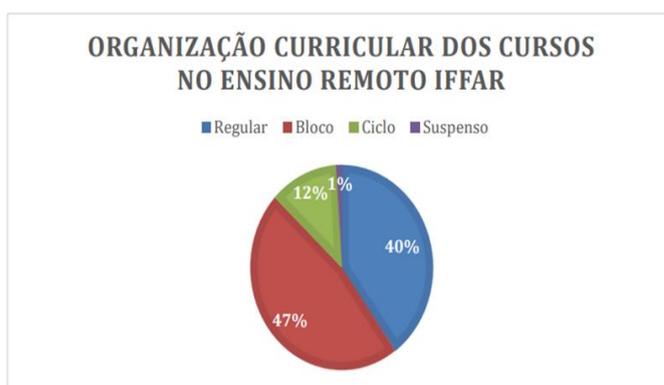
As políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil para a promoção da saúde instituiu ações educativas em prol de novos hábitos alimentares e da saúde. O PNAE tem como meta abraçar todo território nacional com suas tendências teórico-metodológicas, como a EAN, sendo um programa não somente assistencialista para muitas crianças e adolescentes, mas também promotor do direito humano a alimentação adequada.

Tratando especificamente do Curso Técnico em Comércio, após o início do ensino remoto em 17 de março, retornamos às atividades através do ensino remoto

com quatro períodos de aula, durante os cinco dias da semana. Percebeu-se que a participação nas aulas síncronas tinha uma baixa participação e os alunos reclamavam do excesso de atividades. A partir dessas constatações, o colegiado de curso se reuniu e deliberou por oferecer as disciplinas em módulos e as aulas síncronas aconteceram duas vezes por semana.

O relatório parcial de desenvolvimento das atividades remotas no IFFar (2021) demonstra que alguns cursos mantiveram a oferta regular dos seus componentes curriculares e outros optaram por outra forma de organização.

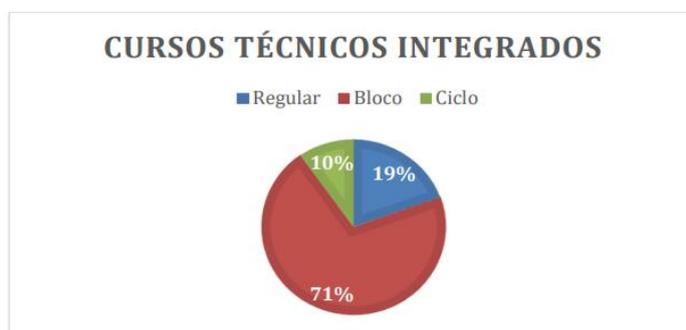
Figura 2 – Dados gerais da organização curricular dos cursos do IFFar no Ensino Remoto



Fonte: Relatório Parcial de Desenvolvimento das Atividades Remotas no IFFAR (2021, p. 7)

Os cursos integrados foram os que se destacaram na organização por blocos ou ciclos, como se constata na figura 3.

Figura 3 – Organização dos cursos técnicos integrados durante o ensino remoto



Fonte: Relatório Parcial de Desenvolvimento das Atividades Remotas no IFFAR (2021, p. 8)

E para que se tivesse um panorama das condições de acesso e tecnologia disponíveis, a coordenação do Curso Técnico em Comércio, do *campus* Júlio de

Castilhos, realizou uma consulta aos alunos via *Google Formulários*, para assim adequar as estratégias de ensino, empréstimos de computadores e auxílios.

A primeira questão versava sobre como era o acesso à internet. Com relação ao primeiro ano do Técnico em Comércio/EJA/EPT, houve um total de trinta e dois (32) respondentes. Desses, dezenove (19) afirmaram ter *Wi-fi* em casa; dez (10) responderam ter apenas os dados móveis do celular; e três (3) disseram não possuir acesso à internet. Já, de acordo com os seis (6) respondentes do segundo ano, cinco (5) afirmaram ter *Wi-fi* em casa e apenas um (1) respondeu ter apenas os dados móveis do celular. E com relação ao terceiro, nove (9) alunos responderam que tinham *Wi-fi* em casa.

A segunda pergunta buscava saber qual dispositivo era usado para o acesso às aulas *on-line*. No primeiro ano, vinte e cinco (25) alunos responderam ter somente o celular e sete (7) afirmaram ter computador. Já no segundo ano, apenas um (1) disse ter computador/*notebook* em casa, dois (2) tinham computador/*notebook* emprestado pelo IFFar Júlio de Castilhos e três (3) apenas o celular para acessar às aulas. Com relação ao terceiro ano, três (3) alunos possuíam apenas o celular, dois (2) receberam o computador emprestado pelo IFFar e quatro (4) dispunham de computador em casa.

Analisando a primeira e segunda questão, percebeu-se que, felizmente, a maioria dos estudantes dispunha de internet em casa, o que facilitaria o acesso às aulas síncronas e aos materiais postados no SIGAA, mas não foi exatamente isso o que aconteceu, pois o fato de terem somente o celular provocou uma baixa participação das aulas síncronas.

A questão seguinte tratava sobre o compartilhamento do computador com outras pessoas da família para assistir às aulas. No primeiro ano, quatorze (14) responderam não dividir o computador, sete (7) disseram não ter computador, cinco (5) afirmaram compartilhar o computador e ainda, dois (2) às vezes. Com relação ao segundo ano, dois (2) respondentes afirmaram dividir o computador, dois (2) compartilhavam às vezes e dois (2) responderam não ter computador. Já no terceiro ano, cinco (5) estudantes afirmaram compartilhar o computador, dois (2) não dividiam e dois (2) não tinham computador. O fato de dividirem o computador também pode ter sido um agravante no fato de não participarem das aulas.

A próxima pergunta questionava se o estudante dispunha de espaço adequado e silencioso para assistir às aulas *on-line*. Dessa forma, dos vinte (20)

alunos, dezesseis (16) responderam ter esse espaço, mas quatro (4) afirmaram não dispor de um espaço adequado. Ou seja, o espaço não foi o problema para a falta de participação.

Ainda foram questionados sobre a dificuldade de participarem das aulas síncronas devido ao trabalho. Três (3) alunos do segundo ano responderam ter dificuldade, dois (2) às vezes e apenas um (1) afirmou não ter dificuldade. Já no terceiro ano, cinco (5) disseram não ter dificuldade, dois (2) às vezes, um (1) não sentiu dificuldade e um (1) não estava trabalhando.

A partir desses dados, e levando em consideração os quarenta e sete (47) respondentes, de um total de sessenta e cinco (65) matriculados em 2020, constatou-se que aproximadamente 94% dos respondentes tinham acesso à internet, entretanto, em torno de 60% realizavam a partir do celular e com pacote de dados móveis, o que dificultava a participação nas aulas.

Assim, mesmo com a organização em módulos, flexibilização de prazos e aprovação, envio de materiais pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), pelo *Whatsapp*, material impresso, empréstimos de computadores, auxílio digital, auxílio permanência e a busca ativa feita pelos professores e coordenação do curso, ainda assim, houve uma grande evasão no primeiro ano.

Constatou-se que dos trinta e dois (32) matriculados, somente nove (9) estudantes foram aprovados no final do ano, pois quatorze (14) nem sequer iniciaram o ano letivo e nove (9) desistiram no primeiro ou segundo semestre. Já no segundo ano, dos dezoito (18) matriculados, somente oito (8) foram aprovados. Da mesma forma que o primeiro ano, cinco (5) nem iniciaram o ano letivo e cinco (5) desistiram no segundo semestre. No caso do terceiro ano, a situação foi um pouco melhor, pois dos dezenove (19) matriculados, onze (11) concluíram o ano, três (3) não iniciaram o ano letivo, três (3) desistiram e dois (2) reprovaram por nota.

No tocante ao ano de 2021, o IFFar realizou uma roda de conversa voltada aos estudantes dos cursos técnicos integrados. A atividade fez parte da programação de Acolhida do Ano Letivo 2021 e foi transmitida ao vivo pelo canal da *WebTV no YouTube*. Na noite de 07 de abril, realizou-se a palestra “O Gerenciamento do Estresse em Tempos de Pandemia” promovida pela equipe de saúde da Reitoria do IFFar. Já no dia 08, realizaram-se duas palestras: “O Cuidado com a Saúde Mental do Servidor e o Trabalho Remoto em tempos de Pandemia”

e “Sentimentos e necessidades: como acolher em meio à pandemia? Uma perspectiva da Comunicação Não-Violenta”, promovidas pela equipe de saúde da Reitoria do IFFar. E no dia 09 de abril, realizou-se oficina sobre ativação de *e-mail* institucional para os estudantes ingressantes, importante para comunicação e desenvolvimento das atividades de ensino. Nesse dia, também aconteceu a última palestra da Semana da Saúde, promovida pela equipe de saúde do IFFar, “ansiedade: algumas possibilidades de cuidados sob um olhar integral”.

A série Acolhimento Virtual *Show* apresentou vídeos curtos que trouxeram algumas das dúvidas mais comuns dos alunos ingressantes, como o primeiro acesso ao SIGAA e a ativação do *e-mail* institucional. Os vídeos foram criados pelo ator profissional Régis D'Ávila, aluno do mestrado PROFEPT, *Campus* Jaguari.

Assim, percebeu-se que a formação dos estudantes foi amplamente trabalhada para que pudessem acessar as ferramentas para o ensino remoto, pois como afirma Severino, a formação é inerente ao ser humano e este está sempre em formação

A formação é o processo do devir humano como devir humanizador, mediante o qual o indivíduo natural devém um ser cultural, uma pessoa. Formação deve ser concebida, pois, como a busca e o alcance de um sempre renovado modo de ser, mediante um devir, modo de ser que se caracterizaria por uma qualidade existencial marcada por um máximo possível de emancipação, pela condição de sujeito autônomo. Uma situação de plena humanidade. (Severino, 2017, p. 4).

No que tange às matrículas de 2021, estas foram automáticas, portanto muitos que não haviam iniciado o ano em 2020 figuravam nos cadernos de chamada. O primeiro ano contava com cinquenta e um (51) matriculados, porém vinte e oito (28) nunca compareceram. Dos vinte e três (23) restantes foram dezessete (17) aprovados. Com relação ao segundo ano, eram dezenove (19) matriculados e apenas nove (9) aprovados. Sendo que oito (8) não cursaram e os demais evadiram no segundo semestre. Já o terceiro ano, contava com quinze (15) matriculados e somente sete (7) se formaram. Quatro (4) não cursaram e quatro (4) desistiram no segundo semestre.

Segundo o relatório sobre a participação dos estudantes nos cursos técnicos integrados do IFFar – Primeiro semestre letivo de 2021 (Ensino Remoto), a participação nos cursos técnicos integrados no ano letivo 2021 variou consideravelmente entre os diferentes *campi*. Já os dados sobre a participação dos estudantes dos cursos na modalidade EJA/EPT, no primeiro semestre letivo de

2021, foram preocupantes, visto que, apenas 30,46% dos estudantes apresentaram participação integral/satisfatória em todas as disciplinas. A proporção é semelhante à de participação total dos estudantes da modalidade no 1º semestre letivo de 2020, que foi de 30,9%. Nos cursos técnicos na modalidade EJA/EPT, pôde-se perceber que houve maior participação nos anos mais avançados (Relatório sobre a participação dos estudantes do IFFar no 1º semestre de 2021, p. 8). A partir desses dados concluiu-se que

fatores externos impactaram nas condições de participação dos estudantes nas atividades do ensino remoto. Mesmo se tratando de razões externas ao IFFar, tais fatores implicaram sobremaneira no processo pedagógico e nas relações estabelecidas pelos sujeitos no ambiente em que o ensino remoto se constitui, o que requer especial atenção a estes estudantes na passagem do ensino remoto para o ensino presencial (Do Remoto ao Presencial: Orientações Pedagógicas para o Retorno das Atividades Letivas Presenciais no Iffar, 2022, p. 2).

4.2 Retorno presencial pós-pandemia (2022)

No dia 17 de dezembro de 2021, o Conselho Superior (CONSUP) do IFFar aprovou a proposta de retomada integral das atividades presenciais no início do ano letivo de 2022. Assim, no dia 11 de janeiro, o IFFar publicou a Instrução Normativa nº 04/2022, que trouxe orientações para o retorno integral das atividades presenciais de ensino, pesquisa, extensão e administração em todas as unidades. Desse modo, o planejamento para o ano letivo de 2022 precisou

considerar as aprendizagens dos anos anteriores, assim como as condições sociais, cognitivas e psicológicas dos sujeitos envolvidos, as quais sofreram os impactos do isolamento social e demais intercorrências do contexto pandêmico (Do Remoto ao Presencial: Orientações Pedagógicas para o Retorno das Atividades Letivas Presenciais no Iffar, 2022, p. 1).

Ademais, na passagem do ensino remoto para o presencial foi necessária uma atenção especial e a busca ativa dos alunos que desistiram no ano anterior, pois se envolveram em atividades externas ao processo formativo e também pela necessidade de assumirem relações de trabalho.

Assim, a Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021 continha diretrizes gerais para orientar as instituições de ensino e houve a publicação do documento “Do remoto ao presencial: Orientações pedagógicas para o retorno das atividades letivas presenciais no IFFar”, que foi construído coletivamente pela Reitoria e pelos

campi, através da Coordenação de Assessoria Pedagógica, dos Setores de Assessoria Pedagógica e Direções de Ensino. As orientações foram metodologicamente estruturadas e apresentadas a partir de três dimensões:

- a) eixos do trabalho pedagógico, que correspondem aos aspectos centrais que devem ser observados para o retorno à presencialidade, conforme a Resolução CNE/CP n.º 02/2021;
- b) contextualização sobre cada eixo, considerando a realidade institucional;
- c) ações, com vistas a colocar em prática os eixos do trabalho pedagógico que irão orientar o planejamento para o retorno à presencialidade em âmbito institucional em cada campus, curso, nível ou modalidade de ensino (Do Remoto ao Presencial: Orientações Pedagógicas para o Retorno das Atividades Letivas Presenciais no Ifar, 2022, p. 3).

Como forma de acolhimento e de ressocialização dos sujeitos no ambiente escolar, algumas ações foram sugeridas, conforme quadro 13.

Quadro 13 – Ações de acolhimento sugeridas no retorno presencial

• Vídeo de acolhimento institucional com as autoridades do IFFar;
• Promoção de diálogos com a socialização de experiências sobre o período vivido, por campus/curso, com participação dos profissionais da saúde e psicologia;
• Realização de atividades integrativas envolvendo a educação física e artes, por exemplo;
• Promoção de atividades integrativas com a participação do Diretório Acadêmico, Grêmio Estudantil e setores como CAE, CAI e SAP para a organização/condução das atividades iniciais de acolhimento com fins de fortalecer o vínculo com a instituição;
• Reunião presencial com pais e/ou responsáveis dos estudantes, escalonada por curso/série, observando os protocolos biossanitários;
• Em caso de reuniões presenciais, fazer falas rápidas e mais focadas em acolhimento (informações sobre o IFFar podem ser entregues em material impresso);
• Reunião virtual com os pais/responsáveis dos estudantes e/ou envio de comunicações por escrito, esclarecendo as medidas adotadas e compartilhando com elas os cuidados e controles necessários decorrentes da pandemia da COVID-19;
• Organização de ações de acolhimento/escuta aos servidores;
• Organização de roteiros para o conhecimento/reconhecimento dos espaços físicos do campus a partir dos protocolos de biossegurança;
• Explicar aos pais dos alunos do integrado como as aulas têm ocorrido no campus, para deixá-los tranquilos em relação à prevenção da transmissão do vírus;
• Conversa com os estudantes, esclarecendo como será a organização de ensino e sanitária e também respondendo as dúvidas e ansiedades que estes estudantes manifestem;
• Apresentação do campus para estudantes que ingressaram em 2021 e 2022.

Fonte: Do Remoto ao Presencial: Orientações Pedagógicas para o Retorno das Atividades Letivas Presenciais no Ifar (2022, p. 4).

Dessa forma, estudantes de todos os cursos e *campi* retomaram as atividades presenciais no dia 16 de fevereiro, dando início ao calendário acadêmico

2022. Já os servidores docentes, técnicos-administrativo e funcionários terceirizados retornaram ao trabalho presencial a partir do dia 1º de fevereiro.

Além da obrigatoriedade do uso de máscara nos ambientes institucionais (fechados ou abertos), uma das principais medidas para garantir a segurança da comunidade acadêmica foi a exigência do comprovante de vacinação contra a Covid-19. Ademais, os trabalhadores e estudantes pertencentes ao grupo de risco tiveram o direito ao trabalho remoto ou aos estudos domiciliares.

Como forma de boas-vindas, a reitora do IFFar, professora Nídia Heringer, gravou um vídeo à comunidade acadêmica e destacou o retorno às atividades presenciais e aos "momentos de encontros e reencontros" vivenciados na instituição (IFFar Notícias, 2022, *on-line*).

No *campus* Júlio de Castilhos, a recepção aos servidores TAEs e docentes ocorreu na tarde do dia 14 de fevereiro e contou com as boas vindas do Diretor Geral, Rodrigo Carlotto, que pontuou sobre as dificuldades enfrentadas durante o período em que foram necessárias as atividades remotas e desejou um ótimo retorno.

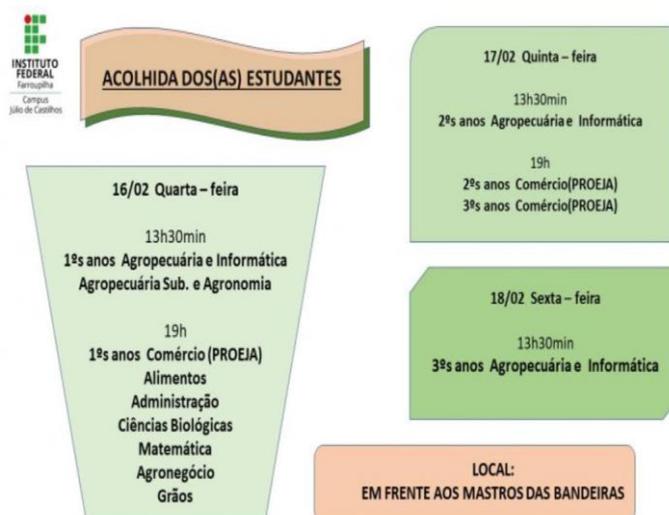
Com relação aos estudantes, a recepção foi de forma escalonada e seguindo os protocolos do Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Covid-19 no âmbito do IFFar, acolhendo os estudantes com mais tranquilidade e segurança. E as novas turmas dos cursos de graduação foram recepcionadas em março, após a divulgação da 1ª chamada e o período de confirmação de vagas.

Todo o acolhimento aconteceu no *hall* do antigo prédio administrativo, onde o Diretor e as coordenações dos cursos deram as boas vindas aos estudantes. A programação de acolhida contou com a presença da equipe diretiva, docentes, técnico-administrativos e comunicadores da Rádio 14 de Julho. Dessa forma, a escola é um espaço vivo que

precisa estar aberta ao real a fim de favorecer a construção do conhecimento, a emoção e a afetividade, elementos fundamentais para que o estudante se sinta parte do ambiente e possa participar ativamente das atividades. Para isso, é fundamental que ela seja um lugar de escuta, no qual os estudantes possam trazer seus questionamentos sobre si mesmos, sua realidade, seu futuro (Dias *et al.*, 2022, p. 5).

O cronograma de acolhimento é apresentado na figura 4.

Figura 4 – Cronograma de acolhida 2022



Fonte: Notícias Júlio de Castilhos

Também foram sugeridas ações de formação para a retomada das atividades presenciais, pois tínhamos novamente a nossa frente uma situação incomum e precisávamos de preparo. Dessa maneira, sugeriu-se o

Desenvolvimento de um itinerário formativo no âmbito do Programa IFFar Formação, voltado para os aspectos pedagógicos centrais para o retorno à presencialidade: avaliação diagnóstica, planejamento, recuperação da aprendizagem, acompanhamento dos estudantes, avaliação do ensino pós-pandemia e saúde mental na educação;
Formações específicas por campus/curso/nível ou modalidade de ensino.
(Do Remoto ao Presencial: Orientações Pedagógicas para o Retorno das Atividades Letivas Presenciais no Iffar, 2022, p. 5).

Nessa perspectiva, aconteceu o 3º IFFar Formação com a proposta de um itinerário formativo voltado aos aspectos pedagógicos centrais para o retorno ao ensino presencial.

As atividades do *campus* começaram gradativamente ao seu ritmo habitual e aquelas atividades que eram desenvolvidas antes da pandemia, passaram a ser postas em prática novamente.

No dia 16 de fevereiro foi publicado edital para a Seleção de estudantes de Cursos Presenciais para a concessão de Auxílio Permanência da Assistência Estudantil do IFFar 2022/I. O auxílio se faz muito necessário para os estudantes de

baixa renda, pois os estudantes têm gastos com alimentação, transporte e moradia e a bolsa auxilia para que o aluno não precise escolher entre comer ou pagar o transporte.

Outra ação, na retomada das atividades presenciais, foi que deveriam ser identificados os alunos com baixa frequência ou os que não estavam frequentando, para que ações fossem tomadas para a permanência do estudante. Pois, como a recuperação da aprendizagem adquiriu grande importância no contexto pós-pandemia, sugeriu-se que houvesse

Reserva de, pelo menos, duas semanas de aulas no começo do semestre para a realização da avaliação diagnóstica no âmbito de cada curso/componente curricular, considerando os objetivos de aprendizagem dos anos de ensino remoto; Planejamento do ensino baseado nos resultados da avaliação diagnóstica e nos objetivos de aprendizagem dos anos de ensino remoto no âmbito dos componentes curriculares; Atenção aos estudantes dos cursos de EJA-EPT(Proeja), com ações de resgate de conteúdos passados, de forma a ampliar o conhecimento sobre os assuntos e reavivar o vínculo com o campus (Do Remoto ao Presencial: orientações pedagógicas para o retorno das atividades letivas presenciais no IFFar, 2022, p. 5-6).

Sob essa concepção, no dia 23 de fevereiro de 2022 ocorreu a palestra “Avaliação Diagnóstica e Planejamento”, com o professor Celso dos Santos Vasconcelos; dando sequência à formação, no dia 23 de março tivemos a palestra “Gestão Escolar Democrática”, com Vitor Paro.

Conforme as orientações Do Remoto ao Presencial (2022, p. 8), outra importante ação foi a manutenção dos atendimentos pedagógico, psicológico e social e identificação de novas demandas no retorno à presencialidade, “uma vez que estes atendimentos são essenciais para o êxito no processo de aprendizagem e ao mesmo tempo produzem subsídios para orientar o processo de ensino”. Como preconiza o PDI 2019-2026 (p. 91), a atenção à saúde dos discentes visa “a formação integral do sujeito; a igualdade de acesso e condições para o desenvolvimento do conhecimento discente”. Ademais, os objetivos do Setor de Saúde pretende

atuar no desenvolvimento de sujeitos integrais; na orientação sobre a prevenção de doenças; na promoção e na recuperação de saúde; no desenvolvimento da autonomia e da corresponsabilidade referente ao cuidado integral à saúde; na diminuição de toda e qualquer desigualdade (dentre outras, étnica, racial, social, regional, de gênero, de orientação sexual) e contribuir para que o estudante tenha qualidade de vida e condições sociais propícias para a permanência e o êxito escolar (PDI 2019-2026, p. 92).

No decorrer do ano, muitas ações foram desenvolvidas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como administrativamente em prol do desenvolvimento institucional do Instituto Federal Farroupilha. Podemos citar a atividade que ocorreu durante o mês de abril, em que o IFFar desenvolveu uma programação com temáticas indígenas em todos os *campi*. No dia 12 de abril, aconteceu uma *Live* sobre “O programa de Inclusão Indígena da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)” e o *campus* Júlio de Castilhos promoveu uma mesa redonda sobre o livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak.

Marcando o retorno às cerimônias de formatura presenciais, no dia 29 de abril, às 19h, o IFFar *Campus* Júlio de Castilhos realizou a Solenidade de Colação de Grau dos Cursos Superiores de Bacharelado em Administração e Licenciatura em Ciências Biológicas.

Também aconteceu a aula inaugural da primeira turma do Curso de Pós-Graduação: Especialização em Práticas Educativas em Humanidades aconteceu no dia 12 de maio e o tema abordado foi "Reflexões sobre as humanidades e a educação na contemporaneidade", proferida pela professora Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad (UFMS).

No dia 01 de junho foi realizada a gincana e os jogos de integração alusivos aos 14 anos do *Campus* Júlio de Castilhos. A gincana de integração foi realizada durante à tarde e o público envolvido foi os discentes do curso Técnico em Agropecuária e Técnico em Informática. Já os jogos foram realizados no turno da noite, com o objetivo de integrar discentes dos cursos superiores, subsequente e EJA. Tais atividades fazem parte das ações da Assistência Estudantil,

em prol de contribuir com o desenvolvimento integral dos estudantes regularmente matriculados e de assegurar a ampliação do acesso e as condições adequadas de permanência e êxitos dos estudantes é o eixo de promoção do esporte, da cultura e do lazer, regulamentado pelo Programa de Promoção da Cultura, Esporte Lazer do Instituto Federal Farroupilha (PDI 2019-2026, p. 92)

Retomando a participação em eventos, o IFFarroupilha - *Campus* Júlio de Castilhos participou da XXXIV FENOVINOS, no período de 08 a 12 de junho de 2022. A FENOVINOS é um evento tradicional do agronegócio da ovinocultura do País e a participação em um evento dessa natureza, é uma das dimensões do Programa de Extensão da Instituição.

O tradicional Arraiá no IFFar – *Campus* Júlio de Castilhos realizou-se no dia 22 de junho, no ginásio da instituição e estava aberto à comunidade acadêmica e da cidade de Júlio de Castilhos. Essa atividade também faz da Promoção da Cultura, Esporte e Lazer no Instituto.

Conjuntamente com os demais Institutos Federais da região sul, o IFFar organizou o Encontro Regional da EJA-EPT Região Sul, que ocorreu entre os dias 4 e 7 de julho. No dia 05 ocorreu uma mesa sobre "A Política da EJA-EPT nos Institutos Federais e os desafios para sua implementação".

O IFFar também participou da 28ª FEICOOP que ocorreu de 15 a 17 de julho no Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter, em Santa Maria. O IFFar também promoveu atividades culturais, debates sobre Educação de Jovens e Adultos e agroindústria familiar, além disso, manteve um estande para divulgação de cursos da instituição.

Conforme o Relatório da Situação de Matrículas, Permanência e Êxito nos Cursos Técnicos e de Graduação (2023), o IFFar teve um total de 4671 matrículas em 40 cursos Técnicos Integrados oferecidos nas 11 unidades da instituição. Dessas, 292 matrículas foram em cursos oferecidos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT). No entanto, a concessão de auxílios teve uma queda significativa, pois foram 1625 benefícios concedidos, menor que o número registrado em 2013. Em termos objetivos, a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021 cortou 27% da educação, com mais um bloqueio de R\$ 2,7 bilhões por parte do governo federal, sendo a área que mais sofreu corte (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2021b, *on-line*).

Esse dado demonstra que o investimento em assistência estudantil reflete na permanência dos educandos, mas infelizmente esse valor está sendo visto como gasto e não como investimento, desse modo, Prada (2022, p. 128) pondera que

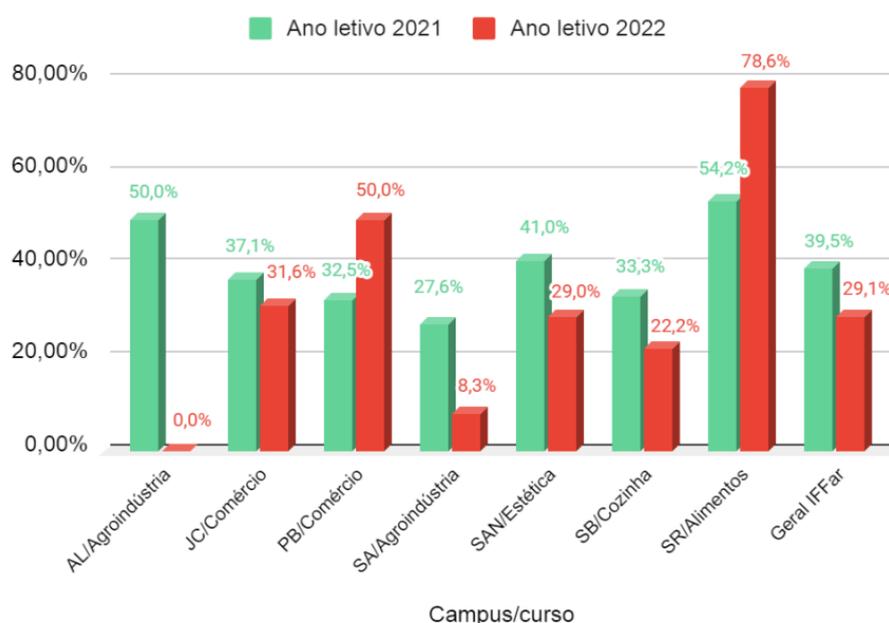
Em síntese, é impossível pensar o acesso à educação desconectado com a realidade social vivenciada pelos discentes, tanto no interior das instituições quanto externo a elas. Permeada pelos percalços de ser um programa da política educacional executado neste contexto social em que o acesso educacional não tem se concretizado para as pessoas pobres, não brancas e atípicas tanto na educação básica quanto na superior seja na EPCT ou nas universidades, o Pnaes é executado com recursos que não cobrem suas demandas, ou seja, é subfinanciado.

O índice geral de progressão (percentual de aprovados em relação às

matrículas totais) nos cursos Técnicos Integrados do IFFar foi de 69,6% no ano letivo de 2022 (total de 3.251 aprovados). Foi possível notar que houve redução no índice de progressão nos cursos em relação ao ano letivo anterior e um dos motivos pode ter sido o retorno integral das atividades presenciais, sendo necessária a readaptação dos estudantes. Salienta-se que, o ano letivo de 2021, ainda estava vigente a flexibilização dos critérios de aprovação nos cursos técnicos integrados (Relatório da Situação de Matrículas, Permanência e Êxito nos Cursos Técnicos e de Graduação, 2023 p. 8).

Nos cursos Técnicos Integrados na modalidade EJA/EPT, houve maior variabilidade de aprovação no comparativo entre os anos letivos 2021 em 2022. O índice de progressão no ano letivo 2022 foi menor em relação a 2021, pois 143 estudantes dos cursos Técnicos Integrados EJA/EPT do IFFar foram aprovados, ou seja, 39,5% do total de matriculados em 2021, e, em 2022, somente 85 foram aprovados, totalizando 29,1% (idem, ibidem). Como se comprova a partir da figura 5.

Figura 5: Progressão (aprovação) nos cursos Técnicos Integrados EJA/EPT - comparativo anos letivo 2021 e 2022



Fonte: Relatório da situação de matrículas, permanência e êxito nos cursos técnicos e de graduação - ano letivo 2022 (2023, p. 9)

No que se refere aos cursos na modalidade EJA/EPT do IFFar do *campus* Júlio de Castilhos, foram quarenta e um (41) matrículas no ano 2022 e trinta (30)

concluintes ao final do ano, sendo dez (10) no primeiro ano, onze (11) no segundo e nove (9) no terceiro ano. Como apresentado no relatório da situação de matrículas, permanência e êxito nos cursos técnicos e de graduação (2023).

Tabela 6 - Situação final e progressão nos Cursos Técnicos Integrados na modalidade EJA/EPT - ano letivo 2022 do *campus* Júlio de Castilhos

Campus	Curso	Série	Matrículas iniciais	Canc.	Tranc.	Reprovados	Progressão	
							Nº aprovados	% aprovados
Júlio de Castilhos	Comércio	1º ano	54	38	2	4	10	18,52%
		2º ano	25	9	1	4	11	44,00%
		3º ano	16	7	0	0	9	56,25%

Fonte: Adaptado do Relatório da situação de matrículas, permanência e êxito nos cursos técnicos e de graduação (2023, p. 12)

No entanto, é importante destacar que a rematrícula nos cursos integrados foi realizada de forma automática, isto é, não houve necessidade de solicitação de matrícula por parte do estudante. Com isso, especialmente nos cursos EJA/EPT e nos primeiros anos, poderia haver, dentre os reprovados, estudantes que foram matriculados no ano letivo 2021 após a reprovação no ano letivo 2020, mas que, na verdade, são desistentes que não formalizaram o cancelamento da matrícula (Relatório da situação de matrículas, permanência e êxito nos cursos técnicos e de graduação, 2023).

4.3 Perfil dos estudantes que frequentaram a EJA de Júlio de Castilhos durante o ensino remoto

Na concepção de Souza (2011), os sujeitos da EJA são diversos culturalmente, ou seja, são trabalhadores, aposentados, jovens empregados ou em busca do primeiro emprego; são o trabalhador experiente e também o jovem com outro tipo de experiência de mundo. Assim, para Paiva e Sales (2013, p. 5), o importante é ressaltar que o “Pertencimento aos extratos mais empobrecidos da sociedade parece ser uma marca forte na constituição da identidade dos sujeitos da EJA, ou seja, os sujeitos da EJA são os excluídos da sociedade”.

Ademais, ao que concerne ao perfil do aluno, Dantas (2015, p. 1-5) aponta

para a importância de conhecer o perfil do aluno ingressante, para que “em posse dessas informações seja possível construir um processo permanente de revisão e reconstrução das práticas-pedagógicas, da gestão escolar, assim como dos serviços a serem ofertados a esses alunos”.

Para a realização do perfil dos estudantes que enfrentaram o período do ensino remoto emergencial e dos que retornaram ao ensino presencial em 2022, foi aplicado um questionário virtual via *Google Formulários*, contendo quarenta e cinco perguntas. Devido à facilidade de contato, o questionário foi enviado pelo *Whatsapp* a setenta e dois estudantes, todavia, somente quarenta e um responderam as questões. Dessa forma, as perguntas versaram sobre dados pessoais, dados profissionais, condições de acesso à escola, perfil socioeconômico, saúde, escolarização e acesso às tecnologias digitais.

A questão 1 se referia ao sexo, ou seja, dos 41 respondentes, 33 eram mulheres, o que demonstrou que as mulheres estão buscando novas oportunidades, abandonando a velha visão patriarcal de que devem ficar em casa para cuidar dos filhos e da casa. Hoje em dia, elas contribuem para a renda familiar e buscam conhecimento e qualificação nas turmas de EJA, como asseveram Oro, Weschenfelder e Stecanela (2010. p. 8)

A inserção das mulheres no mercado de trabalho traz consigo uma mudança no modo em que elas passam a se relacionar com a escolarização. A pressão das mulheres pela conquista de igualdades, relacionadas a cargos e salários, vem acompanhada pela qualificação profissional, mesmo que atuem em funções que ela não seja necessária, o mínimo que se obriga é o término da escolarização obrigatória.

Sobre a orientação sexual e identidade de gênero, a maioria respondeu ser heterossexuais, ou seja, 38 respondentes; 2 eram gays e 1 bissexual. Já a idade dos respondentes variava de 20 a 72 anos, sendo que 15 estudantes tinham menos de 30 anos; 7 deles tinham entre 31 e 39 anos; 13 respondentes tinham entre 40 e 49 anos; apenas 5 responderam ter entre 52 a 57 anos e somente uma aluna com 72 anos. Percebeu-se que cada vez mais temos os jovens buscando as classes de EJA, entretanto, os maiores de 30 anos superam esse número, o que demonstra que os adultos que ficam afastados dos bancos escolares passaram a buscar escolarização que lhes foi negada em tempos passados. Pois, conforme assevera Severino (2006, p. 621)

[...] a educação foi sempre vista como processo de formação humana. Essa formação significa a própria humanização do homem, que sempre foi concebido como um ente que não nasce pronto, que tem necessidade de cuidar de si mesmo como que buscando um estágio de maior humanidade, uma condição de maior perfeição em seu modo de ser humano. Portanto, a formação é processo do devir humano como devir humanizador, mediante o qual o indivíduo natural devém um ser cultural, uma pessoa.

A próxima questão trouxe dados sobre o estado civil dos sujeitos, sendo que 18 eram solteiros, 10 estavam casados, 9 viviam com companheiro(a), 2 eram separados e 2 divorciados. A questão 5 informava que 33 estudantes tinham filhos e 8 não eram pais. Quanto à quantidade de filhos dos 33 respondentes, a maioria tinha apenas um filho, ou seja, 13 respondentes. Ainda, 6 afirmaram ter 2 filhos, outros 4 alunos eram pais de 3 crianças, 7 discentes disseram que tinham 4 filhos e 3 responderam ter 5 filhos. Dessa forma, mesmo solteiros, já eram pais. O Relatório do Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) sobre direitos reprodutivos e a transição demográfica das Nações Unidas aponta que a “desigualdade econômica, falta de acesso à informação, precariedade nos serviços de saúde e má distribuição de renda impactam diretamente nas taxas de fecundidade” (2024, *on-line*).

Outra informação foi que a maioria dos alunos era natural de Tupanciretã (15) e Júlio de Castilhos (12), mas também foram citados os municípios de Cruz Alta (2), Santa Maria (3) e também Faxinal do Soturno, Ivorá, Jari, Pinhal Grande, Porto Alegre, Sobradinho, Ijuí com um representante em cada um desses municípios. Além disso, 33 afirmaram que viviam na zona urbana da cidade e 4 viviam na zona rural. Esse dado mostrou a importância da interiorização dos institutos, trazendo novas oportunidades para aqueles que viviam nos pequenos municípios, como apontou Pacheco (2011, p. 20)

[...] esse novo desenho constituído traz como principal função a intervenção na realidade, na perspectiva de um país soberano e inclusivo, tendo como núcleo para irradiação das ações o desenvolvimento local e regional. O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social.

Conforme dado apresentado, a maioria dos estudantes se autodeclararam

brancos (21) e 14 se consideravam pardos e somente 6 negros. A temática acerca da raça/etnia também se faz fundamental entre os temas de importante diálogo e reflexão com a comunidade escolar, visto que por se constituírem como uma minoria nesse espaço pode vir a ser alvo de ações discriminatórias e preconceituosas.

Quanto aos documentos pessoais que possuíam felizmente quase que a totalidade dos respondentes portava carteira de identidade, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), certidão de nascimento, cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), título eleitoral e carteira de trabalho, ou seja, os documentos básicos de um cidadão que faz parte da sociedade ativa do país. Pois, se a pessoa não possui documentos, ela está fora das políticas, do mapeamento social e, portanto, ausente de cidadania, como afirma o defensor público Samuel Marques “Quem não tem documento, não pode ser inserido nas políticas públicas do governo, não consegue receber bolsa família ou auxílio emergencial. Vive à margem da sociedade. É como se essa pessoa não existisse para o Estado”. Segundo dados do último censo do IBGE, cerca de 3 milhões de brasileiros não possuem registro de nascimento, mas o dado deve ser bem maior (Defensoria Pública do Ceará, 2021, on-line). Já acerca da carteira de motorista, somente 13 responderam possui-la, pois o alto custo impede tirar a carteira.

Com relação a doenças, deficiências e uso de medicamentos, 40 de nossos alunos não possuíam nenhuma deficiência, porém 13 deles apresentavam doença crônica e 22 respondentes faziam uso de medicação contínua. E, quando necessário, 39 deles recorriam ao SUS, pois somente uma pequena parcela (2) possuía plano de saúde. A dependência do SUS está diretamente relacionada às condições financeiras dos questionados. Conforme o Ministério da Saúde (2022, *on-line*),

o SUS é o único sistema de saúde pública do mundo que atende mais de 190 milhões de pessoas - 80% delas dependem, exclusivamente, dos serviços públicos para qualquer atendimento de saúde. Apesar disso, todos podem usar o SUS, gratuitamente, porque seus princípios são a integralidade, a igualdade e a universalidade. Dessa forma, pode-se dizer que 100% dos brasileiros utiliza, utilizou ou utilizará os serviços do sistema, que é essencial para a população e vem se constituindo em uma política pública complexa, generosa e solidária.

No que tange à religião, a maioria se declarou católico e evangélico, também sendo citadas outras religiões em menor número, como o espiritismo e a umbanda. A aceitação da diversidade racial e religiosa é fundamental para uma boa

convivência. Desse modo, a educação contribui para exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades, assim, Freire (2005, p. 15) declara que

A tolerância genuína, por outro lado, não exige de mim que concorde com aquele ou aquela a quem tolero ou também não me pede que a estime ou o estime. O que a tolerância autêntica demanda de mim é que respeite o diferente, seus sonhos, suas ideias, suas opções, seus gostos, que não o negue só porque é diferente. O que a tolerância legítima termina por ensinar é que, na sua experiência, aprendo com o diferente.

Sobre o meio de acesso à escola, 39% respondeu ter acesso gratuito, o que correspondeu a 16 alunos e outros 17 questionados utilizavam o transporte público pago, sendo que desses 17 respondentes, 5 afirmaram que pagavam meia passagem. Isso se deve ao fato de os alunos do município de Tupanciretã receberem o transporte gratuito e os que são de Júlio de Castilhos utilizarem o transporte urbano e pagarem meia passagem. Contudo, muitos dos alunos recebem o auxílio permanência da instituição, o que ajuda para pagar o transporte. Nesse ponto reside a importância do auxílio, pois para muitos alunos o valor que se paga pelo transporte se torna pesado no orçamento familiar.

E a maioria ainda declarou que vinha direto de casa para a escola (27 respondentes) e somente 13 vinham direto do trabalho. O que significou que dos 24 que estavam trabalhando, somente 9 discentes conseguiam ir até suas casas para prepararem-se para as aulas. Contudo, a instituição oferece janta para todos os alunos da EJA, beneficiando aqueles que vêm direto do trabalho e também aqueles que se deslocam cedo de Tupanciretã. Dessa forma, os programas de alimentação escolar são políticas públicas de proteção social e de direito humano das mais relevantes e necessárias.

Quanto à moradia, mais da metade morava com filhos e em casa própria, porém a renda mensal de 36,6% (15 respondentes) não passava de um salário mínimo, já 22% (9 questionados) afirmaram receber até um salário e meio e outros 22% viviam apenas com R\$ 660 reais. Entretanto, 31,7% (13 discentes) atestaram que trabalhavam para o próprio sustento, 22% (9) contribuía parcialmente para a renda da família e somente 8 respondentes (19,5%) trabalhavam e contribuía exclusivamente para a renda da família. Além disso, 23 estudantes responderam não receber nenhum tipo de auxílio governamental. Assim, Vadhat *et al.* (2022, p. 6) aponta que

A informalidade tem se tornado cada vez mais presente na economia brasileira. Depois da crise iniciada em 2014, o nível de informalidade no Brasil passou de quase 34% para 41,6% em 2019, revelando a piora das condições no mercado de trabalho mesmo antes da chegada da pandemia de Covid-19. Com o início da pandemia, em 2020, agregou-se uma camada de complexidade aos desafios que o país já vinha enfrentando, e os trabalhadores informais foram especialmente impactados tanto em seus rendimentos como na própria viabilidade das suas ocupações. Com o fim do isolamento social e a progressiva retomada da atividade econômica, o que tem se observado é que boa parte das ocupações que têm sido criadas no país são informais.

Acerca da escolarização, a grande maioria estudou em escola pública e 34,1% (14 questionados) já havia iniciado o ensino médio em outra escola antes de ingressarem no IFFar. O que chamou a atenção nas respostas foi que muitos tiveram que parar de estudar para trabalhar ou cuidar dos filhos e ficaram muitos anos afastados da escola, variando de 2 a 46 anos sem estudar. E os estudantes afirmaram terem voltado a estudar por sentirem vontade de vencer na vida e dar um futuro melhor para a família, aumentarem as chances de conseguirem um trabalho, se prepararem para o mundo do trabalho e por vontade própria. Assim, Silva (2022, p. 48) afirma que

Os estudantes, enquanto sujeitos, cidadãos, componentes de uma sociedade injusta, se apresentam nos espaços escolares ocupando seus papéis, sendo levados, em muitos casos, a interromper seus estudos, trabalhar precocemente para ajudar na renda doméstica, enfrentar preconceitos, não ter condições materiais mínimas de acesso e Permanência, possuir dificuldades em incorporar aprendizagens culturais que não fazem parte de seu cotidiano etc.

No que tange ao tempo em que poderiam se dedicar aos estudos, 20 estudantes dispunham de tempo todos os dias, 11 deles só tinham tempo alguns dias da semana e 10 alunos poderiam somente nos finais de semana. E ainda, 32 respondentes conseguiam estudar em casa e tinham um espaço para realizar as atividades escolares. Também ficou evidenciado nas 39 respostas que o noturno era o melhor turno para frequentarem a escola, pois aqueles que estavam trabalhando não tinham outro turno e os que não estavam no momento, estavam buscando um trabalho durante o dia.

Quanto ao uso das tecnologias, 80,5% (33) só dispunham do celular para acessar a internet e também 36 responderam que se mantinham informados através da mesma, além disso, quase a totalidade informou que participava das redes sociais. Assim, concluiu-se que realmente houve a necessidade de proporcionar o

empréstimo de computadores e pacote de dados para que esses estudantes pudessem acompanhar o ensino remoto.

Por fim, percebeu-se que os alunos eram de renda baixa, e apresentavam dificuldades para permanecerem no ambiente escolar. Muitos trabalhavam na informalidade e deixavam família e filhos para buscarem uma formação nas classes de EJA. Desse modo, os auxílios oferecidos ajudaram para a permanência dos estudantes na instituição de ensino. Como assevera Oliveira sobre os sujeitos da EJA

No que diz respeito aos grupos culturais a que pertencem esses sujeitos, esses têm sido descritos como bastante homogêneos, compostos primordialmente por cidadãos de baixa renda, migrantes que chegaram às grandes metrópoles provenientes de áreas rurais empobrecidas, filhos de trabalhadores rurais não qualificados e com baixo nível de instrução escolar (muito frequentemente analfabetos), com passagem curta e não sistemática pela escola e inseridos no mercado de trabalho em ocupações urbanas não qualificadas, após experiência como trabalhadores rurais na infância e na juventude (Oliveira, 2004, p. 220).

4.4 Avaliação das Ações de Permanência e Êxito durante o Ensino Remoto

Para a avaliação das ações de permanência e êxito durante o ensino remoto e como forma de coleta de dados, foi aplicado um questionário via *Google Formulários* a 72 estudantes da EJA que frequentaram o ensino remoto nos anos 2020 e 2021. Referente ao ano de 2020, 16 alunos do terceiro ano, 13 do segundo e 18 do primeiro ano receberam o questionário. Com relação a 2021, foram enviados 25 questionários para o primeiro ano, pois os estudantes que retornaram em 2022 já haviam recebido por terem ingressado em 2020 ou 2021. Desses 72 questionários enviados, somente 41 foram respondidos, mesmo tendo sido feito contato diversas vezes.

O objetivo era conhecer como os alunos foram afetados e quais dificuldades que enfrentaram durante a pandemia; identificar quais as dificuldades enfrentadas com o ensino remoto e se conseguiram dar continuidade aos estudos durante esse período. Além disso, de que maneira as ações de permanência e êxito da instituição foram eficientes para que se mantivessem no curso e conseguissem aprovação durante o ensino remoto, ademais, o que os estudantes acreditavam ser importante manter durante o ensino presencial.

A análise dos dados foi a partir da Análise Reflexiva, assim, foi feita a leitura das respostas; separação das “unidades de significado”, transformação das expressões cotidianas apresentadas pelos estudantes em linguagem psicológica e sintetização de todas as unidades de significado, elaborando uma síntese.

As categorias que emergiram da análise dos dados foram as seguintes: “Ações importantes no Ensino Remoto”; “Expectativas de Retorno”; “Ações Mantidas no Presencial”.

Dessa forma, a primeira questão se referia ao ano de ingresso na instituição, sendo, principalmente, em 2019, 2020 e 2021. Dessa forma, os que ingressaram em 2019 vivenciaram o ensino presencial no seu primeiro na instituição, para logo experimentar o ensino remoto e concluir o curso remotamente. Já os que ingressaram em 2020 iniciaram seus estudos na forma remota e puderam experimentar o ensino presencial em 2022. E por último, os ingressantes em 2021 ainda tiveram dois anos de ensino presencial, sendo que 65,9%, ou seja, 27 estudantes vivenciaram o ensino remoto somente no ano de 2021.

A avaliação que 43,9% dos respondentes tiveram sobre o ensino remoto foi boa e ainda, 34,1% acharam o ensino remoto ótimo. Entretanto, no período da pandemia, quase metade dos questionados tiveram diminuição de renda, pois 48,7% tiveram diminuição de jornada de trabalho e salário. As dificuldades enfrentadas fizeram com que 26,8% parassem de estudar. O isolamento social provocou preocupação com familiares e também cerceada a liberdade de ir e vir, ademais de dificuldade nos estudos.

No tocante ao cenário de pandemia, o confronto com o desconhecido pode gerar angústia e se transformar em ansiedade, pânico e, dependendo da forma como se lida com a situação, sobretudo naqueles que já apresentavam algum tipo de sintoma, o desencadeamento de problemas no âmbito da saúde mental é uma evidência (Souza *et al.*, 2021, p.8).

Apesar dos problemas apresentados, em 2020 42,5% dos questionados conseguiram dar continuidade aos estudos e em 2021, foram 47,5%, pois consideraram importante a organização das atividades escolares através do ensino remoto e tinham equipamentos e espaço físico adequado. Mesmo que tenham sentido um pouco de dificuldade de adaptar seus estudos em função das aulas serem totalmente a distância, 41,5% não sentiram que seu desempenho tenha sido afetado. Entretanto, 41,5% sentiram seu desempenho afetado pela distância.

Os estudantes apontaram que as maiores dificuldades enfrentadas foram com relação à falta de internet, falta de computador e falta de lugar próprio para estudar. O que evidenciou as desigualdades sociais e demonstrou que

[...] existem grupos de pessoas que estariam, durante a pandemia, mais expostos, que estariam ao “Sul Global”. Seriam eles: mulheres; os trabalhadores precários, informais, ditos autônomos; os trabalhadores da rua; os sem-abrigo ou populações de rua; os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, barriadas, slums, caniço, etc.; os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente; os deficientes e os idosos (Silva, 2022, p. 49)

No tocante ao conhecimento sobre o programa permanência e êxito, a maior parte dos alunos afirmou que não conhecia o programa, o que evidenciou a necessidade de que os estudantes sejam capacitados no momento em que chegam à instituição, para que possam usufruir de todas as possibilidades que a escola oferece e serem ajudados a permanecer no ambiente escolar. Mesmo que não tivessem noção do programa, 53,7% recebia auxílio financeiro da instituição, através do auxílio permanência, pois o edital foi amplamente divulgado. Pois, de acordo com o PDI 2019-2026 (p. 90),

[...] almejando garantir condições para a permanência e o êxito dos discentes e, portanto, minimizar situações de retenção e evasão, são disponibilizados auxílios financeiros aos estudantes regularmente matriculados em cursos da instituição, os quais comprovem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Para fins de diagnosticar os níveis de vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes inscritos nos editais é utilizado um instrumento socioeconômico institucional aplicado e analisado por um profissional do serviço social.

Todavia, durante a pandemia, os estudantes ficaram sabendo mais das ações empreendidas pela instituição, pois 82,9% afirmaram ter ficado cientes das ações institucionais para ajudar os estudantes. Tomaram conhecimento, principalmente, da disponibilização do material no SIGAA (68,3%), distribuição de cestas básicas (65,9%), envio de avaliações pelo SIGAA, *e-mail* e *Whatsapp* (58,5%), comunicação com alunos pelo *Whatsapp* (53,7%), auxílio financeiro emergencial (46,3%), orientações sobre o uso do SIGAA (43,9%), empréstimo de computadores e aulas gravadas (41,5%). Em contra partida, o *Pit Stop* da Saúde (informações sobre saúde) obteve 0%. Muitos participaram dos editais abertos nesse período, pois

48,7% afirmaram ter tomado conhecimento dos editais e se inscrito para algum deles, no entanto, 20,5% disseram não ter ficado sabendo dos editais. O que pode significar que não acompanharam as informações divulgadas.

Ao serem questionados sobre os motivos que os fizeram permanecer na instituição durante o ensino remoto, 82,5% respondeu que foi por vontade própria, ou seja, a força de vontade de cada um e também devido ao apoio dos professores (55%). O apoio financeiro foi importante, mas, ainda mais, o contato direto com os professores, que não mediram esforços nesse período, revendo seu planejamento, utilizando práticas pedagógicas diferenciadas, preparando novos materiais e sempre buscando e incentivando os alunos para que não desistissem, para que participassem das aulas e entregassem as atividades. Como afirmam Neves *et al.* (2021, p. 10)

Com a inserção de plataformas, aplicativos e tecnologias digitais, os professores foram obrigados a se reinventarem utilizando estes meios. Nesse panorama, eles tiveram que analisar, estudar, preparar e refazer todo o planejamento das aulas, além de organizar os novos exercícios, desenvolver atividades criativas e interativas, mudar o processo avaliativo, **incentivar os alunos a participarem das aulas** e tentar se aproximar da família do aluno para que tenham mais participação junto ao ensino-aprendizagem (grifo nosso).

Para 92,7% dos estudantes, as ações institucionais foram importantes para a permanência no curso durante a pandemia. Na categoria “Ações importantes no Ensino Remoto”, ficou evidenciado que o apoio dos professores foi o mais importante para os sujeitos pesquisados e o que fez a diferença para que permanecessem estudando. Pois, segundo Nóvoa (2020a, p. 8), “a UNESCO lançou um movimento #learningneverstops (a aprendizagem nunca pára) para marcar a necessidade de manter os vínculos com os alunos”. E ainda afirma, “É preciso reconhecer os esforços para manter uma ligação com os alunos e com as famílias. Conforme as respostas dos sujeitos a seguir:

Sujeito 1: “Apoio dos professores”.

Sujeito 5: “Ajuda dos professores”.

Sujeito 7: “Força de vontade e empenho de alguns professores em se adaptar ao modo remoto e entender os alunos”.

Sujeito 12: “Foi a comunicação dos professores com os alunos”.

Sujeito 16: “A persistência dos professores, ajudando e auxiliando nos conteúdos”.

O empenho dos professores e o apoio que proporcionaram aos estudantes nos fez inferir que “educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, [...]. Educar é, enfim, enfrentar o desafio de lidar com gente, isto é, com criaturas tão imprevisíveis e diferentes quanto semelhantes, ao longo de uma existência inscrita na teia das relações humanas, neste mundo complexo” (BRASIL, 2013. p.18).

Em relação à categoria “Expectativas de Retorno ao Ensino Presencial”, os estudantes demonstraram vontade de voltar a interagir com professores e colegas, como vemos nas respostas transcritas.

Sujeito 6: *“Reencontrar colegas e professores pessoalmente, o aprendizado é bem melhor presencial”.*

Sujeito 7: *“Muito boas, em rever os professores e colegas e saber que todos estariam lá que venceram a pandemia”.*

Sujeito 15: *“Poder interagir mais com os professores em sala de aula. Isso é muito importante Para os alunos”.*

Sujeito 19: *“Interação com colegas e professores”.*

Pois, segundo a concepção de Vygotsky (2021), o desenvolvimento cognitivo do aluno se dá por meio da interação social, ou seja, de sua interação com outros indivíduos e com o meio. Adicionalmente, a interação entre os indivíduos possibilita a geração de novas experiências e conhecimento. Como assevera Santos (2013, p. 50) sobre a teoria de Vygotsky

A teoria histórico-cultural compreende o desenvolvimento humano como resultado da apropriação da cultura humana historicamente elaborada, por outras palavras considera que o homem é um ser histórico, resultante de suas relações sociais e culturais, que se desenvolve a partir das interações que faz com o meio a que pertence.

Também consideraram boas as ações de permanência e êxito após o retorno presencial e apesar do desejo de retornarem presencialmente e terem o contato com os professores e colegas, demonstraram o desejo de que se mantivesse, também no presencial, o ensino híbrido, ou seja, que em alguns dias da semana pudessem ter aulas remotamente.

Assim, na categoria “Ações Mantidas no Ensino Presencial”, citamos as respostas que mais apareceram:

Sujeito 6: “Avaliações no Google forms dentro da sala de aula, bem como aulas a distância em alguns dias da semana”.

Sujeito 12: “Aulas no Google meet”.

Sujeito 18: “Algumas aulas na semana por vídeo chamada”.

Sujeito 19: “Ter aula a distância no mínimo 2 vezes na semana, ajudaria muito”.

Sujeito 20: “Algumas aulas em ad”.

Também mencionaram os auxílios, os materiais no SIGAA e avaliações no *Google Formulários*:

Sujeito 4: “Auxílio aos estudantes”.

Sujeito 11: “Auxílio digital”.

Sujeito 13: “Responder questionário pelo sigaa”.

4.5 Avaliação das Ações de Permanência e Êxito no Ensino Remoto e no Retorno Presencial

Como forma de coleta de dados, foi aplicado um questionário via *Google Formulários* a 20 estudantes da EJA que vivenciaram o ensino remoto nos anos 2020 e 2021 e retornaram ao ensino presencial em 2022. As questões foram abertas para que os questionados pudessem opinar e apontar informações não apresentadas anteriormente. No total, obtivemos 9 respondentes desse questionário.

A análise dos dados foi a partir da Análise Reflexiva e as categorias que emergiram da análise dos dados foram as seguintes: “Diferenças entre o Ensino Remoto e Ensino Presencial”; “Ações no Ensino Remoto”, “Ações desejadas no Retorno Presencial”; “Contribuições para a Permanência e Êxito” e “Ações Mantidas no Ensino Presencial”. Dessa forma, a análise reflexiva dos resultados revela uma série de aspectos importantes sobre a experiência dos alunos durante o ensino remoto e o retorno presencial.

Primeiramente, da categoria “Diferenças entre o Ensino Remoto e o Ensino Presencial” emergiram dados como a valorização da proximidade com colegas e professores durante o ensino presencial. Assim, se destaca a importância dos aspectos sociais e emocionais da educação, em que a interação face a face e a convivência no ambiente escolar não são apenas complementos ao aprendizado acadêmico, mas também fundamentais para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Segundo Zurawski *et al.* (2020, p. 89) “[...] não há dúvida de que a formação

humana de crianças e jovens está relacionada ao cotidiano da escola, à sala de aula e ao fazer pedagógico docente. Nesse processo, antes de tudo, o que importa é a vida das pessoas”.

Como se pode perceber na transcrição da resposta do sujeito 7:

Sujeito 7: *“Convivência com os professores, convivência com os colegas, estar presente em sala de aula e no campus, tem muita diferença no aprendizado também onde em casa ficamos mais”.*

Ainda nessa categoria, a percepção de que o aprendizado era mais efetivo no ambiente presencial aponta para as limitações do ensino remoto. Embora ofereça conveniência e flexibilidade, especialmente em situações de pandemia, o ensino a distância pode não proporcionar o mesmo nível de engajamento, participação e compreensão que o ensino presencial. A resposta do sujeito 9 ratifica essa percepção:

Sujeito 9: *“A diferença é que você aprende muito pouco online e presencial você entende mais”.*

Por fim, emergiram os relatos de dificuldades e desistências durante o ensino remoto, que ressaltaram os desafios enfrentados por alguns alunos nesse formato. Questões como falta de acesso adequado à internet, dificuldades de concentração e motivação, bem como a falta de suporte técnico e emocional, podem ter contribuído para essas dificuldades, evidenciando a necessidade de abordagens mais inclusivas e adaptáveis na educação remota, como se percebe pela resposta dada pelo sujeito 2:

Sujeito 2: *“Muitas dificuldades desistência dos alunos”.*

Em suma, a preferência geral dos alunos pelo ensino presencial devido à clareza nas matérias e à melhor compreensão dos conteúdos sugere que, devido às dificuldades enfrentadas durante o período remoto, o contato direto com os professores e o ambiente escolar tradicional, ainda, são considerados essenciais para um aprendizado efetivo. Como aponta o sujeito 1:

Sujeito 1: *“A diferença é que no remoto eu podia estudar sem sair de casa. Mas no presencial se aprende melhor”.*

Pois, como pondera Nóvoa (2020b, *on-line*),

[...] a escola é física, é indispensável para os alunos, é indispensável porque aqui se estabelece um vínculo pedagógico, é aqui que estabelece o vínculo entre o mestre e o aluno, é aqui que se estabelece uma relação humana, é aqui que estabelece o espaço de vida, de convívio, de convivialidade, de relação humana sem o qual não há educação. Esqueçam todas as ilusões, todas as miragens que nos poderiam levar a transformar a educação num ato digital ou num ato a distância. Isso não existe. A escola é central e os professores são centrais [...].

Ademais, Hodges *et al.* (2020, p. 5) refletem sobre

[...] quanta infraestrutura existe em torno da educação presencial que apoia o sucesso do aluno: recursos da biblioteca, moradia, orientação de carreira, serviços de saúde e assim por diante. O sucesso da educação presencial não ocorre necessariamente porque é bom dar aulas cara-a-cara. É preciso entender que as aulas são um aspecto educacional de um sistema projetado especificamente para dar apoio aos alunos com recursos formais, informais e sociais.

Esses resultados apontam para a importância de uma abordagem híbrida na educação, que combine o melhor dos dois mundos: a flexibilidade e acessibilidade do ensino remoto com a interação e a experiência do ensino presencial. Além disso, destacam a necessidade de políticas e recursos adequados para apoiar os alunos em ambientes de aprendizado remoto, garantindo que ninguém seja deixado para trás. Conforme destaca Morin (2018) sobre o ensino híbrido,

a aprendizagem híbrida destaca a flexibilidade, a mistura e compartilhamento de espaços, tempos, atividades, materiais, técnicas e tecnologias que compõem esse processo ativo. Híbrido, hoje, tem uma mediação tecnológica forte: físico-digital, móvel, ubíquo, realidade física e aumentada, que trazem inúmeras possibilidades de combinações, arranjos, itinerários, atividades (Moran, 2018, p. 41).

Em relação à categoria “Ações de Permanência e Êxito durante o Ensino Remoto”, as opiniões variaram, com alguns alunos considerando as ações de permanência e êxito muito boas, enquanto outros expressaram opiniões mais neutras ou críticas. A variação nas opiniões destaca a complexidade e a subjetividade da experiência dos alunos durante o ensino remoto. Essa diversidade de perspectivas pode ser atribuída a uma série de fatores, como diferenças individuais de acesso a recursos tecnológicos, níveis de motivação e engajamento,

qualidade das instruções remotas e apoio recebido durante o período. Pois,

a implantação do trabalho remoto exigiu, para muitos/as, mais horas de trabalho em locais que não estavam preparados para o desenvolvimento das atividades. Outro fator considerável é que a taxa de desemprego apresentou aumento. Se olharmos para a taxa de desemprego em janeiro de 2020 veremos que esta era de 11,2%. No mesmo período de 2021 a taxa chegou a 14,1%.²² Se considerarmos que grande parte dos estudantes deve contribuir com a renda familiar em um cenário como esse, é possível que tenhamos estudantes que estejam mais preocupados com a renda familiar do que em seguir seus próprios estudos (Silva, 2022, p. 45).

As respostas dos estudantes questionados ratificaram essa análise:

Sujeito 1: *“Pra mim foi boa”.*

Sujeito 5: *“Da pra aprender mais não e muito bom”.*

Alguns alunos ressaltaram a importância do ensino remoto para garantir o progresso acadêmico, indicando que as ações de permanência e êxito implementadas foram eficazes em apoiar seu aprendizado e manter o foco nos objetivos educacionais. Isso sugere que, para alguns alunos, o ensino remoto foi uma oportunidade para continuar avançando em seus estudos, mesmo em meio a circunstâncias desafiadoras. Como aponta Silva (2022, p. 45)

Com a flexibilização do tempo escolar - em atividades remotas sendo desenvolvidas a distância e muitas vezes de maneira assíncrona - é possível que alguns estudantes que antes encontravam dificuldades em conciliar o tempo entre trabalho e escola possam ter descoberto outras formas de organização e se adaptado melhor às atividades.

A resposta dada pelo sujeito 6 corroborou com essa afirmação:

Sujeito 6: *“o ensino remoto é crucial para garantir que os estudantes estejam progredindo e alcançando seus objetivos”.*

Por outro lado, outros alunos indicaram que a permanência durante o ensino remoto era mais por necessidade de concluir o ensino médio, sugerindo uma motivação mais pragmática para participar das atividades remotas. Essa percepção pode refletir um sentimento de obrigação em relação à conclusão dos estudos, em vez de um engajamento verdadeiro e motivado com o processo de aprendizagem remota. Como demonstrou a resposta dada pelo sujeito 7:

Sujeito 7: *“Mais ou menos, a permanência foi mais por necessidade de terminar o ensino médio”.*

A análise dos dados da categoria “Ações Desejadas no Ensino Presencial” ressalta a importância das diferentes experiências e necessidades dos alunos durante o ensino remoto, reconhecendo que o sucesso e a eficácia das ações de permanência e êxito podem variar amplamente entre os indivíduos. Além disso, destaca a necessidade de abordagens flexíveis e personalizadas na educação remota, visando atender às diversas circunstâncias e realidades dos alunos, para garantir que todos tenham oportunidades igualitárias de sucesso acadêmico.

A expressão do desejo de manter certas práticas do ensino remoto, como a oferta de alimentos aos alunos e algumas atividades *on-line*, sugere uma valorização desses aspectos por parte dos alunos. Isso pode ser atribuído a diversos motivos, como a conveniência oferecida pela oferta de alimentos, que pode contribuir para uma alimentação mais saudável e regular dos alunos, e a flexibilidade proporcionada pelas atividades *on-line*, que podem complementar as atividades presenciais de forma enriquecedora. Como expressaram os sujeitos 2 e 7:

Sujeito 2: *“Oferecimento de alimentos aos alunos”.*

Sujeito 7: *“Algumas aulas em dias específicos, bem como reuniões e palestras a distância através do Google met”.*

Essa disposição para incorporar práticas do ensino remoto ao ambiente presencial pode refletir uma abertura para inovações e adaptações no sistema educacional, reconhecendo que diferentes métodos de ensino podem ser benéficos quando utilizados de maneira adequada e complementar.

No entanto, é importante notar que essa demanda por manter certas práticas do ensino remoto no ensino presencial, não necessariamente, indica uma preferência pelo ensino remoto em si, mas sim um reconhecimento dos aspectos positivos que podem ser extraídos dessa modalidade de ensino e integrados ao ambiente presencial.

Essa análise destaca a importância de considerar as opiniões e preferências dos alunos ao planejar e implementar práticas educacionais, buscando encontrar um equilíbrio entre as vantagens oferecidas pelo ensino remoto e as experiências valiosas proporcionadas pelo ensino presencial. Isso sugere a necessidade de uma

abordagem flexível e adaptável, que permita a incorporação de elementos inovadores e eficazes, independentemente da modalidade de ensino adotada.

Além disso, ressalta a importância de envolver os alunos no processo de tomada de decisão sobre as práticas educacionais, promovendo uma maior participação e engajamento dos estudantes na construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, dinâmico e eficaz. Essa abordagem colaborativa pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais alinhadas às necessidades e expectativas dos alunos, promovendo assim um maior sucesso acadêmico e bem-estar geral na comunidade escolar.

Adicionalmente, a análise reflexiva dos resultados sobre a categoria “Contribuições para a Permanência e Êxito” durante a pandemia e após o retorno presencial destaca a importância de medidas de apoio e suporte para garantir o sucesso dos alunos em ambas as situações.

Durante a pandemia, os alunos reconheceram as principais contribuições, como o oferecimento de alimentos, o empréstimo de computadores e o auxílio para acesso à internet. Essas medidas foram essenciais para mitigar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, especialmente aqueles que enfrentavam desafios econômicos e de acesso à tecnologia. Além disso, a dedicação dos professores foi destacada como crucial para manter os alunos engajados e evitar a evasão durante o ensino remoto.

Esses esforços demonstram a importância do suporte integral da comunidade educacional para garantir a continuidade do aprendizado durante períodos desafiadores. Os sujeitos 1, 3, e 5 evidenciaram tais fatores:

Sujeito 1: “O empréstimo do computador e mais o auxílio pra internet foi pra mim o mais importante, me ajudou muito”.

Sujeito 3: “Oferecimento de alimentos aos alunos em forma de cestas básicas. Não”.

Sujeito 5: “Sim os computadores”.

Segundo As Nações Unidas no Brasil (2022, *on-line*), “Durante a pandemia e o fechamento das escolas, vários países tiveram que adaptar seus programas de alimentação escolar para assegurar a distribuição de comida para essas populações”. Najla Veloso destaca “Nos últimos dois anos, com a pandemia, ficou ainda mais evidente que os programas de alimentação escolar são políticas públicas de proteção social e de direito humano das mais relevantes e necessárias”, e ainda,

afirma que “Não foram poucas as crianças, adolescentes e jovens que encontraram na comida oferecida pela escola, nos kits distribuídos às famílias, sua principal ou única refeição do dia. Ou, ainda, a mais saudável”.

E por fim, da categoria “Ações mantidas no Ensino Presencial” emergiram dados que demonstraram que, após o retorno presencial, os alunos continuaram a valorizar o apoio e incentivo dos professores, reconhecendo seu papel fundamental no sucesso acadêmico dos estudantes. Aqui, evidenciou-se o papel primordial do acolhimento no retorno às atividades presenciais para promover o resgate e favorecer a permanência do estudante na escola. Assim,

Será fundamental rerepresentar a escola como um lugar importante, para que a criança, adolescente ou o jovem sinta vontade de ir, ou de retornar. Além de cumprir as medidas sanitárias exigidas para o momento, a escola deve se preocupar também com as emoções dos alunos, professores e demais funcionários da instituição (Machado, 2022, p. 66).

Além disso, o auxílio transporte e as cestas básicas foram destacados como uma contribuição importante para garantir a participação dos alunos nas atividades escolares. Nessa perspectiva, Pereira; Anghinoni (s/d, p. 6) asseveram que

a alimentação escolar de qualidade é essencial para que os alunos consigam permanecer no ambiente escolar e finalizar sua formação acadêmica, além de proporcionar maior êxito em relação à sua disposição para estudar e os consequentes resultados avaliativos. Trata-se, pois, de um fator que se encontra significativamente aliado à questão da permanência e êxito estudantis.

O que se evidenciou nas respostas dadas pelos sujeitos 1, 3 e 9:

Sujeito 1: “O apoio e incentivo dos professores”.

Sujeito 3: “Auxílio transporte”.

Sujeito 9: “Sacolão teria que permanecer para as pessoa carente ajudou muitas pessoas carente”.

Concluindo, essa análise ressalta a importância do apoio contínuo e adaptável para os alunos, tanto durante períodos de ensino remoto quanto após o retorno presencial. Isso destaca a necessidade de uma abordagem holística para o sucesso dos alunos, que abranja não apenas o ensino acadêmico, mas também o suporte emocional, social e logístico necessário para garantir uma educação de qualidade para todos e a permanência e êxito de nossos educandos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, o tema “Permanência e Êxito” vêm sendo amplamente discutido e ganhando força no meio educacional. Todavia, os termos Permanência e Êxito já apareciam na LDB em diferentes momentos, porém as instituições públicas de ensino ainda enfrentam desafios contínuos para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos alunos nos estudos.

Não é suficiente garantir o acesso dos estudantes na escola, é necessário também garantir que os mesmos consigam manter-se no ambiente escolar. Para tanto, necessitamos de políticas públicas e ações institucionais que auxiliem a concretizar a difícil missão de uma educação gratuita, de qualidade e para todos. Como afirma Lima (2009, p. 474-475), “Um dos grandes dilemas da Educação no Brasil passa pela sua democratização, pela inclusão no que tange à universalização de vagas em seus níveis e modalidades, e requer, além do acesso, permanência com qualidade”.

Na perspectiva de minimizar a evasão e retenção na instituição, criou-se o Programa de Permanência e Êxito do IF Farroupilha, tendo como foco ações que garantam a permanência e êxito dos alunos no ambiente escolar. Dessa forma, todos têm o compromisso com a permanência e o sucesso dos discentes e é a assistência estudantil que se encarrega dos assuntos relacionados com o acesso, permanência e êxito e participação dos estudantes na comunidade escolar, oferecendo moradia estudantil, alimentação, auxílio financeiro, atenção à saúde; promoção do esporte, cultura e lazer, apoio didático-pedagógico e também o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Todavia, em decorrência do período pandêmico que vivemos nos anos de 2020 e 2021, as dificuldades para manter os estudantes na escola se agigantaram e a evasão aumentou. A evasão em sua gênese tem causas que podem estar relacionadas a aspectos sociais, culturais, políticos e/ou econômicos que ocasionam a desistência e/ou a interrupção do percurso formativo do estudante. Entretanto, a pandemia suscitou impactos em diversas esferas da sociedade e efeitos críticos sobre a educação, pois o processo de ensino aprendizagem foi comprometido.

O ensino remoto adotado pelas instituições de ensino ao redor do mundo foi uma mudança temporária em decorrência da crise. Nesse processo, “as aulas

remotas foram necessárias para que o ensino não fosse interrompido e, embora haja lacunas a serem superadas, os resultados revelaram que os professores se reinventaram, se desdobraram para oferecer um ensino de qualidade” (Silva; Azevedo, 2022, s.p).

Contudo, não estávamos preparados para esse novo paradigma e as desigualdades foram evidenciadas, pois boa parte dos estudantes não dispunha de condições para acompanhar as aulas remotamente. As dificuldades foram de toda ordem, falta de acesso à internet, falta de computadores, falta de espaço para estudar, perda de emprego, perda de familiares, falta de recursos financeiros, além do medo e da insegurança que a pandemia trazia a todos. Conforme Souza e Miranda (2020, p. 85), “[...] o fechamento das escolas prejudica principalmente os mais vulneráveis e desfavorecidos, que dependem das escolas para, além de receber o ensino sistemático, uma gama de serviços sociais. A instituição ainda reforça que para muitos jovens estudantes o fechamento das escolas representa a perda de uma rede única de segurança vital, especialmente: nutrição, proteção e apoio emocional”.

Para minimizar as dificuldades e na tentativa de auxiliar os mais vulneráveis, a instituição colocou em prática algumas ações com a finalidade de manter o vínculo entre os estudantes e a escola, caso contrário a evasão seria ainda maior. O empréstimo de computadores, o auxílio digital e emergencial, a distribuição de cestas básicas, a organização das disciplinas em módulos, a flexibilização dos critérios de aprovação, o acolhimento, as orientações para a utilização do SIGAA, o apoio pedagógico e psicológico, as formações para professores e alunos, os materiais impressos e disponibilizados no SIGAA e *Whatsapp*, as orientações de estudo, o contato direto com os professores e novas práticas de ensino foram fundamentais nesse período para que os estudantes conseguissem passar por esse período inédito para a humanidade.

Em relação aos alunos da EJA do *campus* Júlio de Castilhos, pode-se afirmar que sentiram muitos problemas durante o período remoto, pois apresentaram dificuldades iniciais de acesso, de manuseio dos equipamentos eletrônicos e familiaridade com os recursos digitais e sistema institucional. O que se deve, em boa parte pela especificidade dessa modalidade, ou seja, devido ao tempo que ficaram fora da escola e por não disporem desses equipamentos em casa. Ademais, sentiram a necessidade do contato presencial e interação com professores e

colegas.

Segundo Carneiro (2022, p. 11), “era preciso abrir as escolas, retomar as aulas presenciais, engajar os alunos e seus responsáveis e trazer de volta os que já haviam desistido, com robustas ações de busca ativa”. Dessa forma, ao retornar ao ensino presencial todos tiveram que se adaptar ao novo normal e a prioridade foi implementar ações com foco no acolhimento e acompanhamento do aluno, pois após dois anos de ensino remoto a aprendizagem foi comprometida. Assim, ações como acolhimento, avaliação diagnóstica e recuperação da aprendizagem foram essenciais para recuperar as perdas decorrentes do ensino remoto.

Gradativamente, as ações que eram oferecidas antes da pandemia passaram a fazer parte do cotidiano novamente. Entretanto, algumas ações do período remoto deixaram de acontecer. E através da pesquisa realizada com os alunos da EJA, que vivenciaram o ensino remoto e dos que retornaram ao ensino presencial, foi possível concluir que as ações de permanência e êxito durante a pandemia foram cruciais para manter os alunos engajados no curso e para evitar a evasão.

Os estudantes destacaram o apoio de tiveram dos professores, os auxílios, as cestas básicas e expressaram o desejo de que continuássemos oferecendo o ensino remoto em determinados dias da semana, ou seja, demonstraram interesse pelo ensino híbrido. Essa nova estratégia de ensino conceitua-se como “qualquer programa educacional formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle do estudante sobre o tempo, o lugar, o caminho e/ou o ritmo” (Horn e Staker, 2015, p. 34).

Ressalta-se a importância de envolver os alunos no processo de tomada de decisão sobre as práticas educacionais, promovendo uma maior participação e engajamento dos estudantes na construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, dinâmico e eficaz. Essa abordagem colaborativa pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais alinhadas às necessidades e expectativas dos alunos, promovendo assim um maior sucesso acadêmico e bem-estar geral na comunidade escolar.

Em suma, a sugestão de manter algumas ações implementadas durante o período remoto indica um reconhecimento das práticas eficazes que surgiram durante esse período e a disposição para adaptá-las ao ambiente presencial, visando melhorar a experiência de aprendizado dos alunos de forma contínua e conseqüentemente a permanência e o êxito da comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>>. Acesso em 29 de junho de 2023.
- ALCANTARA, M. S. **Juvenilização da Educação de Jovens e Adultos em Abaetetuba:** representações sociais e projeto de vida escolar. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2016.
- ALONSO, L.; SOUSA, F. Integração e relevância. In: ALONSO, L.; SOUSA, F. (orgs.). **Investigação para um currículo relevante.** Coimbra: Edições Almedina, 2013, p. 53-74.
- ARROYO, M. G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- ARROYO, M. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA:** itinerários pelo direito a vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- BACICH, L. Formação continuada de professores para o uso de metodologias ativas. In: MORAN, J.M.; BACICH, L. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora:** uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.
- BASTOS, J. E. S. *et al.* O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, Volume 5, Issue 3, Page 623-636, 2023.
- BECKER, E. L. S.; KELLER, L. **A Trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** 2019.
- BEHAR, P. A. **O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância.** 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensinoremoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>>. Acesso em 19 de janeiro de 2024.
- BÓGUS, L. M. M.; MAGALHÃES, L. F. A. Desigualdades sociais e espacialidades da Covid-19 em regiões metropolitanas. **Dossiê 3.** Caderno CRH, Salvador, v. 35, p. 1-16, 2022.
- BOZKURT, A.; SHARMA, R. C. Emergency remote teaching in a time of global crisis due to CoronaVirus pandemic. **Asian Journal Of Distance Education**, v. 15, issue 1, i-vi, 2020.
- BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824.** Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Constituição Política do Império do Brasil de 18 de setembro de 1889**. A Mesa da Assembleia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente, e manda a todas as autoridades, às quais couber o conhecimento e a execução desses atos, que os executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como neles se contêm. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8530.htm>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Decreto nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964**. Institui o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53465-21-janeiro-1964-393508-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Decreto nº 53.886 de 14 de abril de 1964**. Revoga o Decreto nº 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53886-14-abril-1964-394182-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967.** Provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada a adolescentes e adultos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l5379.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.379%2C%20DE%2015%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201967.&text=Prov%C3%AA%20s%C3%B4bre%20a%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20funcional,Art>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971.** Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 30 de março de 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1/2000, de 05 de julho de 2000.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em 06 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de 10 de maio de 2000.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 31 de março de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.270 de 14 de agosto de 2002.** Institui o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/encceja/legislacao/2002/portaria2270.pdf>. Acesso em 20 de março de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.478 de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5478.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 5840 de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Documento Base. 2006a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_docbaseproeja.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência internacional de Educação de Adultos (VI Confintea)**. Brasília: MEC, Goiânia: Funape/UFG, 2009.

_____. **Lei 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 05 de março de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3 de 15 de junho de 2010**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos

aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5642-rceb003-10&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 05 de março de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 6/2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 19 de novembro de 2022.

_____. Tribunal de Contas da União. **Acórdão nº 506/2013 – TCU – Plenário, de 13 de março de 2013.** Brasília, DF: 13 de março de 2013. Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A506%2520ANOACORDAO%253A2013/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0/%2520. Acesso em 01 de março de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Brasília: MEC, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Portaria SETEC/MEC nº 39, de 22 de novembro de 2013.** Institui o Grupo de Trabalho sobre evasão, retenção e conclusão. Brasília: DF, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Documento orientador para superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília: MEC/SETEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 de março de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Resolução do Consup nº 178, de 28 de novembro de 2014.** Aprova o Projeto do Programa Permanência e Êxito dos estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/17889->

resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-178-2014-aprova-o-projeto-do-programa-perman%C3%Aancia-e-%C3%Aaxito-dos-estudantes-do-iffar>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Nota informativa nº 138 2015/DPE/SETEC/MEC**. Informa e orienta as Instituições da Rede Federal sobre a construção dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e Êxito dos Estudantes. Disponível em:

<http://www.iftm.edu.br/proreitorias/ensino/permanenciaeexito/documentos/documentos/2015%20Nota%20Informativa%20n%C2%B0%20138%20_2015_DPE_DDR_SETEC_MEC%282%29.pdf>. Acesso em 13 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 10 de julho de 2015**. Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes da Rede Federal e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/rede_federal/legislacao_atos/portaria_n23_2015_setec.pdf>. Acesso em 09 de março de 2023.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes no IF Farroupilha**. IFFAR, 2015.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Diagnóstico Quantitativo e Qualitativo das Taxas de Evasão, Retenção e Conclusão**. Santa Maria, 2016.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Relatório de Ações 2016 do Programa Permanência e Êxito do IFFar – campus Júlio de Castilhos**. IFFAR, 2016.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Relatório de Ações e Resultados 2016**. IFFAR, dezembro de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em 28 de fevereiro de 2023.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Planejamento Estratégico 2018-2020**. IFFAR, 2018.

_____. **Regulamento Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. Instituto Federal do Espírito Santo, 2018.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026**. IFFAR, 2019.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio Integrado PROEJA**. IFFAR, 2020.

_____. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.** Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/portaria-188-20-ms.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

_____. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

_____. IF Farroupilha/CAEN. **Parecer n.º 04/2020.** Orientações para elaboração do planejamento de retomada do calendário acadêmico de forma remota. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 5/2020.** Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: <<https://bit.ly/2Zh4JTZ>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus COVID-19. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em 10 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/mpv/mpv934.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020.** Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Disponível em: <<https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3088/portaria-mec-n-376-2020>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

_____. **Decreto Legislativo nº 6, de 2020.** Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/dlg6-2020.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19,

e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Novo Coronavírus – Covid-19**. Santa Maria, 2020.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto no IFFar**. TONIN, C. M. C.; BELINAZO, N. B. C.; DRABACH, N. P. Santa Maria, 06 ago 2020. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/21206/ca4a863c692c92649c7cb74e5f6b3bcf>>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

_____. **Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14040.htm>. Acesso em 10 de fevereiro de 2023.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP n.º 19/2020, aprovado em 08 de dezembro de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167131-pcp019-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n.º 2, de 10 de dezembro de 2020**. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167141-rcp002-20&category_slug=dezembro-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório Parcial sobre a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas do Ensino Remoto**. Jan. 2021.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório Parcial sobre o desenvolvimento do ensino remoto no IFFAR – Agosto a Dezembro de 2020**. Jan. 2021.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Conselho Superior. **Resolução Ad**

Referendum CONSUP/IFFar n.º 2, de 05 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=942086&key=954d9e92dd7b701429f55654f93a9585>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório da Situação Final dos Estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal Farroupilha - Ano Letivo 2020.** Maio. 2021.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Conselho Superior. **Resolução CONSUP/IFFar n.º 4, de 1º de março de 2021.** Disponível em: <<https://sig.iffarroupilha.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=942084&key=e62f33265dea7430ae30de786437b5f0>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório da Situação final dos estudantes dos cursos técnicos e de graduação do Instituto Federal Farroupilha - ano letivo 2021.** 18 de março de 2022.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório da situação final dos estudantes dos cursos do IFFar – Ano letivo 2021.** Março de 2021.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório sobre a participação dos estudantes nos cursos técnicos integrados do IFFar – Primeiro semestre letivo de 2021 (Ensino Remoto).** Outubro de 2021.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Protocolo IFFAR – A transposição das ações do ensino remoto para o presencial.** 2021.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Do remoto ao presencial: orientações pedagógicas para o retorno das atividades letivas presenciais no IFFar.** Dezembro de 2021.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Notícias Júlio de Castilhos. **Campus Júlio de Castilhos divulga programação de acolhimento dos(as) estudantes.** 11 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/noticias-ic/item/24884-campus-j%C3%BAlio-de-castilhos-divulga-programa%C3%A7%C3%A3o-de-acolhimento-dos-as-estudantes>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2024.

_____. Ministério da Educação. INEP. **Censo da Educação Básica 2021 – Notas Estatísticas.** Brasília-DF INEP/MEC 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2021.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n.º 858 de 08 de novembro de 2022.** Institui o Observatório Nacional de Monitoramento do Acesso e da Permanência na Educação Básica. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-institui-o-observatorio-nacional-de-monitoramento-do-acesso-e-da-permanencia-na-educacao-basica>>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. **Relatório da situação de matrículas, permanência e êxito nos cursos técnicos e de graduação ano letivo 2022**. Santa Maria, 2023.

_____. Instituto Federal Farroupilha. **Instrução Normativa nº 04/2022, de 11 de janeiro de 2022**. Dispõe sobre as orientações para a retomada das atividades presenciais integrais de ensino, pesquisa, extensão e administração no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria, 2022.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. **Balço do Plano Nacional de Educação**. 2021a. Disponível em:
<<https://drive.google.com/drive/folders/1qrYx8LJFksvfkH1n7wb-9dlaf6kziDM>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

CARNEIRO, R. F. **Efeitos do retorno às aulas presenciais no município do Rio de Janeiro sobre o desempenho de estudantes após o começo da pandemia de Covid-19**. 40 f. Dissertação (mestrado) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), Rio de Janeiro, 2022.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação**. Retratos da Escola. v. 5, n. 8, p. 27-41, 2012.

COSCARELLI, C. V.; RIBEIRO, A. E. (Orgs.). **Letramento digital – Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DAL PIZZOL, A.; SANTINELLO, J.; HORBUS PINHEIRO, B. E. Formação continuada de professores e o uso das tecnologias: Continuing training and the use of technologies. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 15, n. 32, 2021. Disponível em:
<<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4177>>. Acesso em 18 de março de 2024.

DANTAS, M.C.B. **O perfil dos alunos dos cursos técnicos integrados do IFSP/campus São Paulo: Aproximações críticas sobre os dados preliminares**. I Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP – I CONEPT, Sertãozinho, 14 a 18 set. 2015. **Anais** [...]. Disponível em:
<<http://ocs.ifsp.edu.br/submissao/index.php/conept/i-conept/paper/viewFile/37/117>>. Acesso em 14 de maio de 2024.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ. **Invisível: prazer, uma pessoa sem registro civil**. 2021. Disponível em: <<https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/invisivel-prazer-uma-pessoa-sem-registro-civil/>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

DIAS *et al.* Acolhimento e pertencimento estudantil: um estudo no Ensino Médio Integrado. Ver. **Nova Paideia**. Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa. Brasília/DF, v. 4, n. 1. p. 1-13 – Ano 2022.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos CEDES**, Campinas, v.21, n.55, nov. 2001.

DI PIERRO, M.C.; VOVIO, C.L.; ANDRADE, E.R. **Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: lições da prática**. Brasília: Unesco, 2008.

DOURADO, L. F. Qualidade da educação: concepções e dimensões. In: MENDONÇA, R. E. **Qualidade da educação: acesso e permanência**. Programa: Salto para o Futuro. TV Escola, set. 2013.

DURAND, O. C. S. *et al.* Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, Espaços e Múltiplos Saberes. In: LAFFIN, M. H. L. F. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos e Educação na Diversidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011, p.160-245.

FERREIRA, C. A. **Acesso, Evasão, Permanência escolar na Rede Federal de Ensino**. Educere, 2017.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_da_autonomia_-_paulofreire.pdf>. Acesso em 19 de junho de 2023.

FREIRE, A. M. A. (org). **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (orgs). A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. **Ensino médio integrado: Concepção e Contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FURTADO, Q. V. F. **Jovens na educação de jovens e adultos: produção do fracasso e táticas de resistência no cotidiano escolar**. João Pessoa: EDITORA DO CCTA/UFPB, 2015.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e**

proposta. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GADOTTI, M. Alfabetizar e Politizar. Angicos, 50 anos depois. **Foro de Educación**, v. 12, n. 16, p. 51-70, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14516/fde.2014.012.016.002>>. Acesso em 01 de maio de 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-194, 2000. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/2hdkrw>>. Acesso em 19 de junho de 2023.

HADDAD, S. Sistematização de práticas não escolares e ações coletivas: o sentido da educação popular hoje. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 37, 2015, Florianópolis. Anais [...] Rio de Janeiro: ANPED, 2015. p. 1-23.

HODGES, C. et al. **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning**. Educause Review. Creative Commons BY-NC-ND 4.0 International License. 27 de março de 2020. Disponível em: <<https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2024.

HORN, M.B.; STAKER, H. **Blended: Usando a Inovação Disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

KERN, C.; AGUIAR, P. A. **Sujeitos da Diversidade**. Florianópolis: IFSC, 2014.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, A. B. Estado, educação e controle social: introduzindo o tema. **RBPAE** – v.25, n.3, p. 473-488, set./dez. 2009.

MACHADO, T. S. O. O papel do acolhimento para a permanência do estudante na escola. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 07, Ed. 08, Vol. 07, pp. 167-181. Agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/permanencia-do-estudante>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

MANFREDI, S. M. **Política e Educação Popular**. 2ª ed., São Paulo: Ed. Cortez, 1981.

MELO, J. M. S. **História da Educação no Brasil**. 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaes>>. Acesso em 28 de junho de 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Maior sistema público de saúde do mundo, SUS completa 31 anos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021/setembro/maior-sistema-publico-de-saude-do-mundo-sus-completa-31-anos>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

MOLL, J. (org.). **Educação de Jovens e adultos**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: MORAN, J. M., BACICH, L. (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

MOREIRA, J. A. M.; HENRIQUES, S.; BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p. 351-364, jan./abr. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=dialogia&page=article&op=view&path%5B%5D=17123&path%5B%5D=8228>>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

MOURA, D. H.; HENRIQUE, L. S. Proeja: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, Ano 28, Vol 2, 2012.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Agências da ONU reforçam importância da alimentação escolar para a aprendizagem**. 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/169718-ag%C3%A7%C3%A2ncias-da-onu-refor%C3%A7am-import%C3%A2ncia-da-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-para-aprendizagem>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

NEVES, C. V. *et al.* **Ensino Remoto Emergencial e o papel dos professores em época de pandemia: limites e possibilidades**. X Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. 15,16,17, 23 e 24 de setembro de 2021, Universidade de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/20897/1192613282>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

NISKIER, A. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**. 7 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

NOTÍCIAS IF FARROUPILHA. Disponível em: <<http://iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias>>. Acesso em 20 de janeiro de 2024.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019.

NÓVOA, A. **Formação Continuada** – Aula Magna Antônio Nóvoa. Entrevistador: RODRIGUES, J. Canal Educação Bahia. Vídeo Youtube, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7kSPWa5Niego&t=29s>>. Acesso em 24 de maio de 2024.

NÓVOA, A. **Formação de professores em tempo de pandemia**. Youtube, 23 jun. 2020b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ef3YQcbERiM>>. Acesso em 24 de maio de 2024.

NÓVOA, A. A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [s.l.], v. 7, n. 3, p. 8-12, ago. 2020a. Disponível em: <<http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/905>>. Acesso em 24 de maio de 2024.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: RIBEIRO, V. M. (Org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Ação Educativa, 2001.

OLIVEIRA, M. K. Ciclos de vida: algumas questões sobre a psicologia do adulto. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n. 2, p. 211-229, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151797022004000200002&script=sci_arttext>. Acesso em 06 de maio de 2024.

OLIVEIRA, H. D. F. O Tripé: Acesso, Permanência e êxito na Educação Brasileira. **Revista Eixo**. Brasília-DF, v. 10, n. 1, janeiro-abril de 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/117278398/O_trip%C3%A9_acesso_perman%C3%Aancia_e_%C3%Aaxito_na_educa%C3%A7%C3%A3o_brasileira>. Acesso em 26 de maio de 2024.

OMS. **Coronavirus disease (COVID-19) Pandemic**. World health Organization. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

ORO, A. C.; WESCHENFELDER, R. C. S.; STECANELA, N. **Mulheres e EJA: o que elas buscam?** 2010. Disponível em: <<http://www.upplay.com.br/restrito/nepso2010/pdf/artigos/caxias/Artigo%20M>>. Acesso em 12 de março de 2024.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/DF, São Paulo/SP: Moderna, 2011.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1983.

PAIVA, J.; OLIVEIRA, I. B. Cenários da educação de jovens e adultos: desafios teóricos, indicativos políticos. In: PAIVA, J.; OLIVEIRA, I. B. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos**. Petrópolis/RJ: DP *et Alii*, 2009.

PAIVA, J. **Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos**. Petrópolis: DP&A, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

PEREIRA, I.; ANGHINONI, S. J. **O Vale-Lanche como uma proposta adicional de alimentação escolar**: em busca da permanência e êxito dos estudantes do PROEJA do IFSC (*campus* Chapecó). Seção: Políticas Públicas – Gênero textual: Artigo original.

PRADA, T. **Da Invisibilidade à Transparência**: o gasto público em assistência estudantil em tempos de austeridade fiscal e conservadorismo político. 2022. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. Disponível em: <https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_16550_Tese%20-%20Talita%20Prada.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2024.

RAMOS, M. **Concepção do Ensino Médio Integrado**. Texto apresentado em seminário promovido pela Secretaria de Educação do Estado do Pará, 2008. Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf>. Acesso em 30 de maio de 2023.

RODRIGUES, E. S. **Programa Permanência e Êxito do IFFAR**: uma análise das ações. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Jaguari, 2023.

RUMMERT, S. M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI: o "novo" que reitera antiga destituição de direitos. **Revista de Ciências da Educação**, Lorena, SP, n. 2, p. 35-50, 2007. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/f134/e2dcbeeb8785d0ae17de80fd889c00e84f32.pdf>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2024.

SALES, S.; PAIVA, J. As muitas invenções da EJA. In: **AAPE/EJA DOSSIÊ II**. Arizona/EUA. v. 22 , nº 58, jun. 2014, p.1-19.

SANTOS, M. L. L. **Educação de jovens e adultos**: marcas da violência na produção poética. Passo Fundo: UPF, 2003.

SANTOS, A. S. **Fundamentos da teoria histórico-cultural para a competência em informação no contexto escolar**. 2013. 89 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93637>>. Acesso em 28 de maio de 2024.

SANTOS, D. M. **A alimentação escolar como estratégia de educação alimentar e nutricional: uma revisão da literatura**. Vitória de Santo Antão, 2017. 46 folhas. Orientadora: Alicinez Albuquerque Guerra. TCC (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Bacharelado em Nutrição, 2017.

SANTOS, J. S.; PEREIRA, M. V; AMORIM, A. Os sujeitos estudantes da EJA: um olhar para diversidade. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 1, p. 122-135, jan./jun. 2018.

SANZ, I.; SÁINZ, J.; CAPILLA, A. **Efectos de la crisis del coronavirus en la Educación**. Madrid: OEI, 2020. Disponível em: <<http://oei.org.br/arquivos/informe-covid-19d.pdf>>. Acesso em 18 de fevereiro de 2024.

SENHORAS, E. M. Coronavírus e Educação: Análise dos Impactos Assimétricos. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128–136, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3828085. Disponível em: <<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/135>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2024.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. **Educação e pesquisa**, v. 32, n. 3, p. 619-634, 2006.

SEVERINO, A. J. *et al.* **Filosofia da Educação na formação do educador**. 4to Congreso Latinoamericano de Filosofía de la Educación. 10 al 13 de octubre de 2017.

SILVA, B. D. **A permanência de estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFRS - câmpus Restinga diante da pandemia da covid-19**. 2022. 110f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica), Charqueadas, 2022.

SILVA, P. L. S.; AZEVEDO, G. X. A transição do ensino presencial para o ensino remoto durante a pandemia da Covid-19. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano. 07, Ed. 11, Vol. 06, pp. 68-91. Novembro de 2022. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-remoto>>. Acesso em 30 de junho de 2024.

SILVEIRA, R. B. **O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13636>>. Acesso em 18 de novembro de 2022.

SOUZA, M. A. **Educação de Jovens e Adultos**. 2ª ed. Curitiba: Ibpex. Apostila. Dialógica, 2011.

SOUZA, K. R. *et al.* Trabalho Remoto, Saúde Docente e Greve Virtual em Cenário de Pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021. Disponível em: <<http://www.sinpromacae.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Trabalho-remoto-saudedocente-e-greve-virtual-em-cenario-de-pandemia.pdf>>. Acesso em 24 de junho de 2024.

SOUZA, D. G.; MIRANDA, J. C. Desafios da implementação do ensino remoto. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 4, n. 11, p. 80-90. 2020. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/4252805#.YkXJtC3MldU>>. Acesso em 25 de junho de 2024.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 10, n. 38, p. 49–59, 2012. DOI:

10.20396/rho.v10i38.8639689. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>>.
Acesso em 25 de outubro de 2022.

SZYMANSKI, H. (org.). **A entrevista na pesquisa em educação a prática reflexiva**. Brasília Plano Editora, 2002.

SZYMANSKI, H.; ALMEIDA, L. R.; PRANDINI, R. C. A. R. Perspectivas para análise de entrevistas. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 13, 2º semestre de 2001, p. 151-169.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. **COVID-19 Educational Disruption and Response**. UNESCO Website. Disponível em:
<<https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2024.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. **O Poder de Escolha: Direitos Reprodutivos e a Transição Demográfica**. Situação da População Mundial 2018. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/SWOP_2018.pdf>. Acesso em 02 de março de 2024.

VAHDAT, V. S.; BORSARI, P. R.; LEMOS, P. R.; RIBEIRO, F. F.; BENATTI, G. S. S.; CAVALCANTE FILHO, P. G.; FARIAS, B. G. **Retrato do trabalho informal no Brasil: desafios e caminhos de solução**. São Paulo: Fundação Arymax, 2022.

VYGOTSKY, L. **Psicologia, Educação e Desenvolvimento**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021, 286p.

WEBINÁRIO. Ventura, J.; Rummert, S. **Educação de Jovens e Adultos: direito ainda mais em risco em tempo de pandemia**. 13ª Conversa com a FEUFF. Mediador: Fernando Penna. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IPoJW4iTIfo>>. Acesso em 24 de junho de 2024.

ZURAWSKI, R. L.; BOER, N.; SCHEID, N. M. J. O professor e os novos contextos de ensino: uma abordagem teórico-metodológica em tempos de pandemia. **Disciplinarum Scientia**. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 81-93, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.37780/ch.v21i2.3446>>. Acesso em: 24 de junho de 2024.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Este Produto Educacional denominado “Guia Informativo: Permanência e Êxito no IFFar/*campus* Júlio de Castilhos - Ações durante a pandemia e pós-pandemia”, foi produzido e elaborado a partir da Dissertação de mestrado “Ações de Permanência e Êxito no Curso Técnico em Comércio EJA/EPT do *campus* Júlio de Castilhos durante o ensino remoto emergencial e no pós-pandemia”, como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) – Campus Jaguari. A elaboração deste material teve como autora a mestranda Rosane do Amaral Peixoto, sob a orientação da Professora Dr.^a Marcele Teixeira Homrich Ravasio. Projeto gráfico e diagramação foram produzidos por Jean Silveira.

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) exige a construção de um Produto Educacional para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Assim, o regulamento do programa esclarece que

O mestrando deve desenvolver um processo ou produto educativo e utilizá-lo em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo. Esse produto pode ser, por exemplo, uma sequência didática, um aplicativo computacional, um jogo, um vídeo, um conjunto de vídeo aulas, um equipamento, uma exposição etc. O trabalho final deve incluir necessariamente o relato fundamentado desta experiência, no qual o produto educacional desenvolvido seja parte integrante. As bancas examinadoras devem incluir a participação de membro externo ao Programa em que o trabalho foi desenvolvido. (BRASIL, 2016, p.15).

A partir do levantamento das ações empreendidas pela instituição para desenvolver a permanência e o êxito dos estudantes durante o período do ensino remoto e dos dados dos questionários, obtiveram-se subsídios para conhecer se essas práticas foram importantes para que o alunado permanecesse na instituição e ainda, quais ações eles viram como necessárias para serem oferecidas durante o ensino presencial para que permanecessem no Curso Técnico em Comércio, *campus* Júlio de Castilhos.

Dessa forma, desenvolveu-se um guia contendo informações sobre o que é o Programa Permanência e Êxito e quais ações práticas e colaborativas foram e são

desenvolvidas pelo *campus* para a permanência e o sucesso dos educandos.

Ademais, informa o que foi o ensino remoto e as ações empreendidas durante o período em que o calendário acadêmico foi suspenso e após o retorno às atividades remotas.

E por último, como foi o retorno ao ensino presencial, as ações que voltaram a serem ofertadas e o que permaneceu do ensino remoto.

Como forma de ter a opinião dos estudantes, criou-se um *QR Code* que remeteu a um *Google Formulários* contendo questões que contribuiriam para conhecermos as necessidades dos alunos e o que sugeriram para a Permanência e Êxito na instituição.

As questões foram as seguintes:



The image shows a Google Form interface with a green background. At the top left is the logo of Instituto Federal Farroupilha, consisting of a grid of green squares with one red square. To the right of the logo, the text reads "INSTITUTO FEDERAL Farroupilha". Below this, the title of the form is "GUIA INFORMATIVO: Permanência e Êxito no IFFar/Campus Júlio de Castilhos - Ações Durante a Pandemia e Pós-Pandemia". Under the title, there is a subtitle: "Conte-nos sua opinião! Contamos com você para melhorar a qualidade dessa pesquisa." Below the subtitle is a search bar with a magnifying glass icon and a cloud icon. A red asterisk indicates a mandatory question: "* Indica uma pergunta obrigatória". Below this is a photograph of a person's hands writing in a notebook with a pen, while another person's hand holds a green highlighter. At the bottom of the form, there is a dropdown menu labeled "Unidade IFFar*" with the text "Escolher" and a downward arrow.

Ingressei...

Antes da pandemia

Durante a pandemia

Após a pandemia

Você acha que as ações de permanência e êxito são importantes e ajudam para *
que os estudantes não abandonem a escola?

Sim

Não

Das ações colocadas em prática durante o ensino remoto, o que você pensa que *
deveria ser mantido no ensino presencial?

Sua resposta

O que você gostaria que fosse oferecido para a permanência na instituição? *

Sua resposta

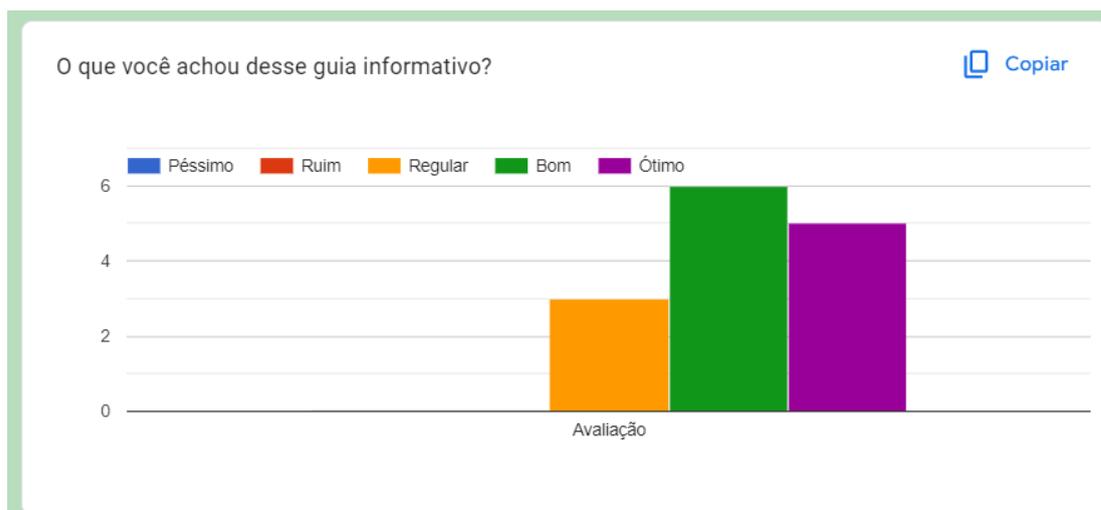
O que você achou desse guia informativo? *

	Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
Avaliação	<input type="radio"/>				

Enviar

Limpar formulário

Para a validação da utilidade e importância do produto, o guia foi enviado aos estudantes das três séries do curso Técnico em Comércio EJA/EPT, que visualizaram todas as informações contidas no guia e após responderam às questões solicitadas. A partir das respostas, obteve-se a seguinte avaliação, ou seja, os estudantes consideram o guia bom.



As questões foram compartilhadas eletronicamente com as direções, assistência estudantil, coordenações e setor pedagógico do campus, para que todos pudessem ter conhecimento das necessidades de ações de acesso, permanência e êxito dos nossos alunos. Dessa forma, ações poderão ser planejadas, assegurando que a educação pública, em especial a Educação Profissional e Tecnológica, cumpra, efetivamente, o seu papel de assegurar a conquista dos direitos de toda a população e o programa Permanência e Êxito seja aprimorado.

GUIA INFORMATIVO



15 ANOS
INSTITUTO FEDERAL FAROPELTA
CAMPUS
JÚLIO DE CASTILHOS

PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

GUIA INFORMATIVO

PERMANÊNCIA E ÊXITO NO IFAR CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS

AÇÕES DURANTE A PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA

Produto Educacional elaborado pela mestranda Rosane do Amaral Peixoto, sob orientação da Profª Drª Marcele Teixeira Homrich Ravasio, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica, Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) – Campus Jaguari.

APRESENTAÇÃO

Caro(a) estudante,

Este guia foi elaborado com o objetivo de trazer informações sobre o Programa Permanência e Êxito do IF Farroupilha - Campus Júlio de Castilhos e as ações para que os estudantes permaneçam e tenham sucesso na instituição.

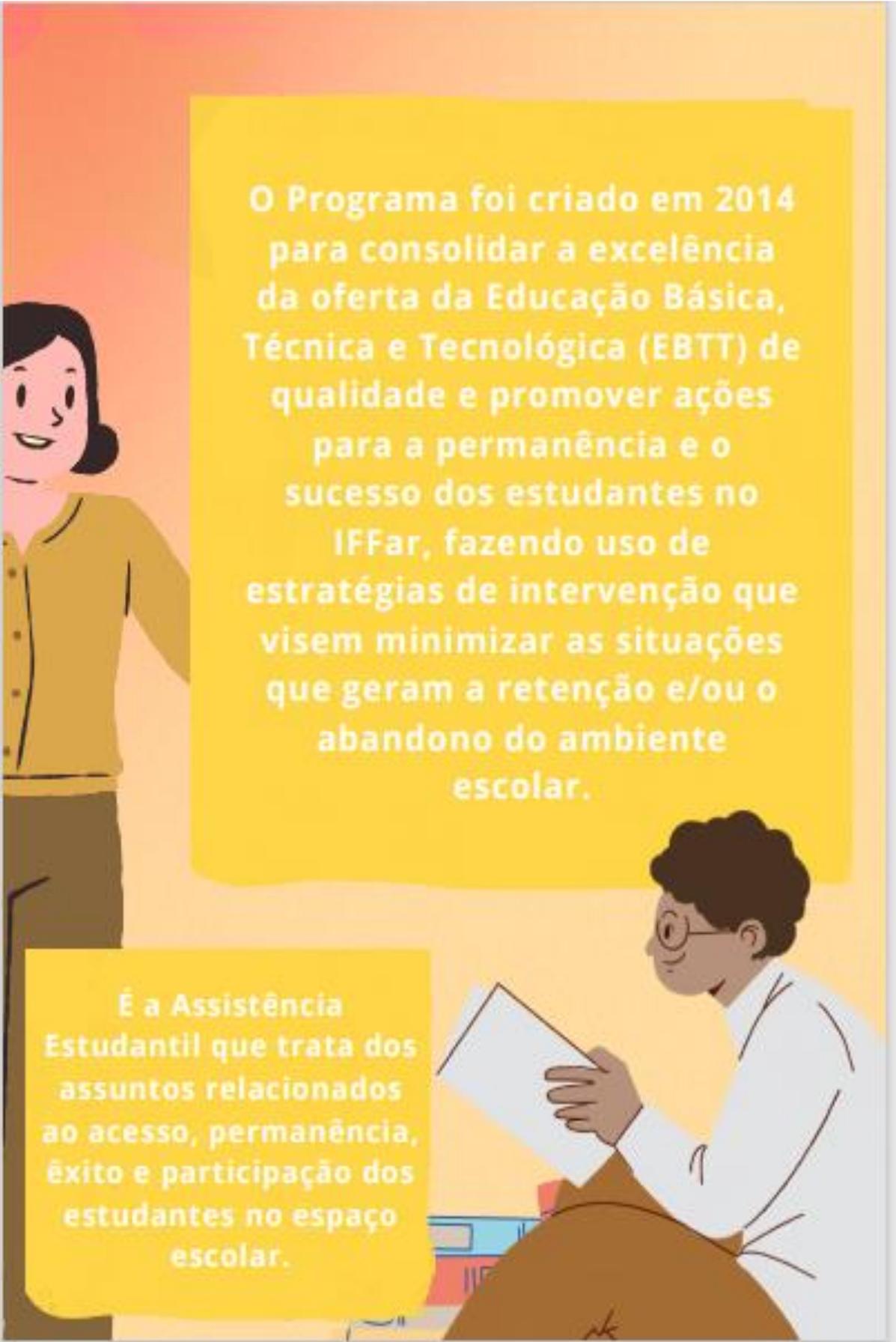
Também apresenta as ações postas em prática durante o ensino remoto e o que continuou sendo ofertado no retorno presencial.

E ainda, busca questionar os discentes acerca do que necessitam para se manterem frequentes e concluírem seu curso. As informações serão importantes para qualificar o programa e as ações pensadas pela instituição.

VOCÊ CONHECE O PROGRAMA PERMANÊNCIA E ÊXITO?

Permanência e Êxito são termos que se referem ao fato do estudante que ingresse na instituição não desista do curso e que siga seu percurso formativo até finalizar seus estudos com sucesso.



The illustration features a woman on the left, standing and smiling, wearing a brown cardigan. On the right, a man with glasses is sitting and reading a book, wearing a white shirt. The background is a warm, orange-to-yellow gradient. Two yellow text boxes are overlaid on the scene.

O Programa foi criado em 2014 para consolidar a excelência da oferta da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) de qualidade e promover ações para a permanência e o sucesso dos estudantes no IFFar, fazendo uso de estratégias de intervenção que visem minimizar as situações que geram a retenção e/ou o abandono do ambiente escolar.

É a Assistência Estudantil que trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, êxito e participação dos estudantes no espaço escolar.

O QUE É OFERECIDO PARA A PERMANÊNCIA E O ÊXITO DOS ESTUDANTES?

MORADIA ESTUDANTIL

A moradia estudantil é ofertada nos *campi* Alegrete, Jaguarí, Frederico Westphalen, São Vicente do Sul e São Borja. Esse benefício é destinado aos alunos que residem em outros municípios. Para concorrer a uma vaga na moradia estudantil, é preciso estar matriculado(a) em todas as disciplinas regulares do semestre e o critério de seleção é o socioeconômico.

REFEITÓRIO

A alimentação é gratuita e universal aos estudantes da Educação Básica e aos estudantes dos Cursos de Graduação que comprovem possuir renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.



§ AUXÍLIOS

Os auxílios financeiros são destinados aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que estejam regularmente matriculados e apresentem renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio, através de edital para cada modalidade.



TIPOS DE AUXÍLIOS:

- Permanência
- Eventual
- Atleta

ACOLHIMENTO

A Acolhida IFFar é um programa de recepção e integração dos novos alunos e tem por objetivo proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo aos calouros, além de apresentar a logística e o funcionamento da Instituição.



APOIO FINANCEIRO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

O Apoio Financeiro à Participação de Estudantes em Eventos visa subsidiar a participação dos estudantes em eventos de natureza científica e/ou tecnológica, desportiva, artístico-cultural e de organização estudantil, com o objetivo de proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional por meio de experiências acadêmicas.

ATENÇÃO À SAÚDE DOS DISCENTES

Atendimento por meio de ações de profissionais de enfermagem, medicina, nutrição, odontologia, psicologia e serviço social.



AÇÕES INCLUSIVAS

As Ações Inclusivas buscam promover a igualdade, o respeito e o pertencimento de todos os servidores e estudantes. Suas ações se concentram em temas como inclusão, diversidade e não violência.



APOIO A ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

Atendimento Educacional Especializado (AEE) é oferecido para estudantes que apresentam deficiência, transtorno do espectro autista e/ou altas habilidades/superdotação.



PROMOÇÃO DO ESPORTE, CULTURA E LAZER

Atividades de cultura, esporte e lazer para a melhoria da qualidade de vida e permanência na instituição, pois fortalece as relações sociais e promove a integração.



FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS ESTUDANTIS

O principal objetivo é promover discussões sobre o papel dos estudantes no Instituto Federal Farroupilha e a importância da representação estudantil para uma gestão democrática-participativa.



BOLSAS DE MONITORIA, BOLSAS EM PROJETOS DE ENSINO

A monitoria é uma atividade auxiliar de ensino que busca melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Para se candidatar, o estudante deve estar matriculado em um curso técnico ou de graduação, preferencialmente no curso relacionado ao projeto, estar em dia com suas obrigações acadêmicas e ter disponibilidade de tempo para as atividades previstas.



Projetos de Ensino são projetos que duram de quatro a oito meses, com atividades sequenciais e que precisam ser realizadas em diferentes momentos. Eles podem incluir treinamentos esportivos, eventos culturais, grupos de estudo e capacitações. É necessário ter pelo menos 16 horas de atividades mensais com os alunos de cursos técnicos e de graduação.





PROGRAMAS EDUCACIONAIS

A partir dos programas educacionais, objetiva-se qualificar os cursos de licenciatura e, conseqüentemente, a formação de professores.



BOLSAS OFERECIDAS PELA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) oferece bolsas de extensão para estudantes que desejam participar de projetos e programas de extensão. Essas bolsas visam incentivar a participação dos estudantes em atividades que promovam a interação entre a instituição e a comunidade.



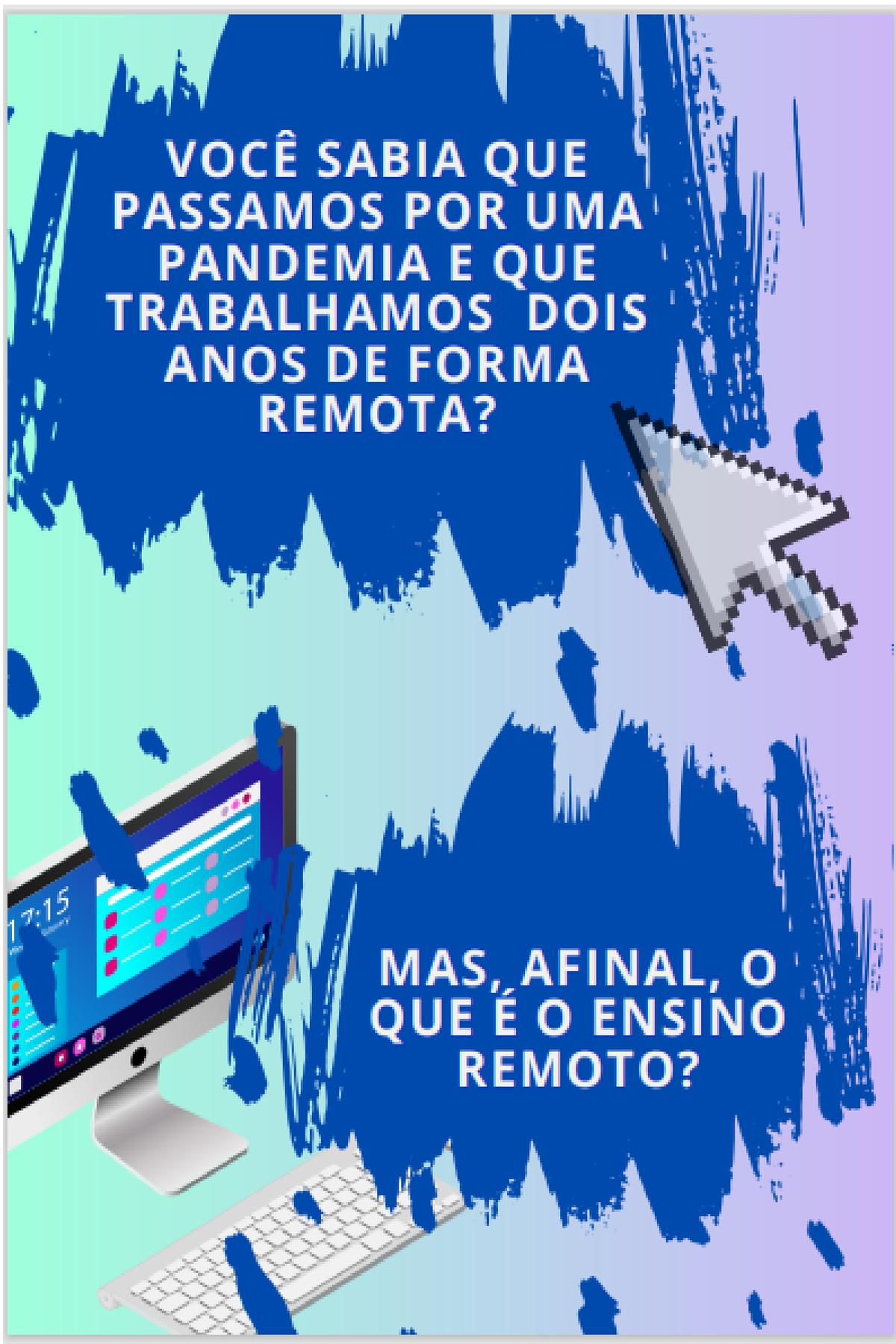
BOLSAS OFERECIDAS PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Os programas de iniciação científica são voltados para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes do ensino médio, da graduação e da pós-graduação por meio da concessão de bolsas remuneradas.



**VOCÊ SABIA QUE
PASSAMOS POR UMA
PANDEMIA E QUE
TRABALHAMOS DOIS
ANOS DE FORMA
REMOTA?**

**MAS, AFINAL, O
QUE É O ENSINO
REMOTO?**





“Foi uma prática de ensino em que os sujeitos (professor e estudante) se encontraram em espaços distintos (suas casas) e a interação entre eles ocorreu por meio de tecnologias da informação e comunicação, de forma síncrona ou assíncrona, a partir de diferentes metodologias de ensino/aprendizagem e contando com diferentes suportes para o acesso aos conteúdos / conhecimentos que são objetos desse processo formativo”.

QUANDO FOI IMPLEMENTADO O ENSINO REMOTO NO IFFAR?

**AS ATIVIDADES PRESENCIAIS
FORAM SUSPENSAS A PARTIR
DO DIA 17 DE MARÇO DE 2020
E O ENSINO REMOTO TEVE
INÍCIO NO DIA 03 DE ABRIL.**

**NO ENTANTO, DEVIDO
AO AGRAVAMENTO DA
PANDEMIA, O
CALENDÁRIO
ACADÊMICO FOI
SUSPENSO NO DIA 14
DE MAIO DE 2020,
RETORNANDO COM A
ADOÇÃO DE
ATIVIDADES REMOTAS
NO DIA 03 DE AGOSTO.**



O QUE FOI FEITO DURANTE A SUSPENSÃO DO CALENDÁRIO?



ORIENTAÇÕES SOBRE ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO DURANTE A SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS



ORIENTAÇÕES SOBRE O USO DO SIGAA



ORIENTAÇÕES PARA ACESSIBILIDADE AO ENSINO REMOTO PLANEJADO (ERP) NO IFFAR



REGRAS DE CONVIVÊNCIA NO AMBIENTE VIRTUAL



ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA O ENSINO REMOTO NO IFFAR



PROGRAMA IFFAR FORMAÇÃO: CONECTANDO SABERES E PRÁTICAS



QUESTIONÁRIO PARA AVALIAR AS CONDIÇÕES DE ACESSO



E-MAIL PARA A COMUNIDADE TIRAR DÚVIDAS SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 COM O SETOR DE SAÚDE



CAPACITAÇÃO DE ALUNOS E PROFESSORES

E APÓS A RETOMADA DO CALENDÁRIO ACADÊMICO?

EMPRÉSTIMO DE COMPUTADORES AOS ESTUDANTES

ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR MÓDULOS

FLEXIBILIZAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO E PSICOLÓGICO

AUXÍLIOS FINANCEIROS EM CARÁTER EMERGENCIAL

DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS

“CUIDE-SE EM CASA”

SÉRIE PROMOVIDA PELO
COMITÊ DE SAÚDE MENTAL E
QUALIDADE DE VIDA EM
TEMPOS DE COVID-19,



COM DICAS PARA
CUIDAR DA SAÚDE
MENTAL E
MELHORAR A
QUALIDADE DE
VIDA DURANTE A
PANDEMIA.





COMO FOI O RETORNO PRESENCIAL?

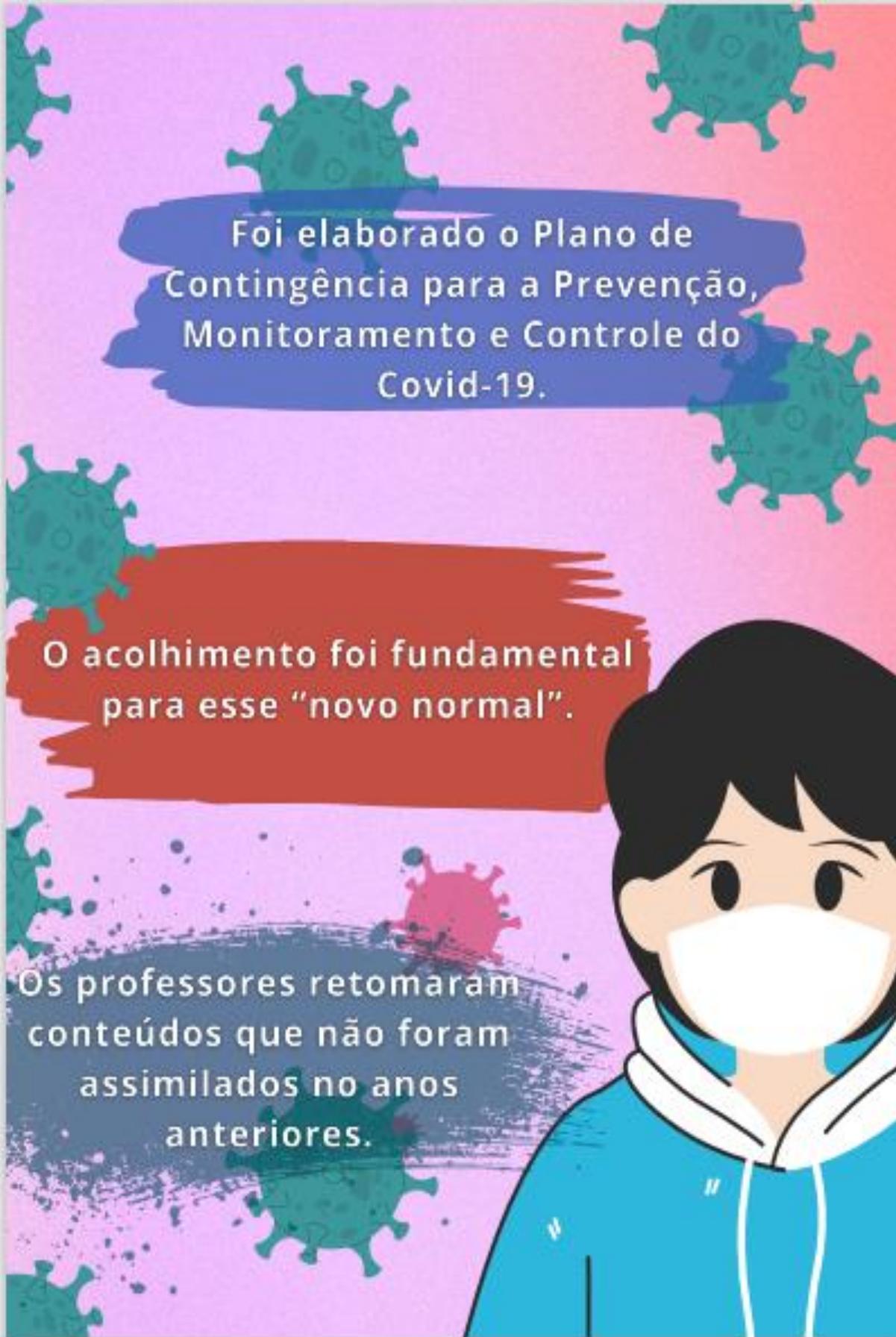
Além do ensino e atendimento presencial, alguns professores com restrições médicas permaneceram atendendo as turmas de forma remota e também os alunos com restrições se mantiveram fazendo atividades domiciliares.

Permanecemos usando máscaras e álcool gel.

Mantivemos o distanciamento em sala de aula.

Não compartilhamos o tradicional chimarrão





Foi elaborado o Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Covid-19.

O acolhimento foi fundamental para esse “novo normal”.

Os professores retomaram conteúdos que não foram assimilados no anos anteriores.

**RETORNAMOS GRADATIVAMENTE A
OFERECER ATIVIDADES QUE ERAM
HABITUAIS ANTES DA PANDEMIA**

**ACOLHIMENTO DAS
NOVAS TURMAS**



**ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO
ENTRE AS TURMAS**



SEMANAS ACADÊMICAS



ESTÁGIOS











AÇÕES EM 2022

**ATIVIDADES DE
ACOLHIMENTO**

NIVELAMENTO

**RECUPERAÇÃO
PARALELA**

**ALIMENTAÇÃO PARA OS
ESTUDANTES DO
ENSINO MÉDIO**

**CONCESSÃO DE
BENEFÍCIO
ALIMENTAÇÃO AOS
ESTUDANTES DOS
CURSOS DE
GRADUAÇÃO**

**ATENÇÃO À SAÚDE
DOS DISCENTES**

**CONCESSÃO DE
AUXÍLIO PERMANÊNCIA**



O QUE PERMANECEU DO ENSINO REMOTO?



**SUA OPINIÃO É MUITO
IMPORTANTE!**

AGORA, ACESSE O QR CODE E RESPONDA:



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal Farroupilha. Projeto do Programa Permanência e Êxito dos Estudantes no IF Farroupilha. IFFAR, 2015.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2026. IFFAR, 2019.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto no IFFar. TONIN, C. M. C.; BELINAZO, N. B. C.; DRABACH, N. P. Santa Maria, 06 ago 2020.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. Protocolo IFFAR - A transposição das ações do ensino remoto para o presencial. 2021.

_____. Instituto Federal Farroupilha. Pró-Reitoria de Ensino. Do remoto ao presencial: orientações pedagógicas para o retorno das atividades letivas presenciais no IFFar. Dezembro de 2021

NOTÍCIAS IF FARROUPILHA. Disponível em:
<<http://iffarroupilha.edu.br/ultimas-noticias>>.

PEIXOTO, R. A. Ações de permanência e êxito no Curso Técnico em Comércio-EJA/EPT do campus Júlio de Castilhos durante o ensino remoto emergencial e no período pós-pandemia. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal Farroupilha, Jaguarí. p. 199, 2024.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DO PERFIL DO ESTUDANTE DO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO – PROEJA- CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS

Questionário de Perfil do estudante do Curso Técnico em Comércio - PROEJA- campus Júlio de Castilhos

Caro aluno(a)
do PROEJA – Campus Júlio de Castilhos

Sou a professora Rosane do Amaral Peixoto e estou cursando o Mestrado Profissional no campus Jaguari-RS, na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Dessa forma, este formulário servirá para traçarmos o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos no campus JC. E os dados serão utilizados na Dissertação de Mestrado, intitulada "AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO-EJA/EPT DO CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS DURANTE O ENSINO REMOTO E PÓS-PANDEMIA". Garantimos que as informações recolhidas neste questionário serão guardadas em sigilo. Agradecemos por sua participação!

TÉCNICO EM COMÉRCIO - IFFAR – CAMPUS
JULIO DE CASTILHOS

Turno: Noturno



* Indica uma pergunta obrigatória

1. Dados pessoais *

1.1 Sexo:

- Feminino
 Masculino

1.2 Orientação sexual/Identidade de gênero (Pode assinalar mais de uma opção) *

- Heterossexual
 Lésbica
 Bissexual
 Homossexual
 Transexual
 Travesti

1.3 Idade *

Sua resposta _____

1.4 Estado Civil: *

- Casado (a)
- Separado (a)
- Vive com o companheiro (a)
- Viúvo (a)
- Solteiro (a)
- Divorciado (a)

1.5 Tem filhos(as)? *

- Sim
- Não

1.5.1 Tem filhos(as)?Quantos? *

Sua resposta _____

1.6 Município e Estado de nascimento? *

Sua resposta _____

1.7 A residência de sua família está localizada em: *

- Zona Rural
- Zona Urbana
- Outra

1.8 Etnia/Raça/Cor : *

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Negra
- Parda

1.9 Marque os documentos pessoais que possui: *

- Identidade
- Certidão de Nascimento
- Cartão do SUS
- CPF
- Carteira de trabalho
- Título Eleitoral
- Carteira de Motorista

1.10 Possui alguma deficiência ou necessidade especial? *

- Não
- Sim. Qual? _____

1.11 Faz uso contínuo de medicamentos? *

- Sim
- Não

1.12 Você possui alguma doença crônica (diabetes, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, entre outras)? *

- Não
- Sim. Qual? _____

1.13 Como você costuma utilizar o serviço de saúde? *

- Rede pública (SUS)
- Rede particular
- Plano de Saúde
- Serviço de saúde do campus
- Outro. Qual? _____

1.14 Você tem alguma religião? Qual? *

Sua resposta _____

2. Condições de acesso (considerando aulas presenciais) *

2.1 Como você chega até à escola?

- Transporte público com gratuidade
- Transporte público pago
- Carro
- Transporte público meia tarifa
- A pé
- Moto
- Bicicleta
- Carona
- Outros

2.2 Você vem para a escola: *

- Direto do trabalho
- De casa
- Outro

3. Dados Profissionais *

3.1. Você exerce atividade remunerada ou já exerceu atividade remunerada?

- Sim, estou trabalhando
- Sim, já trabalhei, mas não estou trabalhando no momento
- Não, nunca trabalhei

3.2 Trabalha com carteira assinada: *

- Sim
- Não

4. Perfil socioeconômico *

4.1 Você mora:

- Sozinho
- Com mãe
- Com pai e mãe
- Com irmãos e/ou irmãs
- Com pai
- Com companheiro
- Com o(s) filho(as)
- Outros

4.2 Sua residência é: *

- Casa própria
- Alugada
- Financiada
- Não possui residência fixa
- Cedida
- Outra situação (não regularizada)

4.3 Qual a renda mensal de sua família? Soma da renda bruta de cada morador de um mesmo domicílio. *

- Até R\$ 660,00
- R\$ 660,00 até R\$ 1.320,00
- R\$ 1.320,00 até R\$ 1.980,00
- R\$ 1.980,00 até R\$ 2.640,00
- R\$ 2.640,00 até R\$ 3.300,00
- R\$ 3.300,00 até R\$ 3.960,00
- R\$ 3.960,00 até R\$ 4.620,00
- R\$ 4.620,00 até R\$ 5.280,00
- mais de R\$ 5.280,00
- Não possui renda
- Não soube responder

4.4 De que forma você participa da renda familiar? *

- Não trabalha
- Trabalha, mas depende da família
- Trabalha para o próprio sustento
- Trabalha e contribui parcialmente na renda familiar
- Trabalha e contribui exclusivamente na renda familiar

4.5. Na sua residência alguém recebe auxílio de programas governamentais? Qual? (Exemplo: bolsa família, BPC, ETI, Garantia-Safra, Auxílio Brasil, Auxílio Emergencial) *

Sua resposta _____

5. Escolarização *

5.1 A sua formação anterior foi feita em?

- Integralmente em escola pública
- Maior parte em escola pública
- Integralmente em escola particular
- Maior parte em escola particular
- Maior parte em escola particular com bolsa
- Opção 6

5.2 Já havia iniciado a cursar o ensino médio em outra escola? *

- Sim
- Não

5.3 Em qual ano do PROEJA você está matriculado? *

- 1º Ano
- 2º Ano
- 3º ANO
- Já concluí

5.4 Situação do ano anterior? *

- Aprovado
- Reprovado
- Abandono\Evadido
- Não frequentou a escola

5.5 Com que idade ingressou na vida escolar? *

Sua resposta _____

5.6 Foi reprovado em algum ano? Qual(is) anos? *

Sua resposta _____

5.7 Você precisou parar de estudar? Por quê? *

Sua resposta _____

5.8 Quantos anos ficou fora da escola? *

Sua resposta _____

5.9 O que fez você procurar a EJA? (pode marcar mais de uma opção) *

- Vontade de vencer na vida e dar um futuro melhor a família
- Por incentivo de outras pessoas
- Vontade própria
- Porque o ensino é gratuito
- Para me preparar para o vestibular
- Porque necessito me preparar para o mundo de trabalho
- Para não ficar parado
- Progredir no emprego atual
- Aumentar a possibilidade de conseguir trabalho
- Outro

5.10 Tem disponibilidade de estudar: *

- Todos os dias
- Somente final de semana
- Somente alguns dias da semana

5.11 Qual o melhor horário para você frequentar a escola? *

- Manhã
- Tarde
- Noite

5.12 Consegue estudar em casa? *

- Sim
- Não

5.12.1 Consegue estudar em casa? Caso Não. Por quê? *

Sua resposta _____

5.13 Você possui um espaço na casa para estudar e realizar as atividades escolares? *

Sim

Não

6. Acesso às tecnologias digitais: *

6.1 Usa computador para?

Lazer

Realizar atividades relacionadas ao trabalho

Para a realização de trabalho escolar

Não sei utilizar o computador

6.2 Onde tem acesso à internet? *

Celular

Computador em casa

Computador na escola

Computador no trabalho

Lan house

Todos os lugares

Não tenho acesso

6.3 Participa de redes sociais? *

Sim

Não

6.4 Participa de redes sociais? Quais? Para quê? *

Sua resposta _____

6.5 O que faz como atividade de lazer? *

Sua resposta

6.6 Quais meios de comunicação utiliza para se manter informado? *

- Jornal impresso
- Rádio
- Revista
- Internet
- Televisão
- Outros

6.7 Quais destas atividades culturais você gostaria de conhecer? (Pode marcar * mais de uma opção)

- Museus
- Biblioteca
- Parques
- Cinema
- Teatro
- Pontos turísticos da cidade
- Cidades Históricas e/ou turísticas
- Estádios de Futebol
- Outros ()

Enviar

Página 1 de 1

Limpar formulário

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DISCENTE PARA AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO DURANTE O ENSINO REMOTO 2020 E 2021

Questionário Discente para Avaliação das Ações de Permanência e Êxito durante o Ensino Remoto 2020 e 2021.

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de um questionário que servirá como subsídio para pesquisa vinculada ao curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT - IFFar Campus Jaguari - RS, intitulada: " **AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO-EJA/EPT DO CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E PÓS-PANDEMIA** ", tendo como objetivo geral reconhecer as estratégias de permanência e êxito efetivadas pela instituição para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante o ensino remoto emergencial e que poderão ser mantidas no ensino presencial. A participação é de natureza voluntária/não obrigatória e em momento algum servirá para identificação ou julgamento das opiniões. O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. No que tange aos ressarcimentos frente a danos que a pesquisa possa vir a causar entendemos que, uma vez que seguiremos todos os preceitos éticos descritos nesta investigação, os mesmos poderão não ocorrer. Caso ainda assim, algo vier a acontecer, todo e qualquer dano será ressarcido conforme legislação vigente. Considera-se que toda a pesquisa que envolva seres humanos está sujeita a algum risco, sendo ele imediato ou tardio, no entanto os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver somente informações referentes a dados sobre a participação durante o ensino remoto, as dificuldades enfrentadas e as ações institucionais que foram postas em prática para a permanência e o êxito nos estudantes no Curso Técnico em Comércio-EJA/EPT, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos. Não se pretende, dessa forma, causar danos morais ou riscos à sua saúde física, mental ou social. A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número ou letra. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão em colaborar e contribuir para atingirmos os objetivos desta pesquisa, no sentido de reconhecer se as ações da instituição contribuíram para a permanência e o êxito dos estudantes durante o ensino remoto e o que poderá ser mantido no ensino presencial e auxiliar na reflexão de possíveis processos de repensar as ações desenvolvidas. Em relação aos riscos, caso sinta algum constrangimento, cansaço ou desconforto em responder alguma questão, o(a) senhor(a) será, por mim, acompanhado e encaminhado para a nossa rede de profissionais do campus que conta com: psicóloga, assistente social, médico, enfermeira, pedagogas, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, entre outros que poderão auxiliá-lo. As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadoras Rosane do Amaral Peixoto - estudante do mestrado - IFFar Campus Jaguari - RS e a professora orientadora responsável Dra. Marcela Teixeira Homrich Ravasio. O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento e não sofrerá nenhum dano. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: ROSANE DO AMARAL PEIXOTO

NÚMERO DO TELEFONE: (55)996055160

ENDEREÇO: RUA CLARICE LISPECTOR, 430 SANTA MARIA/RS.



* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail *

Seu e-mail _____

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento. *

Opção 1

Ano de ingresso o IFFAR? *

Sua resposta _____

Em que ano(s) você vivenciou o ensino remoto? *

2020

2021

Como você avalia a experiência do ensino remoto? *

Ótima

Boa

Regular

Ruim

Péssima

Você e sua família sofreram algum impacto devido à pandemia COVID-19? *

Perda de trabalho.

Diminuição de renda.

Impossibilidade de trabalhar.

Adoecimento seu ou da família.

Parar de estudar.

Em que você foi afetado pelo isolamento social na pandemia?

- Desemprego.
- Preocupação com os familiares.
- Liberdade de ir e vir.
- Inadimplência com compromissos financeiros.
- Distanciamento acadêmico.
- Estabilidade emocional.
- Dificuldade nos estudos.
- Falta de tempo para estudar.

Como ficou sua situação financeira ou do seu responsável durante a pandemia?

- Perdi o emprego.
- Tive diminuição de jornada de trabalho e salário.
- Consegui um emprego.
- Continuei trabalhando normalmente.
- Passei a trabalhar home office.

Você deu continuidade aos estudos durante o ensino remoto?

- Dei continuidade em 2020.
- Não dei continuidade em 2020.
- Dei continuidade em 2021.
- Não dei continuidade em 2021.

Frente ao contexto de pandemia e isolamento, como você viu a organização das atividades escolares através do ensino remoto?

- Achei importante e tinha equipamentos e espaço físico adequados.
- Achei importante, mas possuía limitações físicas, materiais e/ou emocionais.
- Não acreditei ser importante.
- Achei importante, mas não consegui acompanhar.

Você teve dificuldades de adaptar seus estudos no ano de 2020/2021 em função das aulas serem totalmente a distância?

- Sim
- Não
- Um pouco

Você acredita que ter aulas a distância afetou o seu desempenho escolar? *

- Sim, melhorou.
- Sim, piorou.
- Não.

Quais dificuldades você enfrentou durante o ensino remoto?

- Falta de conexão à internet.
- Falta de tempo.
- Falta de recursos financeiros.
- Falta de computador.
- Falta de local apropriado para o estudo.
- Não entendi os conteúdos sem a explicação do professor.
- Muitas atividades escolares.
- Não consegui participar das aulas síncronas.
- Falta de apoio da escola.
- Falta de apoio da família.
- Falta de interação com professores e colegas.
- Dificuldade ao consultar o material pedagógico.
- Ausência de preparo/habilidade do professor(a) para lidar com o ensino não presencial.
- Grau de exigência das avaliações.

Você conhece o programa de permanência êxito da instituição?

- Sim
- Não
- Parcialmente

Você já recebia algum auxílio financeiro da instituição antes da pandemia?

- Sim
- Não

Durante a pandemia, você ficou ciente das ações institucionais para ajudar os estudantes?

- Sim
- Não

Quais destas ações você tomou conhecimento?

- Auxílio financeiro emergencial.
- Auxílio Digital.
- Distribuição de cestas básicas.
- Distribuição de botijões de gás.
- Capacitação de alunos e professores.
- Regras de convivência no ambiente virtual.
- Empréstimo de computadores.
- Material por whatsapp, impresso e em pendrive.
- Acompanhamento pedagógico e psicológico.
- Organização curricular por módulos.
- Flexibilização dos critérios de aprovação.
- Disponibilização do material no SIGAA.
- Avaliações no Google Forms.
- Envio de avaliações pelo SIGA, e-mail ou WhatsApp
- Reuniões com alunos.
- Questionário para avaliar as condições de acesso.
- Comunicação com alunos por Whatsapp.
- Acompanhamento da participação dos alunos.
- Plano de Contingência para a Prevenção, Monitoramento e Controle do Novo Coronavírus.
- Modalidade especial de colação de grau.
- Ampliação das situações de trancamento de matrícula a qualquer tempo.
- Cancelamento de disciplinas durante o período de pandemia.

- Realização de Estágios Obrigatórios Presencial e Remoto durante o período de atividades não presenciais.
- Ampliação do prazo para entrega de atestados médicos que comprovem afastamento por saúde para 5 dias úteis.
- Orientações para acessibilidade ao ensino remoto planejado (ERP) no IFFar.
- Disponibilização das aulas gravadas.
- Diretrizes Pedagógicas para o Ensino Remoto no IFFAR.
- Orientações sobre o uso do SIGA.
- Orientações sobre atividades de pesquisa e extensão durante a suspensão das atividades presenciais.
- Cuide-se em Casa: série promovida pelo Comitê de Saúde Mental e Qualidade de Vida em Tempos de Covid-19 com dicas para cuidar da saúde mental e melhorar a qualidade de vida durante a pandemia.
- E-mail para a comunidade tirar dúvidas sobre a pandemia de Covid-19 com o setor de saúde
- Atendimento psicológico a distância.
- Pit Stop da Saúde.

Você participou de algum edital de auxílio durante esse período?

- Não fiquei sabendo do Edital.
- Fiquei sabendo do Edital, porém não me inscrevi por não preencher os requisitos.
- Fiquei sabendo, porém não consegui me inscrever.
- Tomei conhecimento e me inscrevi.
- Tomei conhecimento e não me inscrevi.

A sua permanência na escola durante a pandemia se deve a qual(is) motivo(s)?

- Força de vontade própria.
- Ajuda financeira da instituição.
- Apoio dos professores.
- Apoio psicológico.
- Incentivo dos colegas.
- Flexibilização dos critérios de aprovação.
- Distribuição das disciplinas em módulos.
- Material disponibilizado no SIGAA.
- Outro: _____

Na questão anterior, se você escolheu "outros", cite quais motivos contribuíram para a sua permanência. *

Sua resposta

As ações da instituição ajudaram para a sua permanência no curso durante a pandemia?

Sim

Não

Cite quais ações institucionais foram importantes para a sua permanência no período remoto? *

Sua resposta

Quais eram suas expectativas após o retorno presencial? *

Sua resposta

Como você avalia as ações de permanência e êxito após o retorno presencial? *

Sua resposta

Quais ações do período remoto que você gostaria que permanecessem no ensino presencial?

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário

APÊNDICE D – AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO REMOTO E NO RETORNO

Avaliação das Ações de Permanência e Êxito no Ensino Remoto e no Retorno Presencial

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de um questionário que servirá como subsídio para pesquisa vinculada ao curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT - IFFar Campus Jaguari - RS, intitulada: " **AÇÕES DE PERMANÊNCIA E ÊXITO NO CURSO TÉCNICO EM COMÉRCIO-EJA/EPT DO CAMPUS JÚLIO DE CASTILHOS DURANTE O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E NO PÓS-PANDEMIA** ", tendo como objetivo geral reconhecer as estratégias de permanência e êxito efetivadas pela instituição para os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) durante o ensino remoto emergencial e que poderão ser mantidas no ensino presencial. A participação é de natureza voluntária/não obrigatória e em momento algum servirá para identificação ou julgamento das opiniões. O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem será remunerado pela participação na pesquisa. No que tange aos ressarcimentos frente a danos que a pesquisa possa vir a causar entendemos que, uma vez que seguiremos todos os preceitos éticos descritos nesta investigação, os mesmos poderão não ocorrer. Caso ainda assim, algo vier a acontecer, todo e qualquer dano será ressarcido conforme legislação vigente. Considera-se que toda a pesquisa que envolva seres humanos está sujeita a algum risco, sendo ele imediato ou tardio, no entanto os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver somente informações referentes a dados sobre a participação durante o ensino remoto, as dificuldades enfrentadas e as ações institucionais que foram postas em prática para a permanência e o êxito nos estudantes no Curso Técnico em Comércio-EJA/EPT, do IFFar - Campus Júlio de Castilhos. Não se pretende, dessa forma, causar danos morais ou riscos à sua saúde física, mental ou social. A sua identidade será preservada, pois cada indivíduo será identificado por um número ou letra. Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão em colaborar e contribuir para atingirmos os objetivos desta pesquisa, no sentido de reconhecer se as ações da instituição contribuíram para a permanência e o êxito dos estudantes durante o ensino remoto e o que poderá ser mantido no ensino presencial e auxiliar na reflexão de possíveis processos de repensar as ações desenvolvidas. Em relação aos riscos, caso sinta algum constrangimento, cansaço ou desconforto em responder alguma questão, o(a) senhor(a) será, por mim, acompanhado e encaminhado para a nossa rede de profissionais do campus que conta com: psicóloga, assistente social, médico, enfermeira, pedagogas, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de alunos, entre outros que poderão auxiliá-lo. As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadoras Rosane do Amaral Peixoto - estudante do mestrado - IFFar Campus Jaguari - RS e a professora orientadora responsável Dra. Marcelle Teixeira Homrich Ravasio. O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento e não sofrerá nenhum dano. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome.

NOME DO PESQUISADOR PARA CONTATO: ROSANE DO AMARAL PEIXOTO

NÚMERO DO TELEFONE: (55)996055160

ENDEREÇO: RUA CLARICE LISPECTOR, 430 SANTA MARIA/RS.



* Indica uma pergunta obrigatória

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento. *

Sim

Você que vivenciou o ensino remoto, quais diferenças você percebeu entre o ensino remoto e retorno ao ensino presencial? *

Sua resposta

Como você avalia as ações de permanência e êxito durante o ensino remoto? *

Sua resposta

Como você avalia as ações de permanência e êxito após o retorno presencial? *

Sua resposta

Quais ações do período remoto que você gostaria que permanecessem no ensino presencial? *

Sua resposta

Você gostaria de destacar alguma ação que contribuiu para permanência e êxito dos seus estudos na instituição durante a pandemia? A ação em questão continuou sendo oferecida no retorno presencial? *

Sua resposta

Você gostaria de destacar alguma ação que contribuiu para permanência e êxito dos seus estudos na instituição durante o retorno presencial? *

Sua resposta

Enviar

Limpar formulário